



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

BRUNA SILVÉRIO BOTELHO

PRESIDENTE E/OU PRESIDENTA:
EMERGÊNCIA DE SENTIDOS E RESSIGNIFICAÇÃO DE UM
NOME

BRUNA SILVÉRIO BOTELHO

PRESIDENTE E/OU PRESIDENTA:
EMERGÊNCIA DE SENTIDOS E RESSIGNIFICAÇÃO DE UM
NOME

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Mariângela Peccioli
Galli Joanilho

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

B748p Botelho, Bruna Silvério.

Presidente e/ou presidenta : emergência de sentidos e resignificação
de um nome / Bruna Silvério Botelho. – Londrina, 2012.
110 f. : il.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa – Lexicografia – Teses. 2. Semântica – Teses. 3. Língua
portuguesa – Dicionários – Teses. 4. Linguística – Teses. 6. Análise do discurso –
Teses. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU806.90-54

BRUNA SILVÉRIO BOTELHO

PRESIDENTE E/OU PRESIDENTA:

EMERGÊNCIA DE SENTIDOS E RESSIGNIFICAÇÃO DE UM NOME

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariângela Galli Joanilho
Orientadora – LET/CCH/UEL

Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
1ª. Titular – UFSCar

Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira –
LET/CCH/UEL
2ª. Titular – LET/CCH/UEL

Prof. Dr. André Luiz Joanilho – HIS/CCH/UEL
1º. Suplente – HIS/CCH/UEL

Prof. Dr. Paulo de Tarso Galembeck –
LET/CCH/UEL
2º. Suplente – LET/CCH/UEL

*“[...] ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência a vossa!
ai, palavras, ai, palavras,
sois de vento, ides no vento,
no vento que não retorna,
e, em tão rápida existência,
tudo se forma e se transforma!
sois de vento, ides no vento,
e quedais, com sorte nova!
ai, palavras, ai, palavras,
que estranha potência, a vossa!
todo o sentido da vida
principia à vossa porta [...].”*

Cecília Meireles

BOTELHO, Bruna Silvério. **Presidente e/ou presidenta**: emergência de sentidos e ressignificação de um nome. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Londrina, 2012.

RESUMO

No presente trabalho, realizamos um estudo dos diferentes sentidos da e para a palavra *presidenta*, bem como de sua comparação com a palavra *presidente*, analisando as definições de cada uma delas, a partir do diálogo entre três campos do saber: História das Ideias Linguísticas, Análise de Discurso e Semântica do Acontecimento. Para a realização da pesquisa, utilizamos as definições das palavras acima mencionadas, em dicionários nacionais de grande circulação no país, durante os séculos XX e XXI. Deste modo, os sentidos para as definições que analisamos são considerados, a partir da relação do acontecimento enunciativo com a história, o social e o político, ou seja, de um discurso que circula na sociedade e que está inserido nas definições lexicográficas. Ao situar o dicionário no campo do saber da História das Ideias Linguísticas, e para tanto, pensá-lo como um instrumento de gramatização, conforme Auroux (2009), consideramos o instrumento como lugar de observação e fonte de pesquisas sobre os modos de constituição históricos de uma palavra. Por esta razão, podemos afirmar que, por meio do dicionário, conseguimos observar o histórico e o social na constituição dos sentidos das palavras *presidente* e *presidenta*, mesmo que de forma silenciada. Procuramos compreender com a análise das definições lexicográficas, como os sentidos das palavras podem ser entendidos nos diferentes acontecimentos históricos, o que nos leva a pensar as palavras a partir do ponto de vista das designações ou dos sentidos empregados. Quanto às análises das definições da palavra *presidenta*, observamos que elas não trazem, em seu interior, as discussões sobre as quais pretendemos tratar no trabalho, no que diz respeito à situação de uso. Por esta razão, deixamos claro que não é nosso intuito resolver o problema gramatical da utilização correta de uma palavra, nem temos, portanto, como objetivo responder à questão da preferência ou da padronização de termos. Observamos somente que se trata de um caso de emergência de sentidos e da ressignificação de um nome, de como os sentidos para as palavras se constituem historicamente e como as enunciações sobre *presidente* e *presidenta* ganham novas significações com o passar do tempo.

Palavras-chave: Presidenta. Designação. Dicionários. Sentidos.

BOTELHO, Bruna Silvério. **Presidente e/ou presidenta**: emergência de sentidos e ressignificação de um nome. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. Londrina, 2012.

ABSTRACT

In this paper we study the different senses of the word *presidenta*, as well as its comparison with the word *presidente*, analyzing definitions of each of them from the dialogue between three fields of knowledge: History Ideas of Language, Discourse Analysis and Event Semantics. To carry out the research, we use the definitions of words and dictionaries mentioned in national mass circulation in the country during the XX and XXI centuries. So, the senses to analyze the definitions are considered from the relationship of the event limited to history, social and political, that is, a discourse that circulates in society and is inserted in the lexicographic definitions. By putting the dictionary in the field of knowledge of the history of linguistic ideas, and therefore as an instrument of thought grammar according Auroux (2009) consider the dictionary as a source of observation and investigation on the types of security history of a word. For this reason, we can say that through the dictionary got to observe the historical and social in the constitution of the senses of the words *presidente* and *presidenta* even that is muted. We seek to understand the analysis of lexical definitions, as the senses of words can be understood in different historical events, which leads us to believe the words from the viewpoint of the designations or employees of the senses. As for the analysis of the definitions of the word *presidenta* observed that they do not come within the discussions on which we intend to deal with at work, in regard to the situation of use. For this reason, we make clear that our intuition is not a grammatical problem solving for the correct use of a word, nor do we have, therefore, intended to answer the question of preference or of standardization of terms. We note only that it is an emergency of meanings and the reinterpretation of a name, how the senses for the words are historically and as statements about the *presidente* and *presidenta* to gain new meanings over time.

Keywords: Presidente. Presidenta. Nomination. Dictionaries. Senses.

CARTA À LEITORA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutam para obter lugares privilegiados, antes somente ocupados por homens e que, assim como nossa presidenta Dilma Rousseff, quebram com o padrão estabelecido da figura de mulher sensível e subserviente, sem deixar de ser humana.

Escrevo para defender a causa do gênero feminino, sempre presente, mesmo que em uma condição tão oposta à masculina, ou apenas para complementá-la. A todas as mulheres que se interessam pela diferenciação e particularização do feminino e afirmação do que seja ser mulher nos dias de hoje.

Designadas pelos nomes, a todas as mulheres que me determinam: Raimunda, Beatriz, Elza, Francisca, Márcia, Rose, Diva, Neuza, AdrianaS, Tathiana, Regina, GiovanaS, Julia, Mirela, Elisa, Bruna, Ana Luiza, Carol, Marianne, Lívia, Fabiana, Priscila, RosângelaS, Sirley, Sara, Marion, Aurore, Caroline, Evelin, Anais, Juliana, Thaís, Miriam, Tânia, MarianaS, Gessyca, Meire, Valtrudes, Mariângela, Esther, Sheila, Soila, Rosa, Gigi, Jilma, Perla, Letícia, Camila, Danielle, Eliane, Helen, Amanda, Marlene, Andréia, Gislene, Débora, Ivete, Xena e Maria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS (HIL)	14
1.1 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO.....	14
1.1.1 A Constituição do Saber Metalinguístico no Brasil	25
2 ANÁLISE DE DISCURSO E DICIONÁRIOS	29
2.1 O DICIONÁRIO E SEU FAZER DISCURSIVO.....	29
2.1.1 O Instrumento Dicionário e seus Domínios	37
2.1.2 Dicionários no Brasil: História e Processo de Constituição	41
2.1.3 Sinopse da Dicionarização no Brasil	46
3 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	48
3.1 A SEMÂNTICA COMO LUGAR DE REFLEXÃO	48
3.1.1 A Semântica do Acontecimento e as Palavras Correlatas	49
3.2 DA ARTICULAÇÃO ENTRE A HIL, AD E SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO	60
3.3 DOS CONCEITOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE.....	62
3.4 DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS TRÊS CAMPOS DO SABER.....	66
3.4.1 A Gramatização dos Dicionários como Objetos Históricos	66
3.4.2 O Dicionário como um Objeto Histórico para Análise	68
3.4.3 O Estudo do Dicionário pelo Viés da Semântica do Acontecimento	68
4 CONSTITUINDO O OBJETO	71
4.1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	73
4.1.1 Quanto às Condições de Produção dos Dicionários Nacionais	73
4.1.1.1 <i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa</i> (Caldas Aulete).....	74
4.1.1.2 <i>Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa</i> (Laudelino Freire).....	74
4.1.1.3 <i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> (Aurélio B. H. Ferreira)	75
4.1.1.4 <i>Dicionário da Língua Portuguesa</i> (Antenor Nascentes).....	76
4.1.1.5 <i>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</i> (Candido Figueiredo)	76

5 ANALISANDO AS PALAVRAS	77
5.1 <i>NOVO DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (CANDIDO FIGUEIREDO)	77
5.2 <i>GRANDE E NOVÍSSIMO DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (LAUDELINO FREIRE)	84
5.3 <i>DICCIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (CALDAS AULETE)	85
5.4 <i>NOVO DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA</i> (AURÉLIO B. H. FERREIRA)	90
5.5 <i>DICCIONÁRIO BÁSICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL</i> (ANTENOR NASCENTES).....	95
5.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS	97
5.7 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS DE UMA PALAVRA.....	100
5.8 A PRIMEIRA MULHER QUE DETERMINA OS SENTIDOS DE <i>PRESIDENTA</i>	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

A utilização da palavra *presidenta* é um tema recorrente em nossa atualidade, na mesma intensidade que sua oscilante significação. Qual seria, então, o discurso produzido pelo dicionário e como esse discurso acontece? Além deste questionamento, temos como objetivos específicos responder qual a maneira de funcionamento das definições para a palavra? Se os enunciados produzem sentidos no discurso, como os sentidos são produzidos?

Nosso objetivo geral nesta pesquisa é analisar as designações das palavras *presidente* e *presidenta* a partir do modo como elas significam nas definições lexicográficas, em dicionários nacionais, os quais consideramos como lugares específicos de observação existente entre o sujeito, a história e a sociedade.

Diante de tantas dúvidas relacionadas à correta utilização para a palavra *presidenta*, em nosso contexto, sentimos a necessidade de estudar os diferentes sentidos empregados. Para tanto, utilizamos da sua comparação com o vocábulo *presidente* pelo modo como elas são designadas em dicionários do século XX e XXI. A fim de verificar de que forma um acontecimento histórico, por exemplo, o da eleição de uma mulher para presidente, como no caso de Dilma Rousseff, pode trazer o surgimento ou a ressignificação de uma palavra. Nossa questão não é chegar a fórmulas prontas de preferência ou a padronização para o uso correto da palavra, mas sim, estudar as variações entre os sentidos utilizados.

Para a realização da pesquisa nos baseamos em três lugares de reflexão sobre a linguagem: a História das Ideias Linguísticas, no que diz respeito ao estudo sobre a constituição de um léxico brasileiro, o conhecimento sistemático da história da Língua Portuguesa e o saber que se constrói sobre ela; a Análise de Discurso, no que se refere à noção de pré-construído, postulado por Pêcheux (1988); e a Semântica do Acontecimento, no que tange à questão da emergência das diferentes designações atribuídas a uma palavra e seus efeitos de sentido.

Nosso percurso permite-nos afirmar que estamos diante do primeiro trabalho que se volta para a palavra *presidenta*, a partir de uma perspectiva semântica e que tenta buscar em suas ocorrências, em verbetes de dicionários, analisar o caso da emergência e da ressignificação de um nome. Destaca-se, ainda, por articular os três campos do saber acima mencionados.

Dada a importância do tema nas relações sociais, pesquisamos os sentidos das palavras *presidente* e *presidenta* que circulam na sociedade, a partir de um *corpus* constituído por definições lexicográficas. Levamos em consideração que os sentidos se

constituem, por meio do histórico e da sua relação com a linguagem, como nos estudos realizados por Guimarães (2005), que propõe um estudo designativo para os nomes de rua, e nomes próprios, bem como a pesquisa de Oliveira (2006), em sua tese de doutorado, quando se volta para o estudo da palavra *cidadania* em dicionários portugueses e brasileiros.

Por esta razão, analisamos o que está no interior das definições dessas palavras, em alguns dicionários de grande circulação no país. Ao estudar o dicionário, consideramos o instrumento não só como fonte de pesquisa sobre uma palavra, mas também como um *objeto histórico* e um instrumento tecnológico da gramatização, processo estudado por Auroux (2009) e discutido em nosso primeiro capítulo. Deste modo, pensamos o dicionário como um lugar em que é possível observar como as palavras *presidente* e *presidenta* significaram e significam nas relações sociais, e por essa razão, inserimos a pesquisa no domínio do programa de estudos da História das Ideias Linguísticas.

Refletimos sobre a natureza da linguagem como um funcionamento polissêmico, o qual não é percebido de maneira clara pelos falantes da língua, que por sua vez, iludem-se com o imaginário de textos constituídos por palavras com sentidos considerados verdadeiros. Como por exemplo, o que acontece com o dicionário, ao tomá-lo como fonte de pesquisa sobre o significado de uma palavra. Consideramos a definição, primeiramente como um modelo de certeza e legitimação do que se diz a respeito da palavra, sem nos questionarmos sobre o modo como o discurso foi articulado para estar inserido no instrumento. Nesse momento, estamos tratando do imaginário, da ilusão necessária ao considerar o dicionário um instrumento constituído historicamente, além do imaginário sobre o da unidade da língua portuguesa, língua nacional, oficial e materna de seus falantes.

Referimo-nos ao imaginário de unidade que se contrapõe à multiplicidade de línguas existentes, as quais fazem parte do mesmo espaço enunciativo, e são disseminados por políticas de línguas, em meios como as instituições de ensino. Esses saberes se constituem por meio de instrumentos como a gramática e o dicionário que, por sua vez, são tratados como saberes sobre a língua portuguesa tida como língua culta.

Conforme Auroux (2009), o processo de gramatização consiste em instrumentar as línguas em gramáticas e dicionários, e assim, modificá-las. Ao pensarmos no dicionário enquanto instrumento de gramatização e lugar de observação sobre a língua, ele contribui para o imaginário da unidade de sentidos da língua portuguesa.

Deste modo, nosso objetivo foi o de nos ater a cada definição para as palavras *presidente* e *presidenta*, em cada acontecimento enunciativo, não somente das significações internas da língua, mas também, e principalmente, do refletir sobre os seus

sentidos no diálogo entre a história e o sujeito. Nesse momento, justificamos a presença da Análise de Discurso como um lugar de reflexão em nosso trabalho, por tratar da questão da exterioridade, e assim, contribuir para a constituição dos sentidos que acontece entre o sujeito, a sociedade e a história. Por este motivo, pensamos nas definições dicionarizadas, como um discurso que circula na sociedade, e reflete de certa forma, a maneira como o sujeito lexicógrafo organiza o seu dizer. Essa ponte com a Análise de Discurso faz-nos compreender que a noção de designação acontece na relação entre o real da linguagem e o sentido das relações linguísticas com a história.

Para o entendimento de como as palavras escolhidas para o *corpus* foram definidas, ao considerá-las fora do domínio das Ciências da Linguagem, procuramos dialogar com autores da História e das Ciências Sociais que abordam o tema da história e da representação da mulher, de um modo geral, a fim de compreendermos as relações que acontecem em nosso meio social por meio da divisão por gêneros. Pensamos, ainda, nas condições sócio-históricas da formação da sociedade brasileira, para assim, observar o modo como as definições e as significações para as palavras aparecem ao serem discutidas nas relações sociais.

A fim de observarmos também o que é dito sobre a noção de gênero, em outras áreas de conhecimento, optamos pelo diálogo entre as diferentes disciplinas das Ciências Humanas: a Linguística, a História e as Ciências Sociais.

Para a realização desta pesquisa, dividimos o trabalho em cinco partes:

No Capítulo I, tratamos da História das Ideias Linguísticas, da qual passamos a chamar de HIL, e refletimos sobre o programa de estudos proposto por Aurox (2009), no que diz respeito à revolução tecnológica da gramatização e ao processo de instrumentação de línguas em gramáticas e dicionários.

O Capítulo II é voltado para o ponto de vista da Análise de Discurso, a qual será referida como AD, que trata o dicionário enquanto um instrumento linguístico. Nesse capítulo, fizemos uso do aparato teórico da disciplina por meio das pesquisas de Orlandi (2002), mais especificamente, segundo a autora, socialmente estabelece-se uma hierarquização de sentidos, uns são mais valorizados e os de menor valor são silenciados.

No capítulo III, a teoria da Semântica do Acontecimento fundamenta, teórica e metodologicamente, as análises das definições lexicográficas utilizadas para compor o *corpus* da nossa pesquisa.

No capítulo IV, reservamos um espaço para as questões metodológicas de nossa pesquisa, inserimos um direcionamento do modo como foi constituído nosso *corpus* e

do modo como abordamos nossas análises, além da nossa posição com relação aos dicionários.

No **Capítulo V**, dedicamos à articulação entre as três áreas sobre a linguagem com a análise dos sentidos das palavras *presidente* e *presidenta*, a partir das suas definições lexicográficas. Nosso corpus é constituído por definições das palavras mencionadas retiradas dos seguintes dicionários: o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1926), e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1958), o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, (1939-1944) de Laudelino Freire, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975), publicado no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira, o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, (1988) em parceria com a Folha de São Paulo e a editora Nova Fronteira, as novas edições do dicionário Aurélio como as de 1999 e 2009, e o dicionário de Antenor Nascentes, intitulado *Dicionário Básico do Português do Brasil* de 1967.

Primeiramente, analisamos as definições para as palavras *presidente* e *presidenta* das edições de 1926, 1937 e 1963, do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Cândido Figueiredo, as quais não apresentaram muitas mudanças e tratavam do vocábulo no feminino como um neologismo.

Em seguida, fizemos a análise das definições das palavras selecionadas, no *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939-1944) de Laudelino Freire, no qual estão inseridas as duas acepções para a *presidenta* como um correspondente feminino do verbete *presidente* que, por sua vez, é determinado pelo seu sentido de origem latina.

Analisamos as edições de 1958 e 1974 do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* de Caldas Aulete. Na primeira edição, o verbete *presidenta* é determinado pela função do nome “esposa”, e apresenta relação de dependência com a palavra *presidente*.

A partir daí, observamos as definições das quatro edições do dicionário *Aurélio*, intitulado *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. As definições apresentadas, na primeira edição (1975) e na segunda (1986), são idênticas. Na terceira, intitulada *Novo Aurélio do Século XXI* (1999), foi inserida a quarta acepção com a definição “Governador de Estado”, o que se repete para a quarta edição, de 2009.

No dicionário de Antenor Nascentes, *Dicionário Básico do Português do Brasil* (1967), a palavra *presidenta* só significa a partir da sua relação com o termo *presidente*,

e diferentemente das definições dos dicionários anteriores não está ligada à etimologia da palavra.

É importante frisar que nos baseamos nos estudos referentes à designação das palavras selecionadas, conforme estudo proposto por Guimarães (2005), embora uma análise que acentue a *nomeação* e suas modalidades (ato de batismo, agenciamento enunciativo) seja altamente produtiva por determinar ambos os modos, a sua preponderância não foi objeto de estudo deste trabalho, que elege outras prioridades. Ou seja, em nosso caso, a materialidade de análise é o dicionário, um instrumento linguístico, sem outras materialidades nas quais o agenciamento enunciativo pode ser negligenciado.

Por último, reservamos espaço para as considerações finais a respeito da análise proposta e realizada, e finalizamos com as referências de trabalhos que serviram de base para a constituição de nossa pesquisa.

O percurso histórico de sentidos para as palavras foi possibilitado, por meio da observação das definições lexicográficas de dicionários de grande circulação nos séculos XX e XXI, bem como da sua associação com o breve estudo histórico da representação da mulher no Brasil, realizado pelo historiador e sociólogo Carlos Bauer (2001).

Nosso objetivo não foi o de realizar um estudo sociológico ou histórico das palavras *presidente* e *presidenta*, nem mesmo de esgotar o saber sobre o assunto, mas sim o de compreender de que forma essas palavras são conceituadas para que realizássemos uma análise das definições lexicográficas a partir da perspectiva da relação entre a Análise de Discurso e Semântica do Acontecimento. Nas análises das definições lexicográficas, remetemos o estudo para a exterioridade, a fim de observarmos o que é retomado do meio social, e o que não é retomado, ao pensar no dicionário, enquanto instrumento que traz o recorte do acontecimento sócio-histórico.

1 HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUISTICAS

1.1 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO

O processo de gramatização dos vernáculos, proposto por Auroux (2009), é considerado um campo relevante de pesquisa no programa de estudos da História das Ideias Linguísticas. Segundo o pesquisador, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que ainda hoje são os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (AUROUX, 2009, p. 65). Trata-se, em outras palavras, da instrumentação dos vernáculos por meio da produção de gramáticas e dicionários. Esse processo acontece no Renascimento, por volta do século XVI, motivado por questões pragmáticas, como por exemplo, fornecer meios para estabelecer relações comerciais e para acessar as línguas de administração, também motivado por questões políticas, como o de regular línguas literárias e desenvolver políticas de expansão linguística.

Auroux (2009) tenta responder quando e como surgiram as disciplinas que se voltam para a linguagem, e ainda propõe a reflexão sobre o impacto causado na cultura humana e o seu desenvolvimento. Para realizar tal estudo, o autor concentrou-se em duas teses: a primeira, a do surgimento das ciências da linguagem, juntamente com a tese de que a escrita permite o nascimento das ciências da linguagem, e não o mecanismo contrário, como afirmam alguns historiadores, linguistas e filósofos; a segunda tese tem por base os princípios da gramatização, conceitos desenvolvidos nos capítulos dois e três de *A revolução tecnológica da gramatização* (2009). A partir dos estudos de Auroux (2009), consideramos a gramatização dos vernáculos como a segunda revolução tecnológica vivenciada pela Humanidade, consequência da primeira quando falamos do surgimento da escrita.

Como já dito anteriormente, o conceito de gramatização parte da ideia da instrumentação das línguas por meio de dois suportes básicos: a gramática e o dicionário. Esse processo, desde o Renascimento Europeu, permitiu a continuação da comunicação humana, por meio do conhecimento de outras línguas e a dominação de uma língua sobre a outra. Para Auroux (2009, p. 9), esse processo trata de uma revolução tecnológica, na medida em que parte de instrumentos tecnológicos, como a escrita que, por conseguinte, é modificada, como em um mecanismo de transformação.

Auroux (2009) passa, então, a tratar dos trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos, quando visa à constituição de uma enciclopédia histórica das

ciências da linguagem. O pesquisador assim os define: primeiro, os trabalhos que têm por objetivo a constituição de base documentária para a pesquisa empírica; em seguida, os trabalhos homogêneos, como os realizados pela filologia e gramática; e por último, o mecanismo de volta ao passado para legitimar uma prática cognitiva atual. E, ao se referir ao saber como um ato limitado, acrescenta a seguinte afirmação:

Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. (AUROUX, 2009, p. 12).

O estudioso refere-se a um saber que possui uma espessura temporal limitada, de um ato que só acontece por meio da memória e da projeção.

Nesse sentido, ser historiador, segundo Auroux (2009), consiste em um movimento de querer saber o porquê, o como, o quando da mudança e a essência dos objetos que se mobilizam. A preocupação explicitada pelo autor, ao realizar o seu trabalho, concerne às respostas para duas questões basilares: a primeira, de como o saber linguístico se constitui no tempo; e a segunda, como esse saber evoluiu e se transformou no tempo. Voltamos aqui à afirmação de Auroux, inserida no início desse parágrafo, ao dissertar que todo conhecimento histórico se constitui de uma realidade histórica, pois, para o autor, todo saber resulta de um processo de interação de tradições, sendo elas sociais e contextuais, constituindo-se do histórico e do temporal.

Ao tratar mais especificamente de um ato de saber, consideramos a seguinte passagem:

O saber linguístico é múltiplo e principia naturalmente na consciência do homem falante. Ele é *epilinguístico*, não colocado por si na representação, antes de ser *metalinguístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem [...] (AUROUX, 2009, p. 17).

O primeiro caso é de um saber inconsciente, que não está por si só na representação; o segundo é um saber representado com o auxílio de uma metalinguagem. Por isso, para o autor, os parâmetros da escrita são essenciais, no que diz respeito à história das representações linguísticas, pois

Qualquer que seja a cultura, reencontramos sempre os elementos de uma passagem do epilinguístico ao metalinguístico, quer se trate do aparecimento das palavras metalinguísticas (*dizer, cantar*, etc.), de certas práticas de linguagem, de especulações sobre a origem da linguagem, ou sobre a identidade e a diferenciação linguística [...] (AUROUX, 2009, p. 19).

Ao tomarmos a escrita como o “limiar”, afirmamos que “a palavra faz coisas” (AUROUX, 2009, p. 20), fazendo elas coisas, elas são de fato “coisas entre coisas” (AUROUX, 2009, p. 21), em um movimento simbólico do real, como no exemplo selecionado pelo pesquisador: “As palavras que o homem troca com a sua mulher antes do ato sexual são compostas de modo diverso, segundo sejam ‘boas’ ou ‘más’; são elas que, juntamente com o esperma, produzirão o feto ou o sangue da menstruação.” (AUROUX, 2009, p. 20). Identificamos o mesmo processo em que a palavra faz coisas, no ensino de línguas, no caso do conhecimento de uma língua estrangeira, mecanismo prezado devido à situação etnográfica. Nesse caso específico, fica marcado o surgimento do que podemos considerar o “verdadeiro saber (meta)linguístico, quando a metalinguagem toma a cargo as manipulações efetúáveis sobre a linguagem nela mesma [...]” (AUROUX, 2009, p. 21).

Paralelamente, trazemos os estudos sobre o processo do surgimento da escrita como em um “processo de objetivação da linguagem, isto é, de representação metalinguística considerável e sem equivalente anterior. Ela precisa do aparecimento de técnicas autônomas e inteiramente artificiais [...]” (AUROUX, 2009, p. 21). Por isso, para o autor: “Quando falamos de origem, não se trata evidentemente de um acontecimento, mas de um processo que podemos delimitar num intervalo temporal aberto, às vezes consideravelmente longo.” (p. 23), e ao tratarmos da origem de uma tradição, identificamos que ela pode ser “espontânea”, ou ainda ser resultado de uma “transferência tecnológica”, como acontece com a tradição latina, a gramática hebraica, ou o estudo dos vernáculos europeus e africanos. Essas transferências podem, muitas vezes, ser acompanhadas por uma transferência de técnicas de escrita e nesse caso, Auroux (2009) fala especificamente de “influências”, do nascer da escrita como uma tradição do saber linguístico, e da homogeneização dos traços da tradição ocidental sobre as outras tradições.

Em seus primórdios, a escrita só representa, ainda não serve como fonte de reflexão, como vemos, por exemplo, com as primeiras listas de palavras surgidas, ou de caracteres para os chineses, que possuíam como função o aprendizado de línguas. Em seguida, acontece um desenvolvimento da reflexão linguística, na questão da diferenciação das línguas, mais especificamente a ideia de alteridade, de uma língua ser diferente da outra,

estudo iniciado pela dificuldade na leitura de textos antigos, pois, era preciso comparar as línguas e analisá-las para, então, refletir sobre elas.

Desta maneira, fica evidente que o desenvolvimento do saber linguístico origina-se quando a escrita, ao fixar a linguagem, torna a alteridade mais objetiva e se transforma em um problema que cabe ao sujeito resolver. E, segundo Auroux (2009, p. 25): “Essa alteridade pode ter muitas fontes: pode provir da antiguidade de um texto canônico, de palavras ou textos estrangeiros que é preciso transcrever.” Neste sentido, a escrita fixa, classifica e ordena, e se pensarmos em um exemplo prático para essa ideia, temos que a necessidade de se falar uma língua surge pelo simples fato de se compreender um texto, e não somente pela análise gramatical, isto é, a decifração de textos não ocorre como uma técnica, o que muitas vezes acontece em nossos dias, da gramática ser uma técnica escolar utilizada para ensinar crianças que mal dominam a sua língua.

Já “Em tempos remotos”, segundo Auroux (2009, p. 27), “nunca se teve espontaneamente a ideia de fazer uma *gramática* – um corpo de regras explicando como construir palavras, mesmo que sob a forma implícita de paradigmas – para aprender a falar”, quando apresenta a sistematização que a gramática faz do oral, pois aprendemos a falar usando a língua espontaneamente, e não a partir de uma gramática, mecanismo que acontece de maneira diferente para a escrita, pois para dominá-la, é necessário cuidado especial, saber usar a escrita de maneira peculiar.

A fim de completarmos esse raciocínio, utilizaremos a seguinte citação de Auroux:

O que chamamos de *gramática* e que foi durante dois milênios uma das formas de saber linguístico dos mais trabalhados no Ocidente repousa sobre o recorte da cadeia falada (ou escrita, na maior parte dos casos), isto é, sobre o reconhecimento das unidades e – ao contrário da lexicografia – sua projeção sobre uma dimensão paradigmática que rompe com a linearidade dessa cadeia. Vimos como um saber de tipo textual podia nascer da prática textual na base de uma prática da escrita. Se esses elementos desempenham um papel, não são necessariamente decisivos. O reconhecimento das unidades se prende frequentemente a outras práticas e a outros saberes sociais (2009, p. 28).

Ainda de acordo com o autor, a gramática, da maneira pela qual a conhecemos nos dias atuais, só nasceu dois séculos antes de nossa era, na Escola de Alexandria, tendo como estudioso Dionísio de Trácia.

Passamos agora do aspecto das causas complexas para o desenvolvimento dos saberes linguísticos, causas de características muito diversas, conforme

a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contatos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia (AUROUX, 2009, p. 31).

Neste caso, o purismo e a exaltação da identidade nacional são fenômenos universais na constituição dos saberes linguísticos, e o conhecimento desses diferentes saberes impulsionam o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo que a essência da linguagem a transforma em matéria de filosofar, há o estabelecimento da relação entre linguagem e pensamento, noção que pode ser expressa pelo excerto: “O domínio tradicional da filosofia é o das relações da linguagem com o pensamento, com o verdadeiro e com o real, quaisquer que sejam as razões que fizeram com que este ou aquele filósofo [...] tenha podido pensar em economizar qualquer desvio pela linguagem” (AUROUX, 2009, p. 34).

Após a sistematização da escrita, a *segunda revolução tecno-linguística* é a da “gramatização”, isto é, a instrumentação de línguas em gramáticas e dicionários. Cada integração de uma nova língua corresponde ao aumento da legitimidade da rede, estamos nesse momento, tratando de um período que compreende do século V até o fim do XIX. Ao fazer um paralelo entre o interesse prático da gramática e do dicionário, respectivamente, para a primeira, o conhecimento do domínio de línguas; e para o segundo, no caso o dicionário monolíngue, a comparação entre as línguas. Por isso, o caráter do processo de gramatização de línguas é considerado um fenômeno cultural.

Ao estudarmos o quadro cronológico da gramatização dos vernáculos, esquematizado por Auroux (2009, p. 18-19), notamos que, comparada aos outros continentes, a gramatização da língua europeia é contemporânea. Mais exatamente após o Renascimento, vemos eclodir o processo massivo de gramatização a partir da Europa, devido a um problema epistemológico e histórico, como as invasões e a fragmentação do Império Romano do Ocidente, bem como o fim do latim e o surgimento das línguas neolatinas, pois o latim só é mantido como língua de administração e da cultura intelectual e religiosa, que consiste, ao mesmo tempo, em um processo de dispersão e de fragmentação, além de um fator de unificação do mesmo território. Tomamos por base a seguinte passagem:

É nessa situação que é preciso buscar as razões da mudança de orientação prática da gramática. As crianças gregas ou latinas que frequentavam a escola do gramático já sabiam sua língua, sendo a gramática só uma etapa do acesso à cultura escrita. Para um europeu do século IX, o latim é antes de tudo uma segunda língua que ele deve aprender. A gramática latina existe e vai se tornar prioritariamente uma técnica de aprendizagem da língua (AUROUX, 2009, p. 43).

Isto quer dizer que, quando vamos à escola, já sabemos falar, portanto o processo da fala é anterior ao da escrita, e para o europeu do século XIX, o latim é uma segunda língua que ele aprende na escola juntamente com a gramática e suas regras, o que confirma o argumento da utilização da gramática latina como propósito de aprendizagem de outra língua.

Deste modo, a gramatização varia conforme a língua, constituindo-se em um processo transitivo de língua para língua, assim, fica evidente a explicação das traduções que dão possibilidade e acessibilidade às diferentes línguas.

Estamos situados em um período (do início a meados do século VII), em que a gramática latina torna-se um instrumento pedagógico, contexto em que surge o seguinte questionamento: por que esperar o século XVI para se ver a generalização do processo de gramatização do vernáculo? O pesquisador tenta responder a pergunta ao contextualizar que, durante a Idade Média, tem-se a concomitante existência do latim culto e do latim falado pelo povo nas ruas, para tanto a Igreja, que exerce forte poder, assegura a permanência do latim, ficando somente ameaçado pelas atividades do comércio.

Até o momento, conseguimos identificar duas causas que se desmembram em outras para a explicação do processo de gramatização: a) o exercício da tradução ao tentar estabelecer a correspondência entre as línguas; b) uma questão política de dominação, por exemplo, a expansão linguística. As razões pelas quais o aprendizado de línguas estrangeiras torna-se corrente são provavelmente as mesmas da Idade Média, citadas no parágrafo anterior. Assim, conforme Auroux (2009): “A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma língua oficial* uma obrigação para os cidadãos” (p. 53). Tal comentário do pesquisador ilustra a ideia de *língua nação* como uma obrigação de aprendizagem da língua oficial.

Segundo Auroux (2009, p. 55): “A gramatização dos vernáculos europeus é posterior à primeira utilização ocidental (1447) e à extensão da imprensa”, assim, chegamos à reflexão sobre o papel da imprensa na difusão do texto escrito, ao permitir a realização de

cópias que, por sua vez, necessitam, cada vez mais, de inovações, ou seja, de novas produções escritas a serem difundidas. Essa difusão do livro impresso impõe a constituição de um espaço ilimitado, se pensarmos no caso das atividades de traduções dos diferentes idiomas.

Para tratar das últimas considerações sobre seus conceitos, Auroux afirma

A gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea da exploração do planeta (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos pelo Ocidente. Isso explica a gramatização simultânea das línguas do mundo, cujo resultado é particularmente impressionante para a América do Sul e Central (2009, p. 57).

Ou seja, o pesquisador identifica os processos de gramatização que caminham juntos, o processo simultâneo da gramatização das línguas do mundo, e a realização científica que acontece no Renascimento, marcando a passagem à Idade Clássica de uma visão de mundo limitada para uma visão de mundo mais universal, muito bem ilustrada pelos questionamentos do estudioso: “Como os engenheiros do Renascimento fizeram-nos passar dos humanistas aos cientistas, os missionários e exploradores fizeram-nos passar dos humanistas aos antropólogos” (AUROUX, 2009, p. 61), e, para o autor, não podemos tomar a segunda revolução tecnolinguística, a gramatização, como uma mudança radical, no sentido de se passar de um estado de ciência normal para um estado de ciência que não condiz com o precedente. Estamos falando de deslocamentos de interesse, pois a revolução que a gramatização representa constitui-se de um movimento que interfere na vida social com longa duração.

Trataremos agora, mais especificamente, do conceito de gramatização propriamente dito, e para isso, retomamos as palavras de Auroux (2009, p. 65): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” A partir desse conceito, entendemos a gramatização como o processo de instrumentação e sistematização de línguas por meio da gramática e do dicionário. Para os europeus, a gramatização supõe a alfabetização, no sentido de transcrever a língua conforme ele percebe o som por analogia; o que não acontece da mesma maneira para os espanhóis, portugueses, franceses e alemães, uma vez que as comparações entre as línguas são inevitáveis.

Passamos a analisar, então, o primeiro componente basilar da gramatização: a gramática. Quanto ao seu aspecto estrutural, há a seguinte divisão: por unidades; por exemplos; e pelas regras que criam enunciados. Assim, as gramáticas possuem conteúdos

estáveis, como a ortografia, a fonética, a morfologia ou etimologia, a sintaxe, as figuras de construção, bem como as partes do discurso. Portanto, a escolha do *corpus* para a ilustração de um estudo gramatical é decisivo para a gramatização, o elemento central das normas de uma língua, pois demonstra a realidade linguística, isto quer dizer que os gramáticos devem incorporar a variação linguística, os diferentes usos da oralidade em seus estudos, confirmando a afirmação de Auroux:

Seria fácil demais e, sobretudo, inexato e injusto desprezar esses gramáticos que parecem não reconhecer plenamente que aquilo que uma gramática descreve são as regularidades intrínsecas à própria realidade das trocas linguísticas e que nenhuma mudança deixa de ter regularidade (2009, p. 69).

Concomitantemente a essa ideia, vem o conceito do pesquisador, em que trata da gramática não como uma simples descrição de uma linguagem natural, mas sim, como um *instrumento linguístico*, que transforma e prolonga a fala natural, “do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o [...]” (AUROUX, 2009, p. 70), que na nossa concepção, nada mais descreve que o funcionalismo empregado pela linguagem em uso. O que se torna ainda mais verdadeiro quando nos referimos aos dicionários, pois não há como dominar, decorar, ou conhecer todas as palavras existentes em um dicionário, mesmo porque, se soubéssemos todas as palavras, a existência de um dicionário não faria sentido, limitando-o ao aprendizado de uma outra língua. Por esta razão, partimos do princípio estudado por Auroux, no qual a gramatização abre e permite espaços e tempos de comunicação: “Assim como as estradas, os canais, as estradas de ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade” (AUROUX, 2009, p. 71). Sabemos que a norma escrita presente nas gramáticas transforma as pronúncias e que, por sua vez, podem fazer aparecer novas associações semânticas, e no caso da gramática

é preciso certamente considerar as línguas, elas próprias no sentido dessas entidades que consideramos – pois estamos habituados às línguas gramatizadas – como homogêneas e isótopas, sempre idênticas a elas mesmas, porque independentes do espaço, das circunstâncias e dos locutores, como uma consequência da gramatização (AUROUX, 2009, p. 72).

Ao pensarmos no caso dos dicionários, estruturados como os atuais, verificamos que eles não fizeram parte da tradição linguística inicial, justificado pela seguinte

comparação: as gramáticas decompõem enunciados, e os dicionários os ordenam, organizam-nos e os interpretam. O dicionário, como o conhecemos hoje, não é anterior à imprensa ou ao processo de gramatização dos vernáculos europeus, mas

A lexicografia – ela corresponde a um texto disposto segundo uma certa ordem dada às palavras – constituiu-se inicialmente segundo os seguintes eixos: a) Listas temáticas de vocabulário (que passam de língua a língua [...], que podem ser reduzidas a uma profissão (medicina) ou a um setor só da realidade (as plantas, as armas, etc.) Esses tipos de listas constituem sem dúvida os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade. [...] b) Em uma língua dada, listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor etc. [...] que, pouco a pouco, dão origem a *glossários* [...] c) Glossários independentes alfabéticos mono-, bi- ou n-língues (AUROUX, 2009, p. 73).

A circulação entre esses instrumentos é grande, explicando a tradução e o empréstimo de termos colocados em correspondência. Consideramos que a origem do dicionário monolíngue moderno remonta aos instrumentos linguísticos dos glossários (mono-, bi-, n-) desde a Idade Média até o Renascimento. Desse modo, é no processo de transmissão de língua para língua, como do latim para o vernáculo, que podemos justificar a natureza do instrumento linguístico e, assim, compreender que o aprendizado de uma língua estrangeira acontece por meio da comparação entre as línguas, as duas línguas existem e possuem origens diferentes. Segundo Auroux (2009, p. 75), fica demarcado como o primeiro dicionário bilingue latim-inglês, a obra do gramático Geoffroy, que apresenta aproximadamente doze mil entradas lexicais inglesas.

Com relação aos dicionários monolíngues, o pesquisador assevera

O dicionário monolíngue de uso dos nacionais, cujas entradas, pelo viés das definições, ligam-se entre si, é herdeiro incontestado desse trabalho lexical, mas corresponde a uma finalidade prática que é a mesma da gramatização das línguas nacionais: a normatização dos idiomas. A elaboração estender-se-á por todo o século XVII [...] até que as obras se tornem verdadeiros *prêts à parler* (Collinot e Mazière, 1987, a propósito dos dicionários franceses do fim do século.) (AUROUX, 2009, p. 75).

E lentamente os dicionários serão mais complexos, com marcação gramatical, pronúncias, sinônimos, antônimos. A fim de complementar o raciocínio sobre o conceito, tomamos o excerto:

Deve-se fazer começar a gramatização com o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua dada (por exemplo, quando se começam a citar palavras ou expressões em um texto de uma outra língua). É, no entanto, preciso que esse aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários (AUROUX, 2009, p. 75).

Ou seja, uma língua gramatizada acontece quando conseguimos falar ou ler a língua ou, ainda, aprender a língua com auxílio apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis, como a gramática e o dicionário. Por isso, afirmamos que o processo de gramatização está em constante evolução, pois as línguas evoluem como em um processo sem fim, em que não conseguimos definir até onde elas podem chegar, pois esse processo de transferência linguística traz com ele uma transferência não só linguística como também cultural mais ampla. E, referente a esses processos de transferência, eles podem acontecer por meio da *endotransferência* ou da *exotransferência*, dependendo da situação dos sujeitos que a efetuam e, por conseguinte, uma *endogramatização* ou uma *exogramatização*. Nesse caso, Auroux traz o seguinte exemplo:

A origem da gramática latina corresponde a uma endogramatização e a uma endotransferência cultural (a partir do grego). Acontece o mesmo para a gramatização dos vernáculos europeus; mesmo se estrangeiros desempenham às vezes um papel importante, a transferência é sempre endossada pela comunidade nacional (2009, p. 76).

Falamos, neste momento, da transferência tecnológica entre as línguas, em que, na ausência de uma tradição linguística, não existe a invenção de uma tradição a fim de descrever uma língua viva que não se tenha acesso. Além de que a qualificação para a descrição de línguas depende exclusivamente da estrutura das relações que se estabelecem entre as pessoas, pois são nessas relações humanas que a língua é colocada em posição para ser observada. Colocar as línguas em correspondência, e compará-las consistirá em uma técnica eficaz até o século XIX, pois as múltiplas comparações fazem aumentar o número de descrições. Em seguida, o desenvolvimento da gramatização é acompanhado por um *movimento centrífugo*, que traz consigo duas consequências:

De um lado, com o tempo e mais ainda no caso da gramatização endógena, cada língua tende a ser gramaticalizada em bases que lhe são cada vez mais apropriadas, se mais não fosse por razões de economia e de simplicidade na formulação das regras porque o material empírico sobredetermina as categorias. Por outro lado, as categorias dotadas de um mesmo nome têm tendência a ser empregadas em função de propriedades diferentes e a perder sua identidade conceptual (AUROUX, 2009, p. 88).

Este movimento centrífugo vem acompanhado, juntamente com a “captação” de determinadas línguas, como por exemplo, a da contaminação lenta da gramática latina pela gramatização dos vernáculos. Tal fato acontece, por exemplo, com a gramática geral, pois ela nasce após a gramatização e ganha destaque, no século XVIII, com os enciclopedistas franceses, propondo ser a ciência do que há de comum em todas as línguas, ela pretende ser a ciência das leis da linguagem. Porém, a gramática geral deixa a desejar por trabalhar com as estruturas morfológicas diferentes das categorias latinas, pois a sua contribuição nada mais foi a de repetir a descrição racional dos vernáculos europeus.

Na tentativa de sistematizar seus conceitos, Auroux (2009) afirma que todo esse desenvolvimento científico até agora mencionado apresenta duas consequências que merecem destaque: “A primeira concerne à etimologia [...] A etimologia medieval nos coloca diante de uma incontestável *descontinuidade teórica*. Há um momento em que esse tipo de procedimento intelectual parou de ser aceitável nas ciências da linguagem.” (AUROUX, 2009, p. 97); bem como “A segunda consequência concerne à rede, isto é, ao grafo formado pelos conhecimentos linguísticos [...] a representação da rede, isto é, das relações entre as línguas e as gramáticas” (AUROUX, 2009, p. 98). Isto quer dizer que a extensão da gramatização faz emergir um problema de fundo, de “como tornar conexa a rede dos conhecimentos metalinguísticos?” (AUROUX, 2009, p. 98). Pois, coloca-se em questionamento a unidade do conhecimento linguístico, o que corresponde hoje, exatamente, ao que chamamos de Linguística, e procura identificar, nesse processo de gramatização, seu fruto, mesmo que tardio, causado pela transformação do saber, produto de interesse para o conhecimento.

O estudo da gramatização, mesmo com todo esforço já realizado, carece, ainda, de considerável atenção, principalmente quando o foco é a gramatização brasileira do Português. Conforme defende Orlandi (2000), é necessário pensar a história das ideias linguísticas “nas condições próprias da história brasileira: uma colônia portuguesa que se torna Estado independente no início do século XIX” (p. 20). Por esta razão, abordaremos, neste trabalho, a gramatização brasileira do Português, a partir do estudo de dois verbetes

presidente e presidenta, em dicionários nacionais, a fim de compreendermos como o processo de descrição de línguas pode estabelecer uma extensão do saber linguístico por parte do falante.

1.1.1 A Constituição do Saber Metalinguístico no Brasil

O surgimento do conhecimento metalinguístico não é um acontecimento único, mas um processo cujas delimitações demandam um intervalo de tempo, muitas vezes, longo. Segundo Auroux (2009), embora não saibamos detalhadamente como se deu esse processo, sabemos que a sua condição de desenvolvimento é concomitante ao aparecimento da escrita, já que a existência da metalinguagem ou conhecimento linguístico dependem da escrita. Dessa maneira, a metalinguagem sustenta-se a partir da fixação da linguagem por meio da escrita (AUROUX, 2009). Devido a isso, a origem da metalinguagem, em uma determinada sociedade, pode “ser *espontânea*”, ou ainda ser resultado de uma “*transferência tecnológica*.” (AUROUX, 2009, p. 23).

No Brasil, em consequência do processo de colonização, nosso conhecimento metalinguístico surge por meio de transferência tecnológica, ou seja, nosso saber metalinguístico foi fortemente influenciado por outros saberes advindos dos países que nos colonizaram, tais como Portugal, Espanha e França.

Baseando-se nos estudos de Guimarães (1996), elaboramos um percurso histórico com relação aos eventos em que ocorreu essa transferência tecnológica no Brasil. Neste estudo, o pesquisador divide a história do Brasil em quatro períodos que demonstram claramente as etapas de nossa gramatização, isto é, de nossas produções gramaticais e dicionarísticas.

Como marco para o primeiro período, conforme o autor, o início é a descoberta do Brasil pelos portugueses e vai até a primeira metade do século XIX. Um momento de pouco desenvolvimento do saber metalinguístico, da gramatização brasileira do Português, tendo em vista que apenas as duas obras de Antônio Moraes Silva foram relevantes, a publicação do *Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1789, e do *Epitome da Grammatica da Língua Portuguesa*, em 1813.

Ainda de acordo com os estudos de Guimarães (1996), surgiram nessa época, algumas gramáticas de línguas indígenas, elaboradas por missionários estrangeiros, tendo como modelo as gramáticas europeias, que tinham por finalidade a catequização dos índios.

Na sequência, o segundo período tem início a partir da metade do século XIX, destaca-se pelo valor das obras publicadas. Ainda de acordo com as pesquisas de Guimarães (1996), temos, em 1857, a publicação do *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim, e em 1881, a publicação de *A Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro. Essas obras se destacaram devido ao distanciamento com relação a Portugal que elas conseguiram empreender. Várias outras obras importantes foram publicadas, na mesma época, tais como: a *Grammatica Portuguesa*, de João Ribeiro (1887), a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de Pacheco Silva (1887) e a *Grammatica Analytica*, de Maximino Maciel (1887), o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portuguesa*, de Macedo Soares, publicado em 1888, e o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan, datado de 1889. Simultaneamente a essas produções, acontecem a fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, e o surgimento da primeira faculdade de Letras: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1937, que marcam o término desse segundo período, em meados da década de 30.

Do final dos anos 30 até a década de 60, surgiu a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil, que, juntamente com a primeira faculdade de Letras, deram início à institucionalização dos estudos sobre a Língua Portuguesa. As duas instituições possibilitaram a constituição de um “espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, o que estava ligado fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino.” (GUIMARÃES, 1996, p. 131). Tal fato corroborou para a elaboração da Norma Gramatical Brasileira (NGB), em 1958, e a sua implantação, em 1959, acontecimento que inaugura o quarto período da gramatização brasileira do português e a constituição do saber metalinguístico no Brasil. Esse quarto período vai até nossos dias, e fica marcado, principalmente, pela inserção da disciplina de Linguística, nos cursos de letras, na década de 60, e nos cursos de pós-graduação, na década de 70.

Podemos sistematizar o estudo de Guimarães (1996) com a seguinte ilustração:

Quadro 1 - A gramatização brasileira do português e os períodos da construção do saber metalinguístico no Brasil

Período	Início	Término
1º Período	Primeira metade do século XVI	Primeira metade do século XIX
2º Período	Metade do século XIX	Final da década de 1930
3º Período	Final dos anos 30	Meados da década de 60
4º Período	Meados dos anos 60	Até os dias de hoje.

Em meio a todo este percurso, para nosso objetivo, interessa-nos o estudo e a utilização dos quatro períodos propostos por Guimarães, uma vez que tratamos de uma pesquisa cronológica dos modos de constituição históricos dos verbetes selecionados para este trabalho.

Ao tratarmos da linguagem, por meio da língua, estamos considerando que ela é representada pela gramática normativa e pelo dicionário, ou seja, pelos dois instrumentos linguísticos que fazem parte do processo de gramatização, proposto por Auroux (2009). Esse processo consiste na configuração dos saberes sobre uma língua considerada padrão, ideia que contribui para o imaginário da unificação, homogeneidade e transparência da língua.

Como vimos anteriormente, a gramatização consiste, para Auroux (2009, p. 65), no “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Para o autor, a unificação e a homogeneização massiva das línguas na Europa acontecem, por meio do processo de gramatização, como propósito de dominação, pois, ao unificar uma língua, há o predomínio de uma nação sobre a outra que está se formando. Portanto, o processo de gramatização consistiria na instrumentação da língua, a fim de se possibilitar a sua descrição em gramáticas e dicionários. Para tanto, era preciso, primeiramente, conseguir a transcrição de uma língua em caracteres latinos.

Concomitantemente com a produção de dicionários e de gramáticas, as línguas vão se tornando estáveis e homogêneas, diminuindo a variação entre elas. Fazer uso

correto da língua servia como critério para o estabelecimento de uma regra comum. Assim, explicamos as modificações que ocorriam nas línguas, pois aqueles que realizavam as transcrições, ao produzir as gramáticas e os dicionários, interferiam na língua.

Deste modo, a língua a ser utilizada pelas gramáticas e dicionários, no que diz respeito às definições, era tomada antes como parâmetro pelo seu devido uso ou não. Por esse motivo, é imprescindível notarmos que, na metalinguagem entre as gramáticas e dicionários era observado o critério de selecionar o que seria o bom uso da língua, a fim de se preservar as normas gramaticais exigidas por uma linguagem considerada como culta e padrão.

2 ANÁLISE DE DISCURSO E DICIONÁRIOS

2.1 O DICIONÁRIO E SEU FAZER DISCURSIVO

Por meio do referencial teórico da Análise de Discurso de linha francesa em diálogo com a História das Ideias Linguísticas, procuramos estabelecer relação entre o dicionário, a história e o social. Para isso, nos baseamos nos estudos realizados por Nunes (2006), pesquisa que realiza uma análise do dicionário a partir do aparato teórico da Análise de Discurso, em articulação com o programa de estudos em História das Ideias Linguísticas, a fim de observar o modo de produção dos sentidos em determinadas conjunturas com relação à sua materialidade discursiva.

Tomamos, portanto, a primeira função do dicionário explicitada pelo pesquisador como uma obra de referência, ou seja, olhamos para o dicionário como um instrumento de consulta para buscar a definição das palavras que são certificadas e legitimadas pelo saber de um especialista. Vemos, neste objeto, a estabilização de discursos que estão presentes na sociedade e que, conseqüentemente, sedimentam traços significativos de determinada época. Assim como um discurso modelo de certeza e de legitimidade, o dicionário apresenta sua historicidade que, ao longo do tempo, passa por transformações; cabe, portanto, como tarefa ao analista a desestabilização deste modelo estabelecido como verdade, a fim de explicitar que os sentidos podem ser outros.

O sentido, neste aspecto, é visto em suas redes de significações, na relação entre uma memória lexicográfica e “um espaço de atualidade” (NUNES, 2006, p. 15). Portanto, não tratamos de uma questão pura e simplesmente lexical, mas sim de um estudo discursivo do instrumento dicionário, assim como o realizam Collinot e Mazière, no livro *Un prêt à parler: le dictionnaire* (1997), quando tomam o dicionário como um instrumento discursivo em que se pode estudar nele as questões sociais, conforme a leitura deste excerto retirado da mesma obra: “O dicionário não é um léxico. Ele é influenciado pela hipótese social do imaginário linguajero” (tradução nossa)¹. Nesse sentido, os autores falam do dicionário como um “pronto para dizer”, em uma tradução literal do título da obra em questão, “que se maravilham da sua boa vontade, das suas proezas, de fatos grandes, mas que são frequentemente bem cegas a esses processos descritivos e ao que liga a ciência, a história,

¹ « Le dictionnaire n'est pas un lexique. Il est frappé de l'hypothèse sociale de l'imaginaire langagier » (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 2)

as técnicas de linguagem e a consciência sociológica da sua relação” (tradução nossa)². Por esta razão, os pesquisadores estudam o dicionário a partir de sua relação com o processo de gramatização de línguas, como o estudo analisado e proposto em nosso primeiro capítulo teórico sobre o programa de estudos da História das Ideias Linguísticas, pensado por Auroux (2009). Para isto, tomamos como base os estudos de Nunes (2006) e sua reflexão sobre a história dos dicionários no Brasil, no que diz respeito à pesquisa sobre a constituição de um léxico brasileiro, o conhecimento sistemático da história da Língua Portuguesa e o saber que se constrói sobre ela.

A Análise de Discurso (AD) relaciona o linguístico com o histórico e o ideológico, considerando a língua como um sistema aberto, não homogêneo, uma vez que não conseguimos atingir o real da língua, por isso a necessidade de sempre reelaborarmos sentidos e definições para as palavras. Deste modo, tratamos do dicionário, segundo a perspectiva de Collinot e Mazière (1997), quando asseveram:

Aquilo que faz o charme dos dicionários – e também a complexidade deles – é que eles nos falam do mundo e que, ao mesmo tempo, eles nos falam da língua segundo a qual eles dizem as coisas, incluindo o que a língua faz entre as coisas do mundo” (tradução nossa)³.

Tratamos o dicionário como uma forma de discurso e como um objeto histórico “tomado em uma sucessão de herança em herança, e de rupturas em inovações, mas sobretudo tomado em uma relação contemporânea das maneiras de dizer e de pensar a atividade linguageira” (tradução nossa)⁴.

Isto porque é a historicidade do dicionário que nos interessa, mais especificamente a sua maneira de ser um objeto de discurso e de portar um discurso sobre a língua, em que ao mesmo tempo, é exterior a ela e se constitui como seu produto. Portanto, compreender os diferentes sentidos que produzem os dicionários, para a AD, por exemplo, é compreender as relações entre os enunciados lexicográficos, levando-se em consideração o linguístico, o histórico e o ideológico.

² « qui s’émerveille de sa bonne volonté, de ses prouesses, certes grandes, mais qui est souvent bien aveugle à ses procédures descriptives et à ce qui noue science, histoire, techniques du langage et conscience sociologique de leur relation » (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 3)

³ « Ce qui fait les charme des dictionnaires – et aussi leur complexité - , c’est qu’ils nous parlent du monde et que, dans le même temps, ils nous parlent de la langue dans laquelle ils disent les choses, incluant de ce fait la langue parmi les choses du monde. » (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 1)

⁴ « pris dans une succession d’héritage en héritage, et de ruptures en innovations, mais surtout pris dans un rapport contemporain aux façon de dire et de penser l’activité langagière [...] » (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 6)

Ao reconhecer que a língua possui falhas, a AD procura identificar o movimento destes sentidos, o processo, o acontecimento e não o resultado/produto em si. Desta maneira, não é possível desvincular língua e história, uma vez que a historicidade do dicionário está presente até mesmo no contexto, na escolha dos verbetes, nas fontes selecionadas. Assim, conseguimos identificar, nos verbetes, refletida a imagem da sociedade, seja ela criada, afirmada ou silenciada nos enunciados, e conforme os estudos realizados por Nunes

o dicionário, é produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas. Segue disso que ele é produzido e, para sua análise, é preciso conhecer suas condições de produção. Como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos (2006, p. 18).

Neste sentido, a AD estuda o processo de constituição dos sentidos, mesmo levando em consideração que os dicionários nos dão a ilusão de estabilidade; por meio da disciplina em questão, notamos que estes sentidos estão sempre em movimento e nunca prontos e acabados. Pois, ao analisar um verbeito, estamos colocando em evidência como estes sentidos são opacos, na medida em que se relacionam com a história e a sociedade.

Nesse momento, falamos dos diferentes efeitos de sentido que as práticas sócio-históricas podem possuir, uma vez que não há como se desvincular do contexto sócio-histórico, se no dicionário temos refletida toda a historicidade na forma material dos verbetes.

Conforme as pesquisas de Nunes (2006), é por meio deste viés que surgem os seguintes questionamentos para a AD resolver: qual o discurso produzido pelo dicionário? Como esse discurso é produzido? Qual a maneira de funcionamento das definições, dos exemplos, das marcações, das etimologias? Estes enunciados produzem sentidos no discurso? Como estes sentidos são produzidos? No que diz respeito aos questionamentos colocados pela História das Ideias Linguísticas (HIL), temos as seguintes perguntas: quando foram produzidos os primeiros dicionários brasileiros? Eles sofreram transformações com o passar do tempo? Qual é o papel do dicionário na constituição de uma identidade nacional? Por meio destes questionamentos Nunes (2006) consegue fazer a articulação das duas disciplinas, ao considerar a historicidade dos sentidos juntamente com a dos saberes linguísticos, e assim, nosso trabalho utiliza-se destas perguntas como objetivos específicos a serem alcançados.

Uma vez que consideramos o dicionário um discurso, como sendo a prática, temos que o instrumento resulta do processo destas práticas que acontecem em determinadas

conjunturas, assim, para analisá-lo faz-se necessário o reconhecimento de suas condições de produção (contexto sócio-histórico determinante), pois ele se insere em um determinado espaço-tempo contendo, portanto, as características históricas do momento. Assim, podemos afirmar que o dicionário reproduz sentidos ao deslocar memórias, pois tudo o que está contido nele reflete os dizeres históricos de determinada época.

O discurso, para a AD, inscreve-se em um terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia, concebido como manifestação e materialização dessa ideologia, que decorre da maneira como está organizada a produção social. Neste sentido, o sujeito não é livre para dizer o que quer, ele sofre coerções de sua formação discursiva que, por sua vez, está vinculada a uma formação ideológica. Todo este processo é passível de ser encontrado, no processo discursivo do lexicógrafo, pois conseguimos identificar, em seu fazer discursivo, marcas de sua memória discursiva, a qual põe em funcionamento discursos que circulam na sociedade e na história e que nos auxiliam a caracterizar a figura das palavras as quais pretendemos analisar. Por meio da linguagem conseguiremos detectar a materialidade da ideologia na qual está ancorada o discurso do lexicógrafo, ao conceituar seus verbetes.

Quando refletimos sobre a articulação realizada pela AD entre língua, sujeito e história, pensamos na língua como o lugar onde acontece a produção do discurso, que por sua vez remete ao entorno, ou seja, às condições de produção do discurso, o contexto sócio-histórico-ideológico. Por isso, podemos justificar a leitura crítica do dicionário que faremos a partir da AD, a fim de compreender a sua singularidade histórica, identificar o que é silenciado, como uma possibilidade de significação, ou mesmo como silenciamento de sentidos. Na AD, a relação sujeito e sentido são constituídos ao mesmo tempo e historicamente. Logo, os sentidos dos dicionários não são dissociáveis da noção de sujeito, quando analisamos os dicionários, estamos colocando em evidência a posição de sujeito dos que produzem lexicografia, do discurso lexicográfico. Nas palavras do pesquisador:

visto que os sujeitos, na sua relação com a língua, são pensados historicamente, as formas de subjetividade e de autoria são igualmente pensadas em sua dimensão histórica. As marcas dessa historicidade estão presentes na materialidade do dicionário e nos permitem observar as mudanças de uma conjuntura a outra (NUNES, 2006, p. 19).

Consideramos as condições de produção como fatores extralinguísticos, o externo do discurso, na articulação do linguístico com o histórico, e no diálogo com a teoria proposta por Pêcheux (1990), as condições de produção colocam em cena os protagonistas e o objeto de discurso, ou seja, toda a cena enunciativa de atribuições de papéis (produtor-

destinatário) em uma dada conjuntura e em um determinado espaço-tempo. É por meio das formações imaginárias, desta imagem que se cria entre o produtor do discurso e o seu destinatário, que os sujeitos vão significando no discurso.

Neste sentido, um dicionário não corresponde à ideia de completude de uma língua, pois não reflete o real do discurso, é uma projeção imaginária da realidade, de uma sociedade ou de um determinado público leitor. O conceito de condições de produção leva em conta as circunstâncias: quem fala, o que se fala, para quem se fala e em que situação se fala. Como por exemplo, a posição do lexicógrafo, seja ela a figura do autor, ou do editor, é aquela a qual tem a função de apresentar o dicionário para os leitores em uma certa situação espaço-temporal.

Neste caso, os prefácios constituem-se de um material relevante para a aplicação das condições de produção, na medida em que fazem aparecer a voz do lexicógrafo situada em um determinado contexto. Porém, é preciso ir além dos prefácios e analisar também os textos dicionarísticos, como os verbetes e suas definições, que muitas vezes, fogem ao controle subjetivo do lexicógrafo. Pois, é nesse momento que entra a função do analista do discurso, ao tentar explicitar a posição do lexicógrafo, questionando o que está em evidência ou o que o lexicógrafo tenta neutralizar nos verbetes com relação ao lugar ocupado por ele em uma formação social. Conforme Nunes

Pensar o histórico no longo prazo e em diferentes circunstâncias nos levou a refletir sobre as transformações das condições de produção, as mudanças de processos discursivos, os deslocamentos de sentidos e o movimento das redes de paráfrases na tensão entre o mesmo e o diferente. O dicionário (sua constituição, sua reprodução, sua circulação, sua historicidade) nos serviu de referência para pensar essas transformações (2006, p. 21).

Isto significa dizer que o dicionário é um expressivo meio para se pensar a respeito das transformações das condições de produção, as mudanças de processos discursivos, os deslocamentos de sentido, de forma que reflete a constituição, a reprodução, a circulação e a historicidade da língua na articulação entre o mesmo e o diferente.

Quanto ao sujeito lexicógrafo, devemos pensar a sua figura como uma posição que se constitui historicamente e que pode variar de acordo com as particularidades das formações discursivas. Portanto, “O sujeito lexicógrafo se constitui nessa dupla determinação de um sujeito linguístico (do ajuste entre o real e a língua, pela palavra) e de uma injunção histórica, de maneira que a AD trabalha a articulação entre a psicanálise e o estudo histórico das formações sociais” (NUNES, 2006, p. 21). Como na exemplificação feita

pelo mesmo autor (2006), sobre a situação dos primeiros viajantes que chegavam ao Brasil, e deviam fazer associações entre o real e a língua, por meio da palavra, pois ao definir um animal, eles faziam comparações com animais já conhecidos na Europa.

Dessa maneira, quando definimos uma palavra, estamos atribuindo uma unidade imaginária a uma parte do real, por isso pode haver falhas, e o desejo de complementação é papel que cabe à história reformular e repetir. “Além disso, definir ‘palavras’ e suas significações é esquecer que se está definindo, *ao mesmo tempo*, o sujeito em seu lugar social: as palavras aparecem como se tivessem sentido em si mesmas, independentemente das relações entre os sujeitos (da intersubjetividade)” (NUNES, 2006, p. 22).

De acordo com esta concepção do autor, ao definirmos uma palavra, nós nos esquecemos que estamos somente repetindo outras palavras, como se ali elas perdessem os sentidos próprios, e neste caso, nada mais tratamos do que os esquecimentos 1 e 2, estudados por Pêcheux (2009, p. 161). Começando pelo esquecimento de número 2, que trata da transparência dos sentidos, o real que evoca sentidos, como no exemplo dado por Nunes (2006, p. 22): um sujeito afirma que X significa Y e não Z. Com relação ao esquecimento de número 1, em que, no caso dos dicionários como instrumentos, o lexicógrafo esquece de sua posição e pensa ser a origem dos sentidos, quando, na verdade, a origem dos sujeitos está na formação social e ideológica. No último caso, estamos nos referindo aos estudos das diferentes formas de alteridade ou heterogeneidade discursiva, ou seja, da presença do outro discurso no meu. O lexicógrafo constrói a imagem do outro em seu dicionário, quando projeta a imagem de um público leitor.

Neste momento, passamos a uma questão teórica discutida pela AD, no que diz respeito à memória do dicionário, como o *interdiscurso*, a memória do dizer, tudo o que já foi dito anteriormente, com certo índice em relação à noção de intradiscurso. Por esta razão, “Podemos considerar o dicionário como um espaço de memória discursiva. A elaboração de um dicionário consiste em um trabalho sobre o já-dito, um trabalho de seleção, reformulação, retomada, ruptura etc” (NUNES, 2006, p. 25), no sentido em que nos voltamos para a lexicografia como uma prática de paráfrase e reformulação.

Com o passar do tempo, a figura do lexicógrafo-autor vai surgindo, quando, por exemplo, ele começa a criar os próprios exemplos, pois antes eles eram elaborados coletivamente, ou até mesmo, extraídos de obras literárias relevantes, momento em que “o lexicógrafo constrói no dicionário uma imagem do ‘outro’, considerado aí como uma alteridade social e histórica. Além de projetar um público leitor, vemos se esboçar nos

verbetes um cenário das práticas sociais onde os sujeitos se encontram inseridos” (NUNES, 2006, p. 24).

Ao que se refere à memória do dizer, entendida pela noção de *interdiscurso*, compreendemos o conceito como tudo aquilo que já foi dito anteriormente e está arquivado. Nesse sentido, estamos sempre repetindo aquilo que já foi dito anteriormente, sem nos darmos conta do lugar onde se originou o enunciado. Como na elaboração de um dicionário, que consiste em um trabalho de escolha, de arranjos, de retomadas, de cópias. O conceito aqui explicitado para a noção de interdiscurso tem por base os estudos de Pêcheux (2009), como em um conjunto de formações discursivas que estão, ao mesmo tempo, realizando ligações com outras formações discursivas as quais podem ser, simultaneamente, de aliança ou de contradição e delimitação das diferentes formações.

Quanto ao conceito de formação discursiva, baseamo-nos nas teorias do primeiro estudioso sobre a questão, Foucault, sendo retomado em seguida por Pêcheux (2009, p. 161): “como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’ pela qual cada um sabe de antemão o que o ‘outro’ vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro [...]”. Em outras palavras, é aquilo que, em uma formação ideológica dada, determina o que pode ou não ser dito em uma dada situação. No caso dos dicionários, estamos nos referindo ao que se pode dizer em uma determinada conjuntura social, podendo implicar até mesmo na seleção ou escolha lexical dos sujeitos lexicógrafos.

Dentro de um discurso existe a concomitância de outros discursos, eles não são puros, estão sempre produzindo sentidos diferentes, fato que podemos comprovar com as próprias definições dos verbetes dicionarísticos, com relação às escolhas lexicais feitas para se ordenar o discurso e o seu próprio acontecimento, nesse meio vinculado a um contexto sócio-histórico. Segundo Nunes (2006, p. 28): “a análise do dicionário questiona a evidência da definição e explicita sua constituição histórica e, por conseguinte, suas diversas formas de relação ao discurso ‘outro’”, neste sentido, dialogamos com a noção de formação discursiva e seu modo heterogêneo de se constituir, sendo, claramente, evidenciado com a *heterogeneidade mostrada* e, implicitamente, pela *heterogeneidade constitutiva*. Pois, segundo Nunes

Se tomamos os dicionários de língua portuguesa, tal como eles se apresentam desde Moraes (1789), vemos que há uma separação entre o enunciado da definição, que aparece como homogêneo, transparente, anônimo, e os discursos citados, os discursos remetidos a um sujeito ou a uma imagem, os exemplos de uso comum ou localizado, os comentários (2006, p. 29).

No que diz respeito a essa separação entre o enunciado da definição e os discursos citados, remetidos a um sujeito ou uma origem, temos a ilusão de um discurso sem sujeito e sem exterior, construção estabelecida historicamente, pois a forma do dicionário é adquirida conforme a forma-sujeito do discurso aparece na história e é determinada por ela.

Ao que se refere às noções de repetição, equívoco e silenciamento, partimos do princípio estudado por Nunes (2006), em que os efeitos de sentido de um discurso são dinâmicos e acontecem por meio do jogo que se dá entre o mesmo e o diferente. Isso fica explícito se pensarmos na palavra que introduz o verbete, a palavra-entrada e a sua extensão com as definições, pois estamos tratando de uma repetição que ora leva ao mesmo, no caso da paráfrase, ora leva à criação do diferente, como na polissemia, ou ao silenciamento. Conforme Nunes (2006, p. 30): “os sentidos de um discurso não são fixos mas dinâmicos e se dão no jogo entre o mesmo e o diferente.” Como vemos, muitas coisas ficam silenciadas, nas afirmações no corpo dos verbetes, mais especificamente nas definições, nelas conseguimos identificar a qual formação discursiva estão ligadas e quais elas silenciam, no dicionário; a escolha de uma palavra-entrada silencia outra, a definição estabelece repetições e silencia outras explicações.

Quanto à noção de equívoco, temos o conceito de entrecruzamentos de posições discursivas, processo que está condicionado pelo fator ideológico, quando pensamos no caso das mesmas palavras do português de Portugal e no português do Brasil, que apresentam sentidos diferentes. Para Nunes (2006, p. 31)

O equívoco na língua é estruturante para o discurso, é ele que permite que haja entrecruzamento de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico. É igualmente o que faz com que a ideologia não seja uma máquina de assujeitamento sem falhas, estando sempre passível de reestruturações.

Por isso, não devemos pensar no equívoco como um erro, mas sim como uma intersecção de posições discursivas, em que diferentes sentidos estão em jogo para uma mesma palavra na visão de diferentes dicionários.

No caso dos verbetes, esses discursos e imagens sociais vão sendo construídos a partir das definições dadas, e no interior deles, vemos circular um discurso que está presente na sociedade, que revela um modo de dizer. Por esta razão, é possível estudar a noção de pré-construído, proposto por Pêcheux (2009), dentro das definições dicionarísticas. O sentido de pré-construído “remete ‘àquilo que todo mundo sabe’ [...], àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, 2009, p. 171). Ao utilizarmos os conceitos de pré-construídos, pretendemos buscar os efeitos de evidência produzidos, no interior dos verbetes *presidente* e *presidenta*, efeitos que são evidenciados por meio das condições de produção das palavras, ou seja, os seus modos de produção históricos.

2.1.1 O Instrumento Dicionário e seus Domínios

Ao tomarmos o dicionário como um discurso, e ao tentar sistematizar o seu estudo, pensamos conforme Collinot e Mazière (1997) que definem o dicionário em duas grandes direções: da historicidade, segundo duas regras: a) o dicionário como instituição, considerado como um acontecimento; “o dicionário como forma de enunciados tomados pelas redes conjunturais de discursos” (tradução nossa)⁵; b) do dicionário como sistema e, nesse sentido, “sistematicidade de uma escritura regida pelas restrições da língua atualizadas em formas de enunciados (definições, colocações, menções, etc.)” (tradução nossa)⁶.

Deste modo, elaboramos um estudo de cada um dos domínios que compreendem o instrumento no todo, começamos pelo estudo dos prefácios. Eles são textos introdutórios dos quais conseguimos identificar as condições de produção do discurso e a posição sujeito-lexicógrafo. Lugar em que os “autores” se posicionam e, constroem a imagem dos leitores e todo o contexto pelo qual e no qual o dicionário se insere. Os prefácios contextualizam a língua por participarem da história, neles conseguimos encontrar orientações, e conforme Nunes (2006), a partir dos prefácios, observamos “o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere [...]” (NUNES, 2006, p. 33). A partir da posição, segundo a qual toma o lexicógrafo, podemos identificar uma concepção de língua, ou seja, o que se diz ou

⁵ « le dictionnaire comme institution”; “le dictionnaire comme formes d’énonces pris des réseaux conjuncturels de discours » (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 1)

⁶ *systematicité* d’une écriture régie par des contraintes de langues actualisées dans des formes d’énonces (définitions, collocations, mentions, etc.)”(COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 2)

não sobre a língua. Nos prefácios, os lexicógrafos dirigirem-se aos leitores a fim de orientá-los com relação ao conhecimento sobre a língua falada por eles.

Assim como acontece nos prefácios, os verbetes são historicamente constituídos, permitindo identificar o seu processo de produção, ou seja, a sua constituição ocorre por meio de paráfrases de um dicionário ao outro. Interessa saber se “a configuração interna dos verbetes produz um discurso: presença ou não de uma representação da oralidade, de certas marcas de domínio, de etimologia; variação das formas de definição etc” (NUNES, 2006, p. 34). Estamos nos referindo ao processo de retomadas, cópias e silenciamentos tratados anteriormente como nos estudos realizados por Orlandi, em *As formas do silêncio* (1992). Estas retomadas produzem um discurso que atesta ou não a presença da oralidade, da etimologia, das diferentes formas de definições, como exemplo, incluímos os dicionários de brasileirismos que traziam marcações de localização geográfica, e os diferentes sentidos entre o português do Brasil e o de Portugal (NUNES, 2006).

No que diz respeito à nomenclatura, temos as palavras-entrada, as subentradas e locuções como formações históricas que remetem a uma formação discursiva. Neste caso, a “*lematização* [...] designa a representação de um conjunto lexical por uma de suas formas” (NUNES, 2006, p. 35). Portanto, no processo de dicionarização busca-se sempre a utilização do infinitivo dos verbos, a fim de representar as formas flexionadas correspondentes e ainda, “o masculino singular para todas as formas do nome” (NUNES, 2006, p. 35), informação de caráter muito significativo para o resultado que pretendemos atingir com o presente trabalho, por isso retornaremos a ela no capítulo referente às análises.

Quanto às definições, vemos claramente a demonstração de processos discursivos, em um mecanismo de interdiscursividade, de explicitação, de filiação às formações discursivas. Para tanto, tomamos as seguintes palavras de Nunes (2006, p. 36): “O enunciado definidor, assim, é considerado em uma rede de relações parafrásticas com outros enunciados, na qual se estabelecem os limites e as fronteiras das formações discursivas.” A definição clássica consiste na combinação entre um elemento genérico e uma determinação específica, como no esquema a seguir, proposto por Nunes (2006, p. 36): VERBETE = NOME GENÉRICO + ORAÇÃO RELATIVA, como no exemplo: “PAROBA ou PEROBA = árvore do mato virgem que dá madeira de lei.” Neste caso, se estamos tratando de discurso, a definição está para além da frase, considerada um enunciado ou um segmento de discurso e, “Com isso, remetemos o enunciado a um espaço de memória e descrevemos as reinscrições, as atualizações, as denegações de sentido” (NUNES, 2006, p. 36).

Por esta razão, o estudioso propõe pensar a definição em um quadro de funcionamento metafórico e metonímico da linguagem. Para isso, concebe os dois conceitos como: “O efeito metafórico é o que coloca em jogo a *seleção* e a *identificação* dos elementos significantes, enquanto o efeito metonímico coloca em jogo a *conexão* dos elementos, ou seja, as operações que se realizam sobre eles” (NUNES, 2006, p. 37). Nesse momento, voltamos à ideia de que a escolha do nome-cabeça, da palavra entrada, aquele que introduz a definição, equivale a um processo de seleção, pois um elemento é escolhido e outros são silenciados. Nunes (2006, p. 39) realiza, ainda, estudos sobre as variações “que dá, que serve, de que se usa” na posição do nome-cabeça que podem ora vir classificadas como sujeito, e ora como objeto do verbo da relativa. E, neste caso, de acordo com o pesquisador, “A variação das formas sintático-enunciativas são pistas para se compreender a construção das cenas definidoras e, por conseguinte, para explicitar as formações discursivas aí imbricadas” (NUNES, 2006, p. 40).

Ao denominar de contextualização, o autor compreende mecanismos tais como a citação, a exemplificação, a colocação e os comentários, seu estudo “conduz a refletir sobre os diversos gestos de leitura de arquivo produzidos pelos dicionários” (NUNES, 2006, p. 40). Quanto às questões voltadas para a etimologia, Nunes (2006, p. 40) classifica como uma leitura histórica de origens, origens etimológicas, e sua relevância ao ser inserida ou estar ausente nas definições dos verbetes. No que se refere às marcações, elas podem ser gramaticais, as formas mais conhecidas de se classificar uma palavra quanto à sua classe gramatical; ou marcação da homonímia, como no caso de se diferenciar um termo no Brasil em comparação a Portugal, forma muito utilizada no fim do século XIX.

Quando realiza uma síntese dos procedimentos de análise dos dicionários, Nunes (2006) retoma os conceitos encontrados nos estudos de Collinot e Mazière (1997), no que diz respeito às etapas de leitura do dicionário como um discurso, sendo a primeira, a da concepção do dicionário como um objeto histórico; a segunda, o seu trajeto de arquivo, a sua montagem e as diferentes interpretações; a terceira, quanto à organização em séries sistematizadas de enunciados espalhados nas definições dicionarísticas; a quarta etapa, a formação de redes de variações dentro das restrições sintáticas que são mais frequentes; a quinta refere-se à interpretação destas variações de forma regulada. Neste momento, levamos em consideração

a questão da recepção, do reconhecimento do discurso pelo leitor diante da polifonia discursiva e também o problema das incoerências das definições lexicográficas, marcado pela articulação dos discursos, pela invasão de um discurso por outro, enfim, pela historicidade constitutiva dos sentidos (NUNES, 2006, p. 43).

Ou seja, o discurso lexicográfico é instituído e informado pelo discurso social e histórico, levando ao problema da circularidade e o da heterogeneidade das definições.

Este diálogo entre a AD e a História das Ideias Linguísticas estuda o saber linguístico e o discurso sobre a língua e, ao tomar o dicionário como instrumento linguístico, o programa de estudos de História das Ideias Linguísticas analisa a produção de conhecimentos linguísticos desde a Antiguidade, por esta razão retomamos aqui alguns conceitos explicitados, no capítulo anterior, em que nos utilizamos dos estudos de Auroux (2009), ao considerar o processo de três revoluções científicas. A primeira considera como marco o surgimento da escrita há três mil anos; a segunda refere-se aos conceitos propostos por Auroux sobre a gramatização das línguas, por meio das gramáticas e dos dicionários, alcançando seu apogeu no século XVI; e a terceira revolução é um processo com efeito mais recente, da informatização das línguas. Ao tomarmos por base o estudo dos instrumentos linguísticos, das gramáticas e dicionários, e mais especificamente, ao analisar o dicionário, procuramos compreender uma forma de alteridade para o sujeito falante, que descreve e interpreta a materialidade linguística do objeto em questão. Por esta razão, retomamos uma citação de Auroux (2009), a fim de colocar em articulação os seus conceitos com a concepção de dicionário que queremos atingir

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento linguístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras) (AUROUX, 2009, p. 69).

Quanto aos conceitos tratados por Auroux (2009) explicitados no capítulo anterior, podemos retomar o processo de gramatização, impulsionado pela Renascença a partir da tradição greco-latina e graças à formação dos Estados europeus e à colonização. Falamos

de transferência tecnológica a partir da gramática latina, considerada referência para a gramatização das outras línguas, e um processo de homogeneização linguística que pode ocorrer por meio da endotransferência e da exotransferência. A partir deste direcionamento, “estudamos o dicionário na relação com as políticas linguísticas e a formação de unidades de línguas [...]” (NUNES, 2006, p. 45). Nesse sentido, a concepção de dicionário como um discurso auxilia na escrita de sua história e ajuda a compreender os processos de significação nas diferentes conjunturas.

2.1.2 Dicionários no Brasil: História e Processo de Constituição

Neste tópico, refletimos sobre o surgimento e a constituição dos dicionários, ainda tomando por base os estudos de Nunes (2006). Chamamos de *dicionarização*, o processo histórico-discursivo pelo qual se constitui estes instrumentos, como por exemplo, as listas de palavras que surgem entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses e dão origem ao dicionário. A lexicografia e a filologia são as mais antigas práticas das atividades linguísticas, por sua vez, “A escrita faz com que o homem se separe da linguagem e esta lhe seja alheia” (NUNES, 2006, p. 45). Esta preocupação com as questões de natureza linguística só começa a aparecer, como vemos nos estudos de Auroux (2009), seguida do caráter de alteridade da escrita. Como fica explícito na passagem

O que aparece em primeiro lugar são listas de palavras (ou de caracteres para os chineses). Sua utilidade não é muito clara no início; elas têm talvez um papel mnemotécnico e, no caso, dos silabários, serviram provavelmente ao aprendizado da escrita. Mas o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a *alteridade*, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita (AUROUX, 2009, p. 22).

Quanto ao processo de dicionarização, Nunes (2006) assevera que as primeiras listas dos babilônios datam de três milênios antes de nossa era, cabendo a Protágoras de Abdere, no quinto século antes de Cristo, a missão de compilar uma lista de palavras difíceis encontradas em Homero. Era preciso traduzir os textos antigos, transcrever e entendê-los, por esta razão, surge o estudo do léxico e da significação.

A produção de enciclopédias, glossários e dicionários intensifica-se na Idade Média. As *Etimologias* de Isidoro de Sevilha está no entremeio entre o dicionário e a enciclopédia. A partir do século VI, cresce o número de glossários com a decodificação e a interpretação de textos gregos e latinos na escola: “Numa primeira fase, eram editados à

margem ou no meio do texto. Numa segunda fase, organizavam-se em ordem alfabética ou por domínios temáticos” (NUNES, 2006, p. 46-47).

Em seguida, os glossários passam a ser utilizados no aprendizado de línguas estrangeiras e servirão de base para a construção dos dicionários. Segundo as pesquisas realizadas por Nunes (2006, p. 47), “A partir do século XI, um conjunto de dicionários medievais do latim circula pelos centros escolarizados da Europa”, destacando-se o *Papias* e o *Catholicon*.

Neste momento, retomamos a constituição da lexicografia concebida por Auroux (2009), e já introduzida no capítulo anterior, na qual vemos a subdivisão dos seguintes eixos: a) listas temáticas selecionadas por áreas e assuntos específicos, como por exemplo, as profissões, as plantas, a medicina, as armas, essas listas constituem o que Nunes (2006, p. 47) intitula como “suporte onomasiológico da aprendizagem medieval do latim.”; b) listas de palavras antigas e de difícil compreensão, de homônimos, de sinônimos, os dicionários de rimas, o léxico de um determinado autor, as glossas que dão origem aos glossários, para tanto, utiliza-se da metalinguagem para explicar uma palavra difícil por meio de palavras de mais simples compreensão; c) os glossários mono-, bi-, ou n-lingues que se multiplicavam.

No Renascimento surgem os dicionários de língua materna, ou monolíngues, por meio dos fatores que condicionam o desenvolvimento da lexicografia, como vimos anteriormente: a administração dos grandes Estados, a literalização dos idiomas e a relação com a língua nacional, no que se refere ao caráter de uma *língua*, uma *nação*, bem como o papel da imprensa, a expansão colonial, as viagens, o comércio, e o contato entre os diferentes povos. A fim de complementar seus estudos, Nunes (2006) utiliza-se da tipologia de Telmo Verdelho (1995) sobre *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*, ao apresentar os dicionários em cinco grandes linhas no Renascimento: a) a dos grandes dicionários latinos, e como destaque, temos o *Dictionarium seu Linguae Latinae Thesaurus*, de Robert Estienne, publicado em 1531; b) os dicionários bilíngues do latim-vernáculo e vernáculo-latim, em que são relevantes as duas obras de Nebrija, o *Lexicon Latino-hispânico*, de 1492, e o *Vocabulário Latino-hispânico* de 1495; c) os dicionários plurilíngues de línguas clássicas como referência, bem distinguido pelo Calepinus; d) os dicionários escolares, poéticos e temáticos; e) vocabulários práticos plurilíngues e intervernáculos sem nenhuma preocupação literária, e sim a cabo das relações comerciais e políticas. Por fim

Além dessa tipologia, costuma-se levar em conta a distinção entre os ‘dicionários de língua’ e os ‘dicionários de coisas’ ou referentes. Essa distinção dificilmente se aplica rigidamente e as fronteiras entre esses tipos com frequência se misturam. Mesmo assim, ela teve a partir do século XVI uma importância crescente, com consequências práticas e metodológicas, delineando até mesmo uma divisão do trabalho lexicográfico (NUNES, 2006, p. 49).

Segundo Nunes (2006), a lexicografia portuguesa acontece tardiamente, pois é somente no século XVI que a obra de Jerônimo Cardoso é considerada a fundadora da lexicografia portuguesa, destaque também para o papel disseminador dos dicionários de Estienne, Nebrija e Calepino, apresentados no parágrafo anterior. Outro marco importante para a lexicografia portuguesa é a publicação do primeiro dicionário monolíngue português, o *Dicionário da Língua Portuguesa*, em 1789, por Antonio de Moraes Silva.

A expansão das nações europeias dá início à lexicografia, no Brasil, com a formação das línguas nacionais, na Europa, no fim do século XV e começo do século XVI; dos primeiros séculos da colonização do Brasil, só nos restam documentos sobre três línguas: o tupinambá, o kariri e manau, conforme a informação de Nunes (2006), em sua pesquisa sobre as línguas indígenas. Os estudos sobre o português do Brasil iniciam-se no fim do século XVIII e início do XIX, com o movimento romântico e a Independência, pois antes prevaleciam os estudos sobre a língua indígena. Portanto, Nunes (2006) observa mais de perto a passagem da lexicografia bilíngue para a monolíngue, e descobre que os relatos dos viajantes e missionários iniciam as práticas lexicográficas no Brasil, em seguida, os jesuítas começam a produzir os dicionários bilíngues português-tupi, entre os séculos XVI e XVII, eles reúnem listas temáticas de palavras indígenas.

Moraes elabora, em 1789, um dicionário monolíngue feito em Portugal por ele próprio, um autor brasileiro, que retoma a tradição portuguesa. Na segunda metade do século XIX, surgem os dicionários de complemento aos dicionários portugueses, bem como os de regionalismos, brasileirismos e termos técnicos. No início da República, houve o desejo de se ter um dicionário puramente brasileiro que embutisse as características próprias do povo e da sua fala, que se afastasse de Portugal.

Dessa forma, a lexicografia brasileira em relação à produção europeia, acontece em um espaço-tempo diferente, a última baseia-se no estudo de textos antigos; da comparação entre as línguas surgem os glossários, em seguida, os dicionários bilíngues. Já a lexicografia brasileira tem sua origem nos relatos dos viajantes a respeito das primeiras descrições sobre o Brasil. “Os relatos são um misto de narração épica, ciência natural,

documento oficial, saber enciclopédico, literatura de viagem, retórica, informação, propaganda” (NUNES, 2006, p. 52).

Quanto ao aspecto da alteridade linguística, é a língua indígena que tem contato com o português (ou a língua dos diferentes viajantes que aqui chegavam) e que serve de base para a lexicografia local. Os relatos foram publicados na Europa e não foram muito difundidos no Brasil, devido à ausência da imprensa até o início do século XIX. Por isso, ao tentarmos sistematizar o processo de dicionarização no Brasil, segundo Nunes (2006, p. 53), teríamos primeiro, a transcrição alfabética dos termos indígenas; em seguida, as citações, comentários, traduções e diálogos; depois, o agrupamento por listas temáticas, primeiramente da língua indígena para o português e, em seguida, do português para a língua indígena; na sequência, os dicionários bilíngues do português para a língua indígena; seguidos dos dicionários bilíngues da língua indígena para o português; e por último, os dicionários monolíngues de língua portuguesa no Brasil.

No que se refere às transcrições, traduções e comentários, os viajantes portugueses, alemães, franceses, holandeses estiveram no Brasil e escreveram relatos, por isso há uma vasta produção e muitas são as variações de ortografia devido ao contato multilíngue. E, ao descrever o Brasil, os diferentes falantes colocavam em evidência os referentes, pois tomavam como referência o que eles já conheciam para, então, nomear esse novo mundo. Com relação às listas temáticas que aqui fizeram, muitos eram os assuntos tratados, como por exemplo, as plantas, as regiões, os objetos indígenas; destacam-se como produtores: Staden, Lèry, Gândavo, Souza, Anchieta. E “O fato de essas listas descreverem, no mais das vezes, elementos ditos exóticos, evitando-se as coisas já conhecidas pelos europeus, provoca um efeito de descentramento do saber lexicográfico, como se o intuito fosse o de se descrever as fronteiras de uma língua” (NUNES, 2006, p. 55). No caso, foi invertida a ordem do português para a língua indígena, ao invés do contrário, como eram feitas nos primeiros dicionários dos missionários.

Estes dicionários bilíngues do português para a língua indígena tinham por fim a catequização dos índios, na tríade gramática/dicionário/doutrina. Nessa mesma época, circulou o *Vocabulário na Língua Brasílica*, anônimo, porém de grande aceitação no fim do século XVI e ainda nos séculos XVII e XVIII. Portanto, o objetivo do instrumento lexicográfico nada mais é que ensinar a língua indígena aos missionários, para que eles pudessem, em seguida, catequizar os índios, ou seja, a passagem do interesse geográfico e econômico, para um interesse linguístico e religioso. Outro instrumento lexicográfico relevante para a época foi o *Dicionário Português-Brasíliano*, do ano de 1795, publicado em

Lisboa, sendo o primeiro dicionário do movimento da língua portuguesa para a língua indígena. Já a primeira publicação de um dicionário bilíngue de língua indígena para o português ocorreu em 1854, por Gonçalves Dias com o *Dicionário da Língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Segundo Nunes

Com a expulsão dos jesuítas em meados do século XVIII, não somente do Brasil, como também das diversas partes do mundo, os materiais linguísticos que eles deixaram se acumularam em arquivos religiosos europeus. Logo começaram a ser publicados e analisados. Esse momento coincide com o início do trabalho dos gramáticos comparatistas, que envolve classificações das línguas do mundo e construção das teorias gerais e evolucionistas (2006, p. 57).

Por isso, alguns estudiosos brasileiros, como Gonçalves Dias, realizaram compilações de dicionários dos missionários, sempre acrescentando e suprimindo palavras, e introduzindo comentários. Os dicionários bilíngues começaram a ser publicados no Brasil, na época imperial, e em consequência disso, a política linguística orientava-se para a construção e afirmação de uma História brasileira e suas línguas. Como vimos, foi Antonio Moraes Silva quem publicou, em 1789, o primeiro dicionário monolíngue do português, trazendo a marca de uma nova lexicografia brasileira, ao introduzir uma tradição europeia, no Brasil, no que diz respeito ao modo pelo qual Moraes conseguiu empregar as definições das palavras indígenas introduzidas no dicionário. Com suas várias edições, o dicionário de Moraes exerceu papel decisivo na consolidação da identidade da língua oficial brasileira, servindo de parâmetro para as produções seguintes. E segundo Nunes

Em finais do século XIX, a produção dos monolíngues se divide em dois percursos. O primeiro é o que vem da tradição portuguesa. Os dicionários gerais, tais como o Moraes (1789), o Aulete (1881) e o Figueiredo (1899) passam a incorporar um número cada vez maior de brasileirismos. Trata-se da via da complementação ou enriquecimento da língua portuguesa, marcada pela continuidade. A outra via, é a da produção de dicionários de brasileirismos, cada vez mais extensos. Essa via marca-se pela tendência à ruptura e vê a perspectiva de um dicionário que representasse a língua nacional. Esses dicionários do final do século XIX apontam para a vinda dos grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa, o que de fato só ocorrerá em meados do século XX (2006, p. 58).

Nesta segunda via, notamos que os dicionários gerais e de brasileirismos surgem com o objetivo de romper com a dependência de Portugal e, desta maneira, ressaltar a afirmação da língua nacional.

2.1.3 Sinopse da Dicionarização no Brasil

Em um artigo publicado na Revista *Estudos Lingüísticos*, número XXXIII, Nunes (2004) elenca quatro períodos pelos quais passa a produção dicionarística no Brasil. Sintetizando-o temos como primeiro, o início do século XX, de 1901 até 1937, no qual os dicionários brasileiros eram utilizados como complemento dos dicionários portugueses, assim como a língua falada no Brasil era uma complementação da língua portuguesa, período denominado de complementação, em que houve um processo de formação de nossa identidade nacional. Como exemplo dessa produção, temos o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1899), e o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1881), ainda, nesse período, houve a influência da Academia Brasileira de Letras, atuando em projetos de dicionários de brasileirismos.

O segundo período que marca a separação entre a língua portuguesa do Brasil e a língua portuguesa de Portugal, juntamente com a consolidação da nossa língua nacional, vai de 1938 até 1960, em que vemos o surgimento de certa autonomia dos dicionários brasileiros de língua portuguesa em relação aos de Portugal. Exemplos dos primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa: *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938), de Hildebrando Lima e Gustavo Barroso, editado pela Civilização Brasileira e pela editora A Noite; *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, (1939-1944) de Laudelino Freire. Neste contexto, formou-se no Brasil a imagem de um dicionário de autor e de editora, no sentido de independência com relação aos dicionários portugueses. Ambos constroem duas imagens da língua no Brasil: uma dos grandes autores literários, exemplo de Freire, com muitas citações de autores portugueses e brasileiros, sobretudo os clássicos; e outra da língua em uso, como o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, sem exemplos e citações literárias, mas que introduz as marcações de brasileirismos. Na década de 40, aconteceu a consolidação da identidade nacional com dicionários que trazem a imagem da unidade nacional, surgem os dicionários enciclopédicos, de língua e didáticos. Podemos ilustrar, em um momento de expansão da rede escolar, o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*, de Francisco da Silveira Bueno (1955), publicado pelo Ministério da Educação com os preços reduzidos em relação às editoras e sucessivas reedições nas décadas de 50, 60 e 70.

O terceiro período é o da expansão, de 1960 a 1999, subdividido em mais dois outros momentos, por Nunes (2004): o período da influência dos conceitos da linguística sincrônica e a presença da literatura brasileira nos verbetes. E o período, após os anos 80, da

influência da mídia e o início de um processo denominado de internacionalização da língua. Neste terceiro período, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975) é publicado no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira, momento em que os dicionários portugueses são substituídos pela utilização dos dicionários brasileiros, e o predomínio de autores modernos, além de cronistas.

No quarto período, houve a urbanização e a industrialização do Brasil, que embora tardia, representa um período de estabelecimento da produção de grandes dicionários com a influência da mídia ligada aos jornais, os efeitos da globalização e a internacionalização da língua. Em 1988, foi publicado o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, em uma parceria com a Folha de São Paulo e a editora Nova Fronteira, com movimento de internacionalização na introdução de vocábulos de países africanos, formando uma imagem internacional de língua portuguesa.

Para o nosso objetivo, interessa o estudo e a utilização dos quatro períodos propostos por José Horta Nunes, uma vez que tratamos de um estudo cronológico dos modos de constituição históricos dos verbetes selecionados para a pesquisa.

3 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

3.1 A SEMÂNTICA COMO LUGAR DE REFLEXÃO

O terceiro lugar de reflexão sobre a linguagem selecionado para o trabalho diz respeito à Semântica do Acontecimento, mais especificamente às pesquisas realizadas por Guimarães (2005), em que o pesquisador desenvolve um estudo enunciativo da designação. Portanto, a fim de compreender os modos de produção históricos das palavras *presidente* e *presidenta*, buscaremos respaldo na análise dos diferentes efeitos de sentido empregados no decorrer de um espaço temporal de produções dicionarísticas nacionais, e assim colocar em evidência esses sentidos e seus determinados contextos situacionais.

Para mostrar como os dicionários e as gramáticas se constituem objetos para uma política de instrumentação de línguas, sendo esses os dois pilares do processo de gramatização, como vimos nos estudos de Auroux (2009), explicitados no primeiro capítulo desta pesquisa, faremos um paralelo com a questão do político, defendido por Guimarães (2005). Para o pesquisador, tal fenômeno caracteriza-se: “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos” (GUIMARÃES, 2005, p. 16). Ou seja, o processo de descrição de línguas estabelece uma extensão do saber linguístico por parte do falante, que acaba por colocá-lo em funcionamento e, por conseguinte, por transformá-lo. E, ao transformar, “O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada” (GUIMARÃES, 2005, p. 16)

Neste diálogo, concordamos com Oliveira (2006), quando afirma

Contar a história de uma palavra em um *corpus* lexicográfico implica compreender como o real da palavra e das idéias que ela nomeia é recortado em um instrumento linguístico com grande força normativa sobre os falantes, um instrumento que produz um saber que se dá ao mesmo tempo sobre a língua e o mundo (OLIVEIRA, 2006, p. 19-20).

Neste sentido, consideramos o dicionário como um instrumento que, além de trazer e contar algo sobre uma palavra, permite identificar diferentes modos de dizer de uma sociedade. Quando disserta sobre o caráter histórico do dizer, explicitado pelo seguinte excerto: “todo dizer é histórico” (OLIVEIRA, 2006, p. 21), a estudiosa revela a questão do efeito ideológico do dizer; caráter que pode ser facilmente observado nos dicionários, quando existe a aparência de um dizer sem sujeito. Entretanto o que vemos reproduzido, trata-se de

um discurso que está presente na sociedade, desta maneira, podemos afirmar que o lexicógrafo representa um modo de dizer.

Assim, as designações empregadas nos dicionários são divisões ideológicas que nos levam a pensar sobre o que se diz (enunciação/ acontecimento) daquela palavra, em um dado momento, ou seja, um conjunto de determinações do nome sobre uma palavra, mecanismo denominado por Guimarães (2005) de Domínio Semântico de Determinação, respectivamente DSD, o qual estudaremos no decorrer do capítulo.

Assim, o sentido que atribuímos à designação dos verbetes depende do acontecimento enunciativo, das condições de produção, do contexto situacional (época, local), e estes verbetes fazem referências a designações significadas, isto é, as palavras designam o que faz sentido e não apenas as coisas existentes em uma dada enunciação, e em um dado acontecimento.

Portanto, ao “Contar a história de uma palavra como uma história de sentidos implica também, em dar visibilidade ao trabalho político sobre a divisão ideológica (histórica) dos sentidos”, conforme Oliveira (2006, p. 21). Por esta razão, reiteramos nosso objetivo de identificar, no *corpus* selecionado, um processo político, viabilizado pelas diferentes determinações, o conjunto de sentidos atribuídos às palavras *presidente* e *presidenta*.

Deste modo, no âmbito da Semântica, perguntaríamos: o que explica a existência da palavra *presidenta*? No caso específico deste vocábulo, tratamos de movimentos polissêmicos que levam a uma importante mudança semântica que, por sua vez, reconfigura o espaço de enunciação. Por outro lado, recorreremos a dois espaços de enunciação para dizer a condição de existência da palavra em destaque, como em outro funcionamento, uma outra utilização, portanto uma outra significação.

3.1.1 A Semântica do Acontecimento e as Palavras Correlatas

Para tentar responder estes questionamentos, tomaremos como base o estudo designativo realizado por Guimarães (2005), a fim de levantar questões de relevância para a análise de nosso *corpus* e chegarmos às devidas conclusões. Para tanto, começamos pela afirmação do pesquisador ao dissertar sobre “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 7). Isto é, o estudioso toma o enunciado como um lugar de observação do sentido, e desta maneira, mantém um diálogo com os conceitos da Análise de

Discurso (AD) praticada no Brasil, que tem como precursora, em nosso país, as obras de Eni Orlandi, desenvolvida a partir dos trabalhos do pesquisador francês Michel Pêcheux.

Guimarães (2005) procura estabelecer uma articulação entre os domínios da filosofia da linguagem, tendo como base a teoria dos atos de fala, a pragmática e a semântica argumentativa. Por esta razão, o pesquisador toma a enunciação como um acontecimento, ou seja, um processo no qual se dá a relação do sujeito com a língua, portanto, para o estudioso, esse processo de enunciação se constitui uma “prática política” (2005, p. 8).

Inicialmente Guimarães (2005) define o que é estar na posição de semanticista, inscrito em um domínio de saber ao incluir como seu objeto a ideia de que a linguagem sempre fala de algo, pois tudo o que dizemos está construído pela linguagem. Assim, no espaço entre estas questões, o autor propõe a configuração de uma semântica do acontecimento, ao levar em consideração que “a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p. 7).

Isto quer dizer que a análise proposta volta-se para o enunciado e o seu sentido, quando tomamos o seu funcionamento como parte da constituição deste sentido, pois, segundo Guimarães (2005, p. 7), “não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona em um texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto.” Dessa forma, o pesquisador ultrapassa o conceito estabelecido por Benveniste (1989), ao considerar que uma unidade linguística não passaria do limite do enunciado, o que para Guimarães acontece como uma passagem de um enunciado para um texto, ou seja, para o acontecimento, onde ocorre a relação de sentido.

Para tanto, Guimarães (2005) propõe tratar da enunciação, e coloca como ponto de partida o que diz respeito à posição do sujeito que enuncia, ou seja, a posição do sujeito na linguagem e a sua relação com a língua. Deste modo, o autor leva em consideração que o sentido se constitui historicamente, e por esta razão, mantém relação com os estudos da filosofia da linguagem, com a teoria dos atos de fala, com a pragmática, com a semântica argumentativa, e com a Análise do Discurso, a fim de conseguir descrever e analisar esta relação de sentido por meio da articulação entre os domínios mencionados.

O estudioso leva em conta a enunciação como uma prática política, em que a noção de político abrange a questão do político da linguagem, isto é, pensado em sua constituição histórica e não em uma dada ação ou situação individual.

Portanto, Guimarães (2005) propõe o estudo da designação no que se refere à constituição dos sentidos para os nomes, colocando em evidência o estudo dos nomes próprios de pessoas e de ruas, considerados por ele como objetos únicos que dão nome. Em

seguida, ocupa-se de um conjunto de nomes comuns que estão, de alguma maneira, ligados aos nomes próprios referidos no primeiro caso, pois, o foco central do pesquisador é a explicação para o funcionamento desses nomes, e em especial, da designação deles, explicando a sua preocupação, ao procurar fazer a distinção entre os processos de *nomeação*, *designação*, *referência* e *denotação*, como vemos no seguinte fragmento:

A *nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A *designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história [...] A *referência* será vista como a particularização de algo na e pela linguagem (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Desta maneira, o que interessa saber para a semântica lingüística é a explicação do como estamos falando das coisas ao dizer algo, como em uma relação simbólica, da relação entre a linguagem e o mundo. O centro dos estudos de Guimarães (2005) tem como foco o funcionamento dos nomes e da designação, isso explica a sua preocupação em querer distinguir as palavras correlatas *nomeação*, *designação*, *referência*, *denotação*:

Esta solução não considera que as coisas existentes são referidas enquanto significadas, e não simplesmente enquanto existentes. E é isso que tomar a questão pela lingüística permite considerar. E, assim, a partir do fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes, podemos considerar que é possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes (2005, p. 10).

Por esta razão, o pesquisador propõe a discussão do estudo da designação, pois ao nos referirmos a algo, e levarmos em consideração que a linguagem significa o mundo, ao mesmo tempo, essa identificação passa a significá-lo. Neste sentido, o estudo do funcionamento dos efeitos de sentido a partir da designação é de grande interesse, pois é a relação da linguagem com as coisas. As coisas, ao serem nomeadas, dizem algo sobre elas mesmas, que conseqüentemente são significadas e não simplesmente existentes, como no crescendo: a linguagem significa o mundo, e o mundo identifica e nomeia os seres ao significá-los.

Passamos agora a uma leitura analítica da obra de Guimarães (2005), em que o pesquisador estuda o funcionamento dos nomes e da designação de nomes como

“*cidade, município, comarca, rua, ruela, morro*” (2005, p. 9). Um conjunto de nomes comuns ligados à problemática do urbano, mais especificamente aos nomes de ruas, relacionados primeiramente aos nomes próprios que se apresentam como nomes de objetos únicos.

Para a realização do estudo, o autor inicia seu trabalho com as questões referentes à enunciação e ao acontecimento, considerando a primeira como um processo de funcionamento da língua que coloca em uso a linguagem, ou seja, um acontecimento linguístico; por esta razão, ele justifica sua posição ancorada em trabalhos como os de Benveniste (1989) e Ducrot (1988). Deste modo, seleciona os elementos decisivos para os conceitos a serem trabalhados, sendo eles a língua e o sujeito, pois “Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (GUIMARÃES, 2005, p. 11).

Desta maneira, tratamos da enunciação como esse acontecimento sócio-histórico que produz enunciados, ao pensar sobre a questão do acontecimento tal como é postulada por Pêcheux (1990, p. 19). O teórico francês considera que a materialidade linguística de um enunciado, ou seja, de um processo histórico que coloca a linguagem em uso, é definido como um acontecimento historicamente determinado.

Estes conceitos de Guimarães (2005) são complementares aos seus primeiros estudos referentes à questão da enunciação, em que o pesquisador apresentava a seguinte visão sobre a concepção sócio-histórica da enunciação: “um acontecimento de linguagem perpassado pelo *interdiscurso*, que se dá como espaço de *memória* no acontecimento, é um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo *interdiscurso*” (GUIMARÃES, 1992, p.70).

Em outro trabalho, o autor formula o seguinte conceito

A enunciação, então, se dá como lugar de posições de sujeito que são os liames do acontecimento com a interdiscursividade. Deste modo, aquilo que significa, os efeitos de sentido, são efeitos do *interdiscurso* no acontecimento. [...] Ou seja, a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os (GUIMARÃES, 1995, p. 68).

Guimarães (2005) consegue extrair do artigo de Benveniste (1989), “O aparelho formal da enunciação”, que a definição descreve a semantização da língua a partir da apropriação do sujeito sobre a língua. Ou seja, o sujeito põe em funcionamento a língua, e assim, exerce a sua subjetividade, como em um ato individual. Já com relação à leitura de Ducrot (1988), “Esboço de uma teoria polifônica”, a língua já não é mais uma apropriação do

sujeito, mas sim definida a partir de uma atividade realizada pelo sujeito no momento em que fala, ou seja, em um determinado contexto. Nesse conceito, a enunciação é considerada algo que nunca se repete, isto é, surge algo que não existia antes e, em seguida, desaparece, devido ao seu caráter de irrepetibilidade.

Guimarães (1989) propõe, ainda, uma noção de enunciação que se afasta desses dois conceitos: o primeiro que a considera como uma apropriação de um ato individual do sujeito; e o segundo, que a toma como irrepetível. Ele introduz assim, a enunciação como um “acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo, a enunciação não é um ato individual do ‘sujeito’, não sendo também irrepetível” (GUIMARÃES, 1989, p. 78-79). O autor trata da definição citada anteriormente, com o objetivo de articular os conceitos já estabelecidos por Benveniste e Ducrot, e então, inserir a historicidade no tratamento da enunciação.

Por esta razão, vemos, nas definições mais recentes de Guimarães, a introdução do conceito de enunciação considerada um acontecimento pelas situações e condições sócio-históricas. Definição que não toma o sujeito como parâmetro para a produção do enunciado, já que podemos repeti-lo, sendo, assim, a materialização de um acontecimento enunciativo em que se explicita o repetível e o novo. Guimarães (2005) afirma que o funcionamento da enunciação, e conseqüentemente da língua, depende da historicidade, pois o sujeito inserido na linguagem é afetado pela história e, em seguida, caracterizado por ela, uma vez que os sentidos ocorrem neste acontecimento. Nas palavras do próprio estudioso: “O sentido são efeitos da memória e do presente do acontecimento: posições do sujeito, cruzamento de discursos no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 70), ao considerar que a língua, o sujeito, a temporalidade e o real da língua são os elementos essenciais para a constituição dos sentidos.

Quando nos deparamos com a noção de temporalidade, vemos que a concepção de história para Guimarães também difere da noção proposta por Benveniste (1989), ao dissertar que a temporalidade da enunciação é dada por meio do elemento “eu”. Elemento que marca o tempo presente, ou seja, é o “eu” que tomamos como parâmetro para a produção da temporalidade, levando em consideração a constituição do tempo a partir da linguagem. No entanto, Guimarães (2005), ao pontuar o acontecimento como o elemento em destaque, afirma que o acontecimento possui a propriedade de temporalizar, isto é, o acontecimento possui o caráter de produzir sua própria temporalidade, e ela, por conseguinte, é afetada por um presente que não é do tempo, mas sim do acontecimento da enunciação. O presente, nesta temporalidade, projeta um futuro, com uma característica relevante para a

interpretação, e que funciona, ao mesmo tempo, por um recorte do passado, o memorável, e assim, faz significar, neste presente, enunciações passadas.

Neste contexto, a temporalidade faz aparecer a divisão das figuras da enunciação, que podem ser representadas, segundo Guimarães (2005), pelas figuras do Locutor (L) e locutor-x, pois “falar é estar afetado pela memória discursiva região do interdiscurso” (GUIMARÃES, 2005, p. 14). Estas figuras, por sua vez, apresentam-se em cenas enunciativas que “se caracterizam por constituir modos específicos de acesso à palavra, dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas” (GUIMARÃES, 2005, p. 23). Consequentemente, a cena enunciativa está inserida em um espaço de enunciação compreendido pelo estudioso como “espaços de funcionamento de língua, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18), ou seja, uma busca incessante pela palavra.

Deste modo, estas são as figuras da enunciação, o *Locutor* (L), ao qual se atribui a responsabilidade do dizer, e segundo Guimarães (2005, p. 14), “ele é a origem do dizer e assim da temporalidade”. O *locutor-x*, que representa o lugar social do locutor (L), nas palavras de Guimarães (2005, p. 24): “onde o locutor (com minúscula) sempre vem predicado por um lugar social, que a variável *x* representa”. Já a terceira figura, do *enunciador*, é representado por três modos de dizer, sendo eles: o *enunciador individual* que “traz um aspecto específico para isto que estamos chamando lugares de enunciação [...] que retira o dizer de sua circunstancialidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 25); o *enunciador genérico* que representa um dizer de todos, “que se apresenta como o apagamento do lugar social” (GUIMARÃES, 2005, p. 25) e, por último, o *enunciador universal* que é representado pelo dizer científico “é um lugar que significa o Locutor como submetido ao regime do verdadeiro e do falso” (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Neste sentido, a partir destes conceitos, podemos dizer que, em nosso trabalho, as designações das palavras *presidente* e *presidenta* serão observadas como um acontecimento enunciativo, no qual refletiremos sobre o funcionamento que este acontecimento traz, enquanto enunciação. Na comparação entre as definições trazidas pelos dicionários, consideramos a designação como uma “relação lingüística remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9), neste caso, os sentidos serão relacionados com o sujeito e com a história.

Para trabalhar os conceitos de enunciação, reescritura e textualidade, Guimarães (2005) discute a questão do sentido, quando afirma “para nós o sentido de uma expressão pode ser analisado como seu modo de integração num enunciado, enquanto

elemento de um texto” (2005, p. 26). Assim sendo, ele observa, primeiro, a relação entre a designação e a nomeação, e em seguida, a relação da designação e da referência, uma vez que, segundo o pesquisador, este modo de nomear é um elemento essencial para designar um nome, o que acontece também com as referências feitas aos nomes. No caso da primeira relação, entre o designar e o nomear, devemos observar a relação existente entre as enunciações, ou seja, entre os acontecimentos de linguagem. Como vemos, “Num acontecimento em que um certo nome funciona a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2005, p. 27). Já na relação entre designar e referir, pesquisamos como se dá o surgimento do nome ao ser referido no texto em que aparece, como este nome se relaciona por meio da textualidade com outros nomes e funcionam sob o aspecto da substituição, pois

Neste caso os conjuntos de modos de referir organizados em torno de um nome são um modo de determiná-lo, de predicá-lo. E neste sentido é que constituem a designação do nome em questão. Chamo a atenção aqui para o fato de que, deste ponto de vista, a relação de predicação a que me refiro aqui se dá por sobre a segmentalidade, ou seja, por sobre as fronteiras do enunciado (GUIMARÃES, 2005, p. 27).

O autor desenvolve o seu próprio conceito de *reescritura* como um processo que está para as relações de textualidade, e exemplifica ao realizar a análise do artigo definido “os”, em um texto da Constituição do Império do Brasil. Análise que mostra duas possibilidades de interpretação, do artigo como uma anáfora e do artigo “os” como uma interpretação dêitica, pois o pesquisador

[...] mostra como, ao estabelecer um ponto de interpretação no texto (os) relativamente a outro (o antecedente do os), o que se tem é uma falta de relação unívoca entre estes dois pontos. De acordo com esta análise, considero que procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc., são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que significa dizer que é este processo que constitui o sentido destas expressões, bem como que não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração (GUIMARÃES, 2005, p. 27-28).

Ou seja, os sentidos e o texto são constituídos por esta deriva enunciativa que acontece exatamente em pontos de semelhanças, identificações, correspondências, igualdades e retificações. Por isso, se uma forma corresponde a outra, procuramos a diferença na estabilização dos sentidos para que a textualidade seja constituída, isto é, este processo de reescrituração, no texto, estabelece que algo, no texto, seja visto como diferente em si durante

a interpretação. Assim, “analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicções por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação” (GUIMARÃES, 2005, p. 28). Estamos falando de um processo já tratado anteriormente, no que diz respeito à (ir)repetibilidade da enunciação, como na enunciação de um texto em que se rediz o que já foi dito uma vez. Portanto, as questões da textualidade e do sentido das expressões são constituídas, durante esse processo de reescrituração da linguagem, considerada como finita pelo acontecimento a ser enunciado. Deste modo, segundo o pesquisador

A reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Portanto, por meio dos conceitos estabelecidos pelo autor, consideramos que o sentido acaba por ser constituído pela maneira como acontece a relação, segundo a qual uma expressão apresenta com as outras em um determinado texto. Por esta razão, não podemos delimitar a descrição do sentido como uma simples proposição do funcionamento do enunciado.

Ao colocar em relação estes lugares de enunciação, Guimarães (2005) traz também a questão da posição de sujeito, pois “falar e fazer-se sujeito é estar numa região do interdiscurso, de uma memória de sentidos.” (2005, p. 30). No diálogo com os estudos de Orlandi (1999), ao pensar o conceito de interdiscurso, podemos afirmar que ser sujeito é estar afetado por esta memória de sentidos, é esquecer-se de que significa nesta posição de sujeito. Para o pesquisador, neste momento, é que o “*Locutor* se constitui neste esquecimento e é isto que divide o *Locutor* e apaga o *locutor-x*” (GUIMARÃES, 2005, p. 30), em que a origem do dizer se sobressai ao seu papel social.

Quanto à análise feita por Guimarães (2005), com relação aos nomes próprios e aos aspectos da nomeação, da designação e da referência, atribuir um nome próprio a alguém é fazer escolhas que estão vinculadas ao espaço enunciativo de uma determinada língua, como no caso de um locutor-pai que nomeia seu filho, por não ter o direito de não nomeá-lo. Este processo de nomeação acontece de acordo com as regras do procedimento de determinação de nomes próprios de pessoa. Deste modo, o pesquisador esclarece

É nesta configuração própria do espaço enunciativo de uma língua, o Português por exemplo, que o nome próprio de pessoa tem sua história, pela qual ele ao se construir e reconstruir enunciativamente trabalha a identificação do indivíduo que se nomeia, sem que ele próprio tenha escolhido seu nome (GUIMARÃES, 2005, p. 42).

Por consequência, a referência, neste caso, é fruto do sentido atribuído ao nome por meio de seu funcionamento em um dado acontecimento enunciativo, pois, no funcionamento de um nome próprio, existe o recorte de um memorável que “enquanto passado próprio da temporalidade do acontecimento relaciona um nome a uma pessoa” (GUIMARÃES, 2005, p. 42). Deste modo, o acontecimento nomeia ou refere, e não o sujeito ou as expressões, pois este acontecimento é constituído pela questão da temporalidade de seu passado. Assim, chegamos à noção de que o funcionamento de um nome próprio de pessoa é uma construção díspar, no sentido de que o nome refere no momento presente, fruto de uma nomeação passada, e o seu significado, em uma determinada enunciação, é dado segundo as características históricas das nomeações e referências realizadas anteriormente.

Quanto ao estudo da designação dos nomes de rua, o autor os atribui pelo processo de nomeações, em que se vê a articulação entre enunciações que contém outras enunciações, justificando o recurso de se analisar os mapas da cidade para verificar a relação com os nomes das ruas. Procedimento que se faz realizável por meio da análise do memorável, ou seja, utiliza-se de um recorte de temporalidade de um acontecimento enunciado no mapa da cidade, e “a análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 56).

Para o estudioso, “Analisar a enunciação não é, de meu ponto de vista, tratar o funcionamento semântico de uma expressão em um texto no momento e lugar que este se deu”, mas observar a enunciação é “analisar as cenas enunciativas nas quais integram-se estas expressões, que constituíram o sentido da expressão pelo texto que aí se constrói” (GUIMARÃES, 2005, p. 69). Neste sentido, o pesquisador privilegia a observação de como as referências são constituídas no decorrer do texto e que podem, ao mesmo tempo, constituir a designação de uma palavra específica, na qual o acontecimento é construído a partir da relação da linguagem com o mundo.

Voltamos ao conceito de reescrituração, no qual “ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado” (GUIMARÃES, 2005, p. 69). Deste modo, ao colocar em questão a palavra *cidade*, o pesquisador chega à conclusão de que esta designa somente “uma

construção permanente dos acontecimentos de linguagem. A instabilidade do que *cidade* designa afeta as outras designações envolvidas e é por estas afetada. E isto diz respeito tanto aos nomes comuns quanto aos nomes próprios [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 89). Nestes movimentos designativos, verificamos uma ressignificação constante do real, que pode ainda ser observada pelo simbólico, e por sua vez, a inclusão do político que está em jogo.

Deste modo, ao percorrermos os estudos feitos por Guimarães, identificamos a sua reflexão sobre a maneira de se pensar a relação entre a linguagem e o mundo. Segundo o pesquisador, “Se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar que as palavras significam aquilo que referem [...]” (GUIMARÃES, 2005, p. 91). Neste caso, referimo-nos ao caráter simbólico da designação de um nome, mecanismo que se torna possível devido ao funcionamento da linguagem estar exposta ao real que, por sua vez, é materializado pelo histórico, e por esta razão, retomamos as palavras de Guimarães (2005), o processo da designação consiste na constituição da significação como em uma apreensão do real, ou seja, dos aspectos históricos que vão sendo significados por meio da linguagem. O que fica claro, quando refletimos sobre o estudo designativo dos nomes próprios tomados pelo estudioso em sua obra, que consiste no processo de identificação. Neste caso, o ato de designar é um ato de identificação, em um processo de subjetivação, pois, ao dar um nome para alguém, acabamos por identificá-lo com este nome. Por isso, “neste caso é interessante ver como aquilo que é designado é constituído pelo funcionamento da nomeação (pela qual se dá nome a uma pessoa) e da referência (pela qual se particulariza algo na enunciação específica)” (GUIMARÃES, 2005, p. 91).

Por consequência, o nome faz referência pelo fato de que designa, ao dar identidade a uma pessoa, e o estabelece, então, como sujeito em uma determinada sociedade. Tal fato que justifica a preocupação do pesquisador, em elencar, de um lado, a questão da nomeação com a designação e, por outro, os aspectos da designação e da referência. Não podemos pensar no processo pelo qual criamos um nome próprio, sem levar em conta que dentro dele estão imbricadas as questões relativas ao atribuir um nome a alguém, pois a designação de um nome e a sua referência estão ligadas ao processo de nomear, de atribuir um nome a alguém. Como podemos observar, o mesmo processo ocorre para os nomes de ruas, na medida em que eles designam e referem-se às ruas, eles as identificam por meio de um processo histórico-social.

Entretanto, surge um questionamento por parte do pesquisador

Uma pergunta caberia aqui: o que constitui a identificação? A nomeação ou a designação? A *designação*, na medida em que é designação da palavra que divide e redivide o real. Mas, no caso dos nomes próprios, como vimos, a nomeação é parte do que constitui a designação do nome e nesta medida participa desta identificação. Identificação que, por outro lado, inclui as referências que se fazem com o nome e suas ‘reescrituras’. Ao mesmo tempo a particularização pela referência é resultado deste processo de identificação da designação (GUIMARÃES, 2005, p. 92).

Portanto, pela simples razão de se identificar, o nome pode se referir a um ser único, e em meio às diversas enunciações, ele vai sendo reescriturado por diferentes referências e, assim, ganha ressignificações, processo de grande relevância para a aplicação na análise do *corpus* que selecionamos para nosso trabalho.

Abordamos, neste momento, a relação das análises feitas por Guimarães (2005) no que diz respeito aos nomes próprios, funcionando em espaços de enunciação. Podemos identificar que são exatamente estes espaços e acontecimentos, que vão definir o sujeito-falante enquanto falante da Língua Nacional, pois até a questão do “batismo” de um nome a uma pessoa é regulada pelas relações do Estado, pelas questões políticas que envolvem a Língua Portuguesa enquanto uma Língua Oficial que está permeada pelas relações com o Estado Brasileiro. Desse modo, “a subjetivação é significada como produzida pela relação com o Estado e o indivíduo é subjetivado enquanto cidadão” (GUIMARÃES, 2005, p. 93).

Desta maneira, concluímos, segundo as afirmações do autor, que a nomeação consiste em um processo de inserção de uma pessoa, de um falante, em um determinado espaço de enunciação, e, por conseguinte, por meio desta subjetivação ele passa a ser sujeito. Processo igualmente identificado com o que acontece com os nomes de ruas, pois, ao significar as cidades como brasileiras e falantes da Língua Nacional Portuguesa, estamos reforçando a relação existente entre a nomeação dos espaços urbanos e a localização ocupada pelos lugares do cidadão brasileiro na cidade. Em ambos os casos, tanto da designação dos nomes de rua, como dos nomes próprios e comuns, estamos diante de um processo enunciativo que tem a capacidade de articular uma designação a um determinado acontecimento. Ponto crucial de nossas últimas considerações, pois é neste funcionamento dos processos de designação, nomeação e referência que procuramos identificar as questões ligadas ao sentido que acaba, pois, sendo relacionado pelo próprio caráter de funcionamento da linguagem em um acontecimento de uma dada enunciação.

3.2 DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E OS CONCEITOS UTILIZADOS

Ao realizar a articulação entre os três lugares de reflexão sobre a linguagem, da História das Ideias Linguísticas (HIL), da Análise de Discurso (AD) e da Semântica do Acontecimento, consideramos o dicionário um instrumento tecnológico constituído historicamente, por meio do viés discursivo da AD. Portanto, aceitamos a definição lexicográfica como um texto e o lexicógrafo, aquele que produz as definições dicionarísticas, como o sujeito falante. Deste modo, devemos apresentar o modo pelo qual esses dois elementos são compreendidos, por meio da Semântica do Acontecimento, assim nos baseamos nos estudos de Guimarães (2005) ao definir texto e sujeito falante:

Os falantes não são indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido falantes não são as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo espaço de enunciação (p. 18).

Por esta razão, afirmamos que Guimarães considera o falante uma categoria linguística e enunciativa, não uma figura empírica, mas sim constituída politicamente pelos espaços de enunciação, definidos pelo pesquisador como “espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante” (GUIMARÃES, 2005, p. 18). Ou seja, nestes espaços de enunciação, habitam sujeitos que possuem um modo de dizer constituídos por meio dos acontecimentos.

A fim de complementarmos o conceito, citamos Oliveira (2006):

Trazer o conceito de sujeito falante é, de um lado, tirar o falante de um lugar empírico ao tomá-lo em relação ao conceito de sujeito da Análise do Discurso; por outro lado, afirmar o lugar de falante na designação do sujeito é tomá-lo como determinado pelo fato de que fala, de que enuncia. Nesse quadro, a enunciação é entendida como prática política, o que se explica pela consideração do espaço de enunciação como espaço de divisão das línguas e dos sujeitos (OLIVEIRA, 2006, p. 34).

Desta maneira, esses espaços de enunciação são constituídos a partir das cenas enunciativas, ou seja, da relação entre as figuras da enunciação, formadas pelas divisões do sujeito falante em Locutor (L), locutor-x, e enunciador (E), e da relação entre estas figuras com as formas linguísticas, os diferentes modos de acesso à palavra. Como dissemos anteriormente, a partir das definições de Guimarães (2005), essas figuras podem ser assim

classificadas, o Locutor (L), sendo a fonte do dizer; o locutor-x, ocupado por um lugar social, que autoriza a falar por meio da língua e a partir de um modo específico de dizer; e o enunciador (E) sendo um lugar de dizer, no momento da tomada de palavra, que pode acontecer de quatro maneiras: o E *individual*, E *universal*, E *genérico*, e E *coletivo*. Em nosso objeto de análise, as definições para as palavras *presidente* e *presidenta*, estas figuras tratadas anteriormente, podem ser distribuídas como sendo: os Locutores (L) falam de um lugar social (locutor-x) de lexicógrafos da língua nacional brasileira, e o lugar de dizer geralmente se apresenta como o E *universal*, um caso típico das definições dicionarísticas.

Neste momento, salientamos sobre a concepção de *predicação* analisada por Oliveira (2006), e assim, determinada pelo acontecimento enunciativo, em que se verifica uma atribuição de características aos objetos, como por exemplo, nas definições lexicográficas, pois, segundo a pesquisadora

Predicar é, nessa perspectiva, atividade fundamental no movimento de identificação do objeto pela linguagem, movimento este que não é estável a que, portanto, não se resolve como uma somatória. Esse movimento compõe a designação do nome que refere (particulariza) o objeto em questão (OLIVEIRA, 2006, p. 35-36).

Retomamos aqui os estudos de Guimarães (2005) sobre as noções de nomeação, designação e referência, e assim, encontramos um diálogo entre os conceitos explicitados e definidos por Oliveira (2006). Por esta razão, optamos por seguir os conceitos teorizados por Guimarães (2005) e analisar como as definições para as palavras *presidente* e *presidenta* determinam o modo de constituição do verbete.

Tratamos das unidades textuais que ocorrem no dicionário, como os verbetes, as definições, o próprio prefácio e o texto de apresentação, elementos que também se constituem de acordo com o acontecimento enunciativo. Segundo as palavras de Oliveira (2006, p. 37): “[os verbetes] apresentam uma estrutura particular, composta pela *palavra-entrada* e a *definição*. A palavra-entrada é o ponto de deriva sobre o qual a definição se apoia; essa é a relação fundamental pela qual se constrói a textualidade do verbete.”

Na sequência, a pesquisadora acrescenta que “O *verbeta* (ou *artigo*) do dicionário é composto pela *palavra-entrada* (ou simplesmente *entrada*), que é objeto da definição, e o corpo do verbete. O corpo, para mim, equivale à *definição*” (OLIVEIRA, 2006, p. 37). Portanto, a estudiosa chama de *definição* todo o conjunto de determinação sobre o que se afirma a respeito da palavra-entrada.

Nesta articulação entre a HIL, a AD e a Semântica do Acontecimento, buscaremos respaldos para colocar em funcionamento e identificar os modos de produção históricos para os sentidos de um conjunto de determinações das palavras *presidente* e *presidenta*. Por meio do dicionário e das definições lexicográficas, pretendemos mostrar como os sentidos para as palavras em questão se constituem historicamente e como as enunciações a respeito das palavras ganham novas significações com o passar do tempo.

3.3 Dos Conceitos Seleccionados para Análise

Para a análise que realizamos no trabalho, interessa-nos a caracterização a partir das posições da Análise de Discurso e da Semântica do Acontecimento, uma vez que a relação entre estes dois lugares permite-nos considerar que as palavras *presidente* e *presidenta* se constituem enquanto sentido devido ao próprio modo pelo qual os dicionários enunciam.

Por esta razão, analisaremos os diferentes sentidos empregados nas definições, pois, a partir das designações utilizadas para as palavras, existem sentidos que se mantêm, e sentidos que se transformam em outros, constituindo-se assim, em movimentos semânticos. Desta maneira, na relação entre a Análise de Discurso e a Semântica, consideramos a natureza política e histórica, no que se refere à constituição dos sentidos no processo de enunciação, e por esse motivo, analisamos o modo como os dicionários definem as palavras em questão.

Portanto, a partir da perspectiva da Semântica do Acontecimento, consideramos que tomar

a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos (GUIMARÃES, 2005, p. 4).

Deste modo, a posição de análise assumida em relação aos dicionários considera a relação da linguagem com as coisas no mundo, ou seja, a linguagem não somente faz referência às coisas existentes no mundo, mas as nomeia e as constitui como tal. Portanto, a noção de referência, para a Semântica do Acontecimento, como vimos anteriormente, é vista “como a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Faz-se necessário, ainda, definir a designação, sendo ela a “significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto algo numa relação lingüística (simbólica) remetida ao

real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história” (GUIMARÃES, 2005, p. 9). Algo tem significado não somente porque existe, mas sim porque tem significado a partir da linguagem, e a designação tem a ver com algo no mundo, por meio de construções de sentidos na linguagem.

Deste modo, a designação é formada pelos sentidos os quais são construídos na língua, por meio de recortes, que nos dão a ideia de representação do real, no acontecimento enunciativo. Os sentidos ocorrem na enunciação e, portanto, não estão fixos nas palavras, eles acontecem a partir da relação de um sujeito que enuncia e da sua relação com a história e com o social.

Apesar de manter alguma relação com as definições de enunciação para Benveniste e Ducrot, assumimos, no presente trabalho, a posição de Guimarães, ao considerar a enunciação como um acontecimento. A posição de Benveniste (1989) seria a de considerar que o sujeito, ao apropriar-se da língua, estaria dando sentido a ela, neste processo enunciativo o sujeito faz a língua funcionar. Ducrot (1988) afirma que a responsabilidade não recai mais sobre o sujeito, mas sim por meio do enunciado, considerado por ele como irrepitível. Por este viés, o sujeito não é mais o responsável por fazer a língua funcionar, mas sim o acontecimento enunciativo do enunciado.

Guimarães (2005) toma estas duas noções sobre a enunciação e constrói sua própria definição, complementando os sentidos das duas. Portanto, conceitua enunciação como um processo de produção que busca no sócio-histórico o seu acontecimento. Por isso, não pode ser vista como um ato individual do sujeito, nem como um acontecimento irrepitível. A enunciação é definida por ele como um acontecimento, porque tem propriedades das condições sociais e históricas, nela se juntam as formações discursivas propostas por Pêcheux (2009), como aquilo que se pode dizer em uma dada sociedade, calcadas em determinadas condições sociais de existência.

Ao introduzirmos esta ideia, em um acontecimento de linguagem que é atravessado pelo interdiscurso, por meio do qual o indivíduo é interpelado em sujeito, e neste processo, o sujeito, ao utilizar-se da linguagem, põe a língua em funcionamento. Assim, é a relação do sujeito com a história que faz com que a língua funcione e, não somente por apropriar-se da língua, como afirmava Benveniste (1989). Neste entremeio, o sujeito, ao ser interpelado pela língua, identifica-se com os sentidos historicamente constituídos.

Desta maneira, a história não é um contar de fatos cronológicos, temporal, mas sim uma historicidade atemporal. Ao tratar do acontecimento em relação à sua temporalidade, Guimarães (2005) afirma que a constituição dos sentidos depende da relação

entre os elementos como a língua, o sujeito, a temporalidade e o real. Ou seja, a enunciação, nada mais é do que a língua funcionando no acontecimento, e este, por sua vez, projetando e possibilitando a significação.

O acontecimento, definido por Guimarães (2005), coloca-se em um espaço de funcionamento de línguas em que elas se embatem e acabam por constituir os sujeitos. Nesta disputa entre as línguas e a divisão dos sujeitos pelas suas maneiras de utilização da língua, os sujeitos organizam uma hierarquia social que é própria do espaço político dessas relações. No interior destes espaços de enunciação, encontramos as cenas enunciativas, caracterizadas pelas figuras do discurso, sobre quem fala, para quem se fala, como os lugares enunciativos representados pelas pessoas. Referimo-nos aos elementos que compõem a cena enunciativa.

Para nossa pesquisa e *corpus* selecionado, das definições lexicográficas das palavras *presidente* e *presidenta*, vamos considerar a composição da cena enunciativa como o lugar social de lexicógrafo da língua nacional, que, por sua vez, enuncia como Locutor, e representa-se no lugar de dizer de enunciador universal, por ser o porta-voz de um discurso que está circulando na sociedade. Assim como considera Oliveira (2006), ao realizar o estudo dos modos de produção históricos para a palavra *cidadania*.

Estas representações do sujeito falante em Locutor (L), locutor-x e enunciador, dizem respeito ao modo como acontece a distribuição dos lugares de enunciação durante o acontecimento enunciativo, constituído como um espaço político, no qual os sentidos vão sendo construídos, por meio da língua em funcionamento, ao criar espaços de disputas e divisões.

As análises deste trabalho são realizadas a partir da compreensão dos sentidos, por meio do acontecimento enunciativo, que por sua vez, consideram o dicionário como um objeto histórico pelo fato de se constituir em um ótimo observatório das relações sociais, enquanto trazem significações da língua. Nossa questão, portanto, não é a de analisar o dicionário em si, enquanto análise como instrumento, mas sim partindo deste fato, para se refletir as definições lexicográficas como um texto a ser analisado.

Portanto, consideramos as definições lexicográficas um texto com características específicas que merecem tratamento especial. Dentro delas, as acepções para as palavras, que seriam o que consideramos como texto, articulam-se entre si pelas numerações, pela utilização de sinônimos, pelas palavras justapostas sem conectivos, pelos recursos gráficos de marcação por vírgulas e ponto-e-vírgulas, as indicações etimológicas, e o

acréscimo de exemplos. Todos esses elementos contribuem para a constituição dos sentidos do texto na definição das palavras analisadas.

Nas definições para as palavras, observamos uma tensão entre o mesmo e o diferente, por meio dos mecanismos que constituem a textualidade para a definição como nos processos de reescritura, de predicação e de articulação. Portanto, durante as análises, privilegiamos o modo como as palavras selecionadas tiveram seus sentidos constituídos a partir das diferentes enunciações nos dicionários, por meio de outras palavras, e também da observação de como estas palavras foram articuladas para a produção dos sentidos.

Para nosso trabalho, interessa-nos o estudo das designações para os nomes *presidente* e *presidenta*, ao levar em consideração a questão da designação estudada por Guimarães (2005), mais especificamente a proposta sobre o Domínio Semântico de Determinação, designado pela sigla DSD. Neste sentido, no processo de designação, o nome traz consigo um conjunto de palavras outras que se relacionam, um conjunto de relações que as palavras estabelecem entre elas, de modo enunciativo que, por sua vez, configuram o sentido, e possibilitam observar as significações para os nomes.

A partir do processo de determinação em um acontecimento enunciativo, compreendemos que ele acontece por meio dos procedimentos da reescrituração (sobre o redizer uma palavra), e o da articulação (da relação entre as diferentes formas para a palavra), tomados a partir das pesquisas de Guimarães (2005).

Em seu estudo designativo para os nomes próprios e os nomes de ruas/cidades, Guimarães (2005) afirma que o processo de reescritura consiste em redizer uma palavra por meio dos procedimentos da repetição, da substituição (que, por sua vez, pode acontecer pela enumeração, pela particularização, ou como resumo e síntese), na forma de anáfora e de elipse. Deste modo, a reescrituração consiste em um processo de produção de sentidos, devido ao fato de funcionar “no acontecimento como um modo de predicar o nome, ou os nomes reescriturados, ou seja, a reescrituração ao mostrar-lhe dizendo o mesmo, diz outra coisa e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado” (GUIMARÃES, 2005, p. 69).

O processo de reescrituração acaba por colocar em funcionamento o mecanismo da predicação/determinação, não necessariamente, no sentido de um predicado para a definição, como no caso dos dicionários, mas sim de uma determinação durante o desenrolar do dizer. Deste modo, podemos sintetizar a ideia no seguinte exemplo: em uma definição lexicográfica, uma expressão rediz uma outra expressão que, por sua vez, acaba por predicá-la.

Já em relação ao processo de articulação, incluímos a noção das relações entre o funcionamento de algumas formas para as palavras que interferem em outras formas que são silenciadas, não são reditas. Este mecanismo é passível de ser observado, durante o processo em que outros nomes vão substituindo as palavras *presidente* e *presidenta*, e ganhando sentidos outros ou mesmo sentidos que são apagados. Por meio dos processos de reescrituração e de articulação as relações entre as palavras vão se constituindo e determinando os sentidos para as palavras selecionadas. Todo este processo constitui o que Guimarães (2005) define como DSD (Domínio Semântico de Determinação) que veremos explicitado no procedimento de análise nos próximos capítulos.

3.4 DA ARTICULAÇÃO ENTRE OS TRÊS CAMPOS DO SABER

3.4.1 A Gramatização dos Dicionários como Objetos Históricos

Analisamos, neste trabalho, o dicionário não somente enquanto fonte de pesquisas sobre uma palavra, mas também como objeto histórico, por meio do qual circulam discursos que estão presentes na sociedade. Por esta razão, selecionamos as definições para os verbetes *presidente* e *presidenta*, a partir do diálogo entre a História das Ideias Linguísticas, a Análise de Discurso e a Semântica do Acontecimento.

No que se refere aos conceitos da História das Ideias Linguísticas estudados no trabalho, e que nos coloca em seu domínio, consideramos o dicionário um instrumento que se realiza por meio do processo de gramatização, proposto por Auroux (2009). Essa disciplina surgiu, no Brasil, a partir de um grupo de pesquisa coordenado pela professora da Unicamp, Eni Orlandi, concomitantemente, com o grupo na França conduzido por Sylvain Auroux. Este programa de estudos tem por objeto produzir a história das ideias linguísticas no Brasil, por meio do estudo de gramáticas e dicionários considerados como saberes linguísticos.

Colocaremos em discussão, nesta pesquisa, alguns aspectos do processo de gramatização que dizem respeito ao fato de os dicionários serem considerados instrumentos de gramatização, bem como do funcionamento do processo de gramatização na sociedade, visto pelo viés de um objeto histórico.

A partir da leitura da obra de Auroux (2009), vimos a discussão de duas teses. A primeira apresentando o surgimento da escrita como fator primordial para o nascimento das ciências da linguagem. A segunda tese, refere-se ao próprio processo de gramatização, formulado por Auroux (2009), processo que obteve maior grau de relevância

durante o Renascimento Europeu, devido ao fato da grande produção de gramáticas e dicionários de tradição greco-latina.

Segundo o próprio formulador da teoria, o processo teve grande importância, assim como a revolução agrária do período neolítico ou a revolução industrial. O processo de gramatização consiste na instrumentação de uma língua em gramáticas ou dicionários. Estes dois instrumentos acabam por prolongar o saber linguístico, permitindo ao indivíduo conhecer regras que ele sozinho não adquire, como acontece com os dicionários monolíngues que viabilizam o acesso a um número de palavras as quais não conheceríamos sem o auxílio do instrumento. Todo este processo da extensão do conhecimento da língua possibilita a produção de outros enunciados pelo sujeito falante, ao mesmo tempo em que provoca a homogeneização e fixação das línguas.

Desta maneira, o instrumento dicionário é um instrumento tecnológico da língua que consiste em um conjunto de palavras as quais se dispõe de modo sistemático, por meio das marcações gramaticais, da etimologia da palavra, das definições e acepções, e sentidos para a palavra.

Juntamente com o processo de gramatização, Auroux (2009) observa a ocorrência de uma transferência cultural, e justifica o aspecto ideológico do conhecimento da língua, como no caso do dicionário em que algumas definições afirmam determinados sentidos que em outras são silenciados, como no exemplo dado por Nunes (2006) dos dicionários, glossários e vocabulários produzidos pelos jesuítas, no Brasil, durante a época colonial, nos quais eram colocados sentidos de uma formação discursiva religiosa, exemplificado pela seleção lexical e significados para as palavras.

Diferentemente do que acontece na Europa, a história da construção do saber metalinguístico no Brasil, conforme os estudos de Orlandi (2001), consiste em um processo relacionado à colonização e, por consequência, pela consolidação de uma língua nacional. Segundo a pesquisadora, a Independência e a proclamação da República brasileira representam nossa forma política de cidadania, no século XIX, veiculadas pelas instituições e textualizadas por instrumentos como a gramática, o dicionário, o manual de ensino. Por esta razão, consideramos estes instrumentos, em seu contexto, na instituição Escola, como objetos históricos, que funcionam a partir da relação entre o sujeito, a sociedade e a história.

Neste trabalho, consideramos o dicionário como objeto histórico e político, assim como acontece nos estudos e pesquisas de Oliveira (2006). Portanto, a partir da realização desta pesquisa, justificamos o estudo dos dicionários como fonte de observação sobre a constituição dos sujeitos, bem como da sociedade e da história.

3.4.2 O Dicionário como um Objeto Histórico para Análise

Consideramos o dicionário um objeto histórico, que tomado como tal e como um instrumento linguístico nos leva ao conhecimento da língua. No diálogo com a perspectiva teórica da Análise de Discurso, retomada nos estudos de Nunes (2006), observamos que o pesquisador volta-se para a história da constituição de um conhecimento metalinguístico, no Brasil, ao tomar como parâmetro a produção de saberes lexicográficos brasileiros. Na análise de sua obra (NUNES, 2006), encontramos seu objetivo, o de revelar a formação de um discurso lexicográfico a partir dos relatos produzidos pelos primeiros viajantes que aqui chegaram até o momento da produção dos dicionários monolíngues nacionais no século XIX.

O autor trata da formação de uma língua nacional brasileira, a partir da observação dos discursos utilizados por meio da língua, e que estavam inseridos nos dicionários, no que se refere ao final do século XIX, momento em que surge a ideia da constituição de uma identidade nacional, puramente brasileira e independente do português de Portugal. Portanto, ao considerarmos o processo de gramatização da língua portuguesa e das línguas indígenas, a partir do descobrimento e dos três primeiros séculos que seguem, há o predomínio da gramatização destas línguas indígenas. Este processo pode ser observado durante a passagem de uma lexicografia bilíngue, da língua portuguesa para a língua indígena e vice-versa, para uma lexicografia monolíngue, sem a influência do português de Portugal.

Nunes (2006) considera os fatores ideológicos que interpelam a história da constituição de um léxico por meio dos discursos aqui produzidos, e não apenas como uma transferência de palavras de uma língua para a outra. Deste modo, o léxico, para o pesquisador, é um discurso, e o dicionário um objeto histórico, por meio do qual podemos estudar esse discurso.

3.4.3 O Estudo do Dicionário pelo Viés da Semântica do Acontecimento

Oliveira (2006) realiza um estudo designativo da palavra *cidadania*, por meio do aparato teórico da Semântica do Acontecimento. A pesquisadora toma como *corpus* a palavra mencionada e a sua relação de determinação com as palavras *cidadão* e da paráfrase *condição de cidadão*, recortados a partir da seleção de dicionários lusitanos e brasileiros dos séculos XX e XXI.

Assim como a análise feita por Oliveira (2006), em que apresenta como objeto a história dos sentidos da palavra *cidadania*, realizamos nosso trabalho, analisando as definições de sentidos e significações para as palavras *presidenta* e *presidente*, e não somente para a pesquisa do instrumento dicionário, como nos estudos de Nunes (2006). Por esta razão, não desconsideramos o estudo do dicionário como objeto do saber lexicográfico, pelo contrário, privilegiamos, tal como Auroux (2009), o tratamento do dicionário como um instrumento linguístico constituído pelos verbetes (unidades textuais menores).

Portanto, a análise que realizamos, nesta pesquisa, tem por base o modo como Oliveira (2006) a apresenta em sua obra, a partir do referencial teórico da Semântica do Acontecimento, com algumas diferenças da maneira como selecionamos o *corpus* para as nossas análises. Tomamos como unidade de análise as definições para os verbetes *presidente* e *presidenta*, em dicionários nacionais do século XX e XXI. Levamos em consideração o verbebo enquanto um texto, por esta razão, nós analisamos a relação entre os sentidos e significações empregados em cada dicionário.

Em Oliveira (2006), dois foram os questionamentos selecionados, o primeiro diz respeito ao olhar dos dicionários lusitanos de Bluteau, publicado em 1712, e o de Moraes em 1789, sobre a condição de *cidadão* e de *cidade*, da história da palavra *cidadania*, o que difere de nosso caminho, pois optamos por não utilizar os dicionários lusitanos para nossa análise. O segundo questionamento posto pela pesquisadora refere-se à designação da *cidadania*, estudada a partir dos dicionários nacionais do século XX e XXI. Nesta medida, nosso estudo se assemelha em grande parte ao segundo trajeto traçado por Oliveira (2006).

Com a finalização de seu trabalho, Oliveira (2006), conclui como a análise do dicionário como um instrumento linguístico possibilita um olhar para o objeto como um observatório, razão pela qual permite uma visão peculiar da história de uma sociedade, pois enquanto inserido em uma política de regulamentação linguística, possui a especificidade de regular sentidos. Assim como o trabalho de Oliveira (2006), consideramos em nosso *corpus*, as definições para os verbetes como um texto enquanto unidade textual menor, pertencente ao dicionário como a unidade textual maior.

Quanto às conclusões alcançadas por Oliveira (2006), em sua pesquisa, sobre os modos históricos de produção de sentidos para a palavra *cidadania*, foram que não existem grandes diferenças entre as definições dos dicionários nacionais do século XX em comparação com os dicionários lusitanos, trazendo um discurso jurídico e urbano.

Consequentemente, para nossa análise, consideramos a relação do histórico, do social e do político no dicionário, por esta razão, recortamos os verbetes acima

mencionados em dicionários selecionados. Em seguida, contrapomos a análise da designação dos verbetes com o discurso que se tem produzido a respeito do assunto sobre gêneros, baseando-nos em outras áreas do conhecimento como a História e a Ciências Sociais.

4 CONSTITUINDO O OBJETO

As perguntas que norteiam essa pesquisa são: a) um acontecimento histórico possibilita as condições de emergência de uma palavra? b) seria uma questão de surgimento ou de (re)significação dessa palavra?

Nossas hipóteses são: a) um fato histórico, como por exemplo, o da eleição de uma mulher como presidente pode trazer à tona o uso de uma palavra, bem como os novos sentidos para o vocábulo; b) ao ser inserida em um dicionário, a palavra traz consigo um discurso que está sendo circulado na sociedade, portanto, estamos tratando de um caso de (re)significação de um nome e de seus efeitos de sentidos.

Para responder a estas perguntas e chegar às determinadas hipóteses, o trabalho será dividido em partes. Entretanto, para chegarmos à divisão dos capítulos foi necessário a seleção do *corpus*. Esta etapa inicial teve como embasamento a ideia que nos foi dada pelo professor da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), Roberto Leiser Baronas, em um Estudo Avançado, realizado durante o mês de abril de 2011, na Universidade Estadual de Londrina. O professor sugeriu verificar a palavra *presidenta*, em dicionários nacionais, a fim de analisá-la por meio do aparato teórico da Análise de Discurso. Para tanto, acrescentamos à ideia dada a articulação entre três áreas do saber: da História das Ideias Linguísticas, da Análise do Discurso e da Semântica do Acontecimento, a fim de promover o diálogo entre elas e maior relevância ao trabalho.

Deste modo, partimos para a leitura dos dois verbetes *presidente* e *presidenta*, nos dicionários nacionais, escolhidos a partir do estudo de Nunes (2004), dos mais antigos aos mais recentes, a fim de encontrarmos uma regularidade quanto à elaboração das definições empregadas para os verbetes mencionados acima.

Simultaneamente, realizamos a leitura e as resenhas do referencial teórico, tentando articular os três campos de estudo sobre a linguagem, sendo eles: o programa de estudos sobre a História das Ideias Linguísticas, e a questão da gramatização e instrumentação de línguas; a Análise do Discurso de linha francesa ao olhar discursivo sobre os dicionários; e a Semântica do Acontecimento quando tratamos da emergência da palavra como um efeito de sentido.

Em seguida, fizemos a articulação entre as teorias estudadas aplicadas ao *corpus* que nos propusemos estudar. Por esta razão, os capítulos ficaram estruturados da maneira que passamos a descrever a seguir.

No Capítulo I, dedicamos à teoria do programa de estudos sobre a História das Ideias Linguísticas (HIL). A reflexão sobre a teoria proposta por Auroux (2009), no que se refere à revolução tecnológica da gramatização e o processo de instrumentação de línguas em gramáticas e dicionários.

No Capítulo II, tratamos das questões de base da Análise de Discurso (AD), ao tratar o dicionário enquanto um instrumento linguístico. A todo momento fazemos referência às pesquisas realizadas por Orlandi (2002), bem como aos estudos de Nunes (2006), em diálogo com Collinot e Mazière (1997).

No capítulo III, explicitamos a teoria proposta por Guimarães (2005) da Semântica do Acontecimento sobre o estudo da enunciação, fazemos o diálogo com a pesquisa de Oliveira (2006). Ao final do capítulo, realizamos a articulação entre as três áreas de saber sobre a linguagem, a fim de mostrar a relação entre os capítulos anteriores.

No presente capítulo IV, tratamos das questões metodológicas de nossa pesquisa, além de inserir as condições de produção dos dicionários que selecionamos para as análises.

No Capítulo V, articulamos as três áreas de reflexão sobre a linguagem, por meio da análise das definições para as palavras *presidente* e *presidenta* em dicionários nacionais. Nosso corpus é constituído pelas seguintes obras: o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo (1926); o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete (1958); o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, (1939-1944) de Laudelino Freire; o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975), publicado no Rio de Janeiro pela editora Nova Fronteira, o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, (1988) em uma parceria com a Folha de São Paulo e a editora Nova Fronteira, bem como as novas edições do dicionário Aurélio como as de 1999 e 2009, e o dicionário de Antenor Nascentes, intitulado *Dicionário Básico do Português do Brasil*.

Por último, fazemos nossas considerações finais a partir da análise realizada, e inserimos as referências de base para a constituição de nossa pesquisa.

Nosso percurso histórico de sentidos para as palavras foi possível pelo fato de que a observação das definições lexicográficas foi feita a partir de dicionários de grande circulação entre os séculos XX e XXI. Associamos as definições com o breve estudo histórico da representação da mulher no Brasil, realizado pelo historiador e sociólogo Carlos Bauer (2001).

Julgamos necessário o estudo das condições de produção dos dicionários, para direcionar e antecipar informações que foram relevantes para o capítulo referente às análises.

4.1 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Decidimos fazer a busca pelos verbetes *presidente* e *presidenta* em dicionários nacionais da língua portuguesa, em virtude dos estudos realizados por Nunes (2004), quando elabora uma listagem dos processos de dicionarização pelos quais passa o Brasil, sendo ela dividida em quatro momentos distintos. Por essa razão, selecionamos os dicionários mais relevantes, em cada período, a fim de sistematizá-los em ordem cronológica e, por conseguinte, chegarmos às considerações finais de conclusão do trabalho.

4.1.1 Quanto às Condições de Produção dos Dicionários Nacionais

Passaremos agora a uma caracterização dos modos de constituição históricos dos dicionários, estudaremos brevemente as condições de produção dos instrumentos selecionados para nossa pesquisa, a partir do acesso às pesquisas realizadas por José Horta Nunes, em seu projeto *Conhecendo Dicionários* (CDIC), publicado na Internet, que propõe a divulgação de dicionários nacionais da língua portuguesa produzidos ou utilizados no Brasil.

O projeto resulta de uma série de pesquisas que estudam o dicionário como objeto de análise, na articulação entre a perspectiva da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas. O trabalho é desenvolvido no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP, Campus de São José do Rio Preto e está diretamente ligado ao Programa de Estudos da História das Ideias Linguísticas, que acontece na Unicamp, sob a coordenação de Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães.

O projeto reúne, ainda, o trabalho de uma equipe que tem como coordenador o professor José Horta Nunes (UNESP), bem como a participação dos alunos de pós-graduação, Dantielli Assumpção Garcia (Aluna de Mestrado - UNESP), Edson Ermenegildo Junior (Aluno de Mestrado - UNESP), Giovana Iliada Giacomini (Aluna de Mestrado - UNESP), e Maria Teresa Martins (Aluna de Mestrado - UNESP) que assinam pelas iniciais de seus nomes quando ganham os créditos para a produção de links dentro do sítio. Dentre os vários *links*, existem ferramentas que podem direcionar para os verbetes de

dicionários, para os autores de dicionários, para as instituições ligadas à produção de dicionários, além de cronologias, de bibliografias e de textos que aborda questões relacionadas ao assunto. Por meio deste projeto e dos estudos e pesquisas realizados pela equipe coordenada por José Horta Nunes, passamos a caracterizar as condições de produção dos dicionários.

4.1.1.1 *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1881), de Caldas Aulete

Com grande repercussão editorial, o *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* teve sua primeira publicação, em 1881, pela Imprensa Nacional em Lisboa. Quem pensou no conjunto da obra foi Caldas Aulete (1823-1878), entretanto conseguiu somente a produção dos verbetes referentes à letra A, devido ao seu falecimento, sendo, a maior parte da obra seguida por Antônio Lopes dos Santos Valente (1839-1896).

Em seu plano de trabalho, explicitado pelo prefácio, Caldas Aulete define seus objetivos, além de afirmar que seu dicionário não será limitado à cópia dos outros grandes mestres, mas que irá incluir palavras do campo da conversação, como também neologismos e termos técnicos.

Além da primeira edição, o dicionário segue ainda mais duas reedições em Portugal, a de 1925 e a de 1948. No que diz respeito às edições especificamente brasileiras, o dicionário ganha uma organização nacional em 1958, com o prefácio feito por Hamílcar de Garcia, seguidas pelas edições de 1964, 1974, 1980 e 1987, essas várias edições comprovam a aceitação do dicionário no Brasil.

4.1.1.2 *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1939-44), de Laudelino Freire

Considerado o primeiro dicionário brasileiro da Língua Portuguesa, o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, organizado por Laudelino Freire e publicado, em 1939-44, pela Editora A Noite, do Rio de Janeiro, obteve ainda mais duas reedições, em 1954 e em 1957, pela Editora José Olympio que não fez modificações na primeira obra publicada.

O dicionário apresenta-se em cinco volumes, com citações literárias tanto de autores portugueses como de autores brasileiros, destaca-se por incluir termos científicos, além de brasileirismos, indianismos e africanismos. As noções etimológicas são registradas de modo geral, com breve indicação da origem dos termos.

Para definir seus verbetes, Laudelino utiliza-se de linguagem clara, mesmo dando caráter peculiar e individual a cada palavra, além de realizar uma sistematização de regência verbal, ao classificar os verbos.

O *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, juntamente com o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, de 1938, marca o início de uma série de dicionários brasileiros elaborados no século XX, e por sua vez, estabelece uma fase de autonomia em relação aos dicionários portugueses.

4.1.1.3 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1975), de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira

Classificado como o dicionário brasileiro mais utilizado no final do século XX, o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, foi publicado pela primeira vez, em 1975, no Rio de Janeiro, pela Editora Nova Fronteira, período representado pela consolidação da lexicografia nacional brasileira, pois é neste momento que passamos a utilizar mais os dicionários especificamente brasileiros ao invés dos portugueses.

Nesta primeira edição de 1975, o dicionário apresenta aproximadamente 111.400 verbetes, reunidos em um volume, número que cresce na terceira edição, chegando a aproximadamente 160.000 verbetes, divididos em 272.000 acepções que ficam dispostas em 2.160 páginas. Dentre estas acepções, vemos a contemplação da literatura brasileira, com exemplos de autores modernos, bem como de cronistas, trazendo a apresentação da língua em uso em nosso meio, além de exemplos e citações elaborados pelo próprio Aurélio, e uma grande lista de sinônimos.

Quanto às condições de produção do dicionário, durante o seu percurso de produção, seu autor fez parte da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Filologia. Nesta trajetória, levamos em consideração a participação do lexicógrafo desde a terceira edição, no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1ª ed., 1938), ao colaborar com a inclusão de brasileirismos, além das marcas de africanismos.

O *Dicionário Aurélio* teve mais duas edições, em 1986 e em 1999, sendo a última denominada *Dicionário Aurélio Século XXI* e foi acompanhada da primeira versão eletrônica de um dicionário brasileiro. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira faleceu antes do término e publicação da terceira edição, que ficou sob a coordenação de sua esposa Marina Baird Ferreira e de Margarida dos Anjos.

4.1.1.4 *Dicionário da Língua Portuguesa* (1967) Antenor Nascentes

O dicionário organizado por Antenor Nascentes segue o projeto da Academia Brasileira de Letras de um dicionário da Língua Portuguesa, a obra foi publicada somente em 1967 pela Imprensa Nacional.

As palavras-entrada do *Dicionário da Língua Portuguesa* apresentam transcrições fonéticas e etimológicas e exemplos criados pelo autor do dicionário. Na 2ª edição, a obra apresenta algumas modificações em relação à 1ª edição. Publicada em 1988, pela editora Bloch, a 2ª edição é apresentada em um único volume sem transcrição fonética para as palavras-entrada.

4.1.1.5 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (Candido Figueiredo)

Apesar de não haver referências às condições de produção deste autor, no sítio de Nunes (CDIC), reunimos as informações encontradas em uma simples busca pela enciclopédia livre do Google, a Wikipédia, além das informações contidas nas próprias publicações em que tivemos acesso.

O dicionário foi publicado pela primeira vez em 1899, em seguida teve várias reedições no Brasil, como por exemplo, as edições de 1926, de 1937 e de 1963 que compõe o cenário de nosso *corpus*.

Com esta obra, o autor português Antonio Candido de Figueiredo, torna-se mais conhecido, ainda que não tenha presenciado em vida a publicação dos dicionários no Brasil, por ter falecido um ano antes deste acontecimento. Candido Figueiredo, além de filólogo, publicou trabalhos sobre ficção e crítica social e institucional, foi, ainda, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, após ter ajudado a fundar a Sociedade de Geografia de Lisboa.

5 ANALISANDO AS PALAVRAS

Nas análises seguintes, estudamos as definições para as palavras *presidenta* e *presidente* tomadas em diferentes dicionários de língua portuguesa com publicações nacionais do século XX e XXI. Decidimos fazer a busca pelas duas palavras em virtude de os estudos de Nunes (2004), já explicitados no segundo capítulo, quando o autor elabora uma listagem dos processos de dicionarização pelos quais passa o Brasil, sendo ela dividida em quatro momentos distintos. Por essa razão, utilizamos os dicionários mais relevantes em cada período, a fim de sistematizá-los em ordem cronológica e, por conseguinte, chegarmos às considerações finais da dissertação.

No início do trabalho, propomos como objetivo, analisar o modo como acontecem as relações de determinação das formas linguísticas, no que diz respeito à produção de sentidos e sua relação com o acontecimento enunciativo, processo que constitui a designação das palavras selecionadas para o trabalho. Nossa questão é, portanto, analisar as designações das palavras *presidenta* e *presidente*, a fim de observar os diferentes sentidos expressos pelas definições e seus movimentos semânticos, de maneira que existem sentidos que são mantidos e outros que são suprimidos.

Para tanto, consideramos que os dicionários funcionam como um instrumento de saber sobre a língua, como uma normatividade que pode excluir outros saberes. Por esta razão, ao serem inseridas nos dicionários, observamos que as definições, por meio de seus movimentos semânticos, constituem a história de sentidos para as palavras escolhidas para a pesquisa.

5.1 NOVO DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE CANDIDO FIGUEIREDO

O dicionário foi publicado pela primeira vez em 1899, e pelo fato de não termos acesso à primeira edição, utilizamos a análise da edição de número quatro, publicada no ano de 1926, e as seguintes de 1937 e 1963⁷.

Observamos a definição atribuída às palavras *presidente* e *presidenta*, na edição de 1926:

⁷ Gostaríamos de agradecer ao professor José Horta Nunes e sua orientanda Ana Lídia Puia por disponibilizar o acesso à Biblioteca de Obras Raras, situada na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/ Campus de São José do Rio Preto), bem como ao bibliotecário Oscar José Marques, responsável pelo nosso contato com as obras que fazem parte de nosso *corpus*.

* **Presidenta**, *f. Neol.* Mulher que preside. Mulher de um presidente. Cf. Castilho, *Sabichonas*, 128. (Fem. de *presidente*)

Presidente, *m e adj.* O que preside. Aquelle que dirige os trabalhos de uma assembleia *ou* de uma corporação deliberativa. Título moderno ao chefe da república. (Lat. *praesidens*).

Quanto aos verbetes, as duas palavras estão inseridas no dicionário apresentadas de maneira subsequente. As definições, de um modo geral, são construídas pela enumeração de expressões e palavras separadas por ponto final, justapostas com a utilização de poucos conectivos, e ainda com a presença de verbos. São definições curtas, sem a inserção de exemplos.

No que se refere à palavra *presidenta*, há a indicação morfológica da palavra como substantivo feminino, entretanto não há a indicação da etimologia do termo. Esta descrição mostra-nos a exiguidade do verbete, devido ao fato de ser um instrumento pedagógico e corresponder a esse funcionamento.

A primeira acepção apresentada pela palavra vem designada como um neologismo, ou seja, uma palavra nova, que corresponde ao feminino de um termo já existente. A definição vem seguida pelo nome-entrada “mulher” que, por sua vez, está determinada pelo sintagma nominal⁸ “que preside”. A especificidade de uma pessoa do sexo feminino que vai governar ou ocupar um cargo, segundo o qual não está especificado.

Como segunda definição, aparece a designação do nome “mulher” que vem determinado pelo sintagma nominal “de um presidente”, ou seja, a definição não generaliza o tipo de mulher, mas da pessoa do sexo feminino que é casada com um presidente. Isto é, do posto de esposa, mulher de família que tem por função a reprodução da espécie humana e se encarrega da educação dos filhos, fato que podemos comprovar por meio dos estudos realizados pelo pesquisador Bauer (2001, p. 84): “Isto respondia aos ideais femininos burgueses, segundo os quais a mulher tinha que ser a esposa gentil, amável e bondosa, fundamento do lar e perfeita mãe para seus filhos.” Ou seja, no momento referido, início do século XX, a função de se ocupar do marido e dos filhos ainda perdura para a maioria das mulheres, restando somente uma minoria que realizava um trabalho assalariado.

Em seguida, é explicitada a referência a Antonio Feliciano de Castilho com sua obra *As Sabichonas*, publicado em 1925, não se trata de uma criação de Figueiredo, entretanto ele se baseou na obra de Castilho. Neste momento, voltamos à ideia do já-dito,

⁸ Utilizamos a denominação de *sintagma nominal* segundo Guimarães (2005).

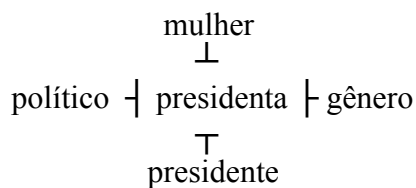
explicitado em nosso segundo capítulo, retomado pela reescrituração por meio do mecanismo da paráfrase. Interessa-nos notar, ainda, o lugar social ocupado pelo lexicógrafo, uma vez representado pela figura do locutor-x, representante da língua nacional brasileira, apresenta-se como E *universal*, caso típico das definições dicionarísticas, por meio do discurso que circula na sociedade e está reproduzido no discurso do lexicógrafo.

Por último, é acrescentado, pelo recurso visual dos parênteses, a acepção da palavra como o feminino do verbete *presidente*, desse modo, a sua designação fica determinada pela existência da primeira palavra.

A definição inteira, que seria o corpo do verbete, reescreve a palavra-entrada *presidenta* de dois modos diferentes: o primeiro modo é por definição que são as reescrituras “mulher que preside” e “mulher de um presidente” que reescrevem *presidenta* definindo-a.

O segundo modo de definir é por substituição, que são as acepções referentes às marcações gramaticais da palavra como um correspondente em gênero do termo *presidente*.

Portanto, a palavra *presidenta* é determinada pelas qualidades e funções que a mulher pode ocupar na sociedade. Chegamos então ao seguinte DSD, no qual o símbolo: $\vdash \dashv \top \perp$, em qualquer direção que aponte para a palavra analisada (no caso *presidenta* e *presidente*), significa “determina”; --- significa “sinonímia” e o traço maior, que divide o DSD, significa antonímia:



Onde podemos ler: mulher, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam *presidenta*.

A etimologia da palavra não está explícita, mas é rememorada por esta acepção, ao fazer referência à palavra *presidente*, pois é na definição da segunda palavra que encontraremos a origem latina do termo. Este modo de construir a definição, de maneira exígua, é um mecanismo que corresponde ao funcionamento pedagógico do dicionário. Podemos observar um discurso que prima pela facilidade da consulta pelo fato de proporcionar palavras que permitem uma ilusão de homogeneidade do sentido. Ao

reconstituirmos as condições de produção do dicionário, levamos em conta a época em que foi produzida a obra, uma vez que seus interlocutores são os leitores leigos e os estudantes.

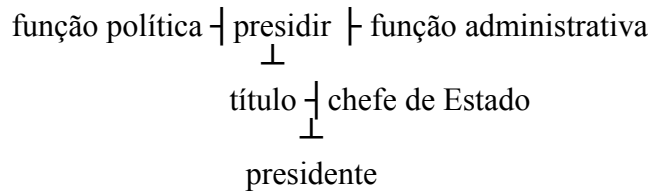
No que diz respeito à palavra *presidente*, sua primeira acepção e características gramaticais vêm explicitadas pela sua qualidade *m* de masculino e sua propriedade *adj* de pertencer à função de adjetivos; seguida pela designação “O que preside”, particularizada pela referência do artigo “o”, o qual reescreve aquele que governa, como sendo “o homem”, “o indivíduo” que, por sua vez, é predicado pelo sintagma nominal “que preside”.

A segunda acepção diz sobre aquele que tem a função de governar os trabalhos de um grupo, de um conjunto de pessoas, de uma assembleia, de uma corporação. Em seguida, a acepção vem designada pelo nome que se dá para o chefe da república, para aquele que governa o país. Nesta mesma época, podemos inferir e construir nossas condições de produção, por meio dos estudos de Koifman (2002, p. 236), que quem governava o país era Artur Bernardes (1922-1926), do Partido Republicano Mineiro, o nono presidente de nossa história, o qual tinha por vice Estácio Coimbra. Quanto ao seu estado civil, foi casado com Clélia Vaz de Melo, a filha do líder político Carlos Vaz de Melo. Segundo Koifman (2002, p. 240): “Ela foi para ele uma companheira dedicada, que o estimulou, sempre de forma discreta, pelos quase 52 anos de seu casamento.” Portanto, foi Clélia que ocupou o lugar de *presidenta*, da mulher do presidente, a qual cumpriu com seu papel de esposa e mãe, concedendo ao presidente Artur oito filhos.

Por último, foi inserida a concepção da origem da palavra, etimologicamente advinda do termo latino *praesidens*, neste sentido, vemos a preocupação do lexicógrafo em dar veracidade ao seu discurso. Em *Dicionário Latino-Português* (1956), José Cretella Junior e Geraldo de Ulhôa Cintra definem: “*praesidens, praesidentis* adj. part. que governa, que preside: governador (de província)” (CRETELA JUNIOR; CINTRA, 1956, p. 954). As palavras possuem ligação com o verbo inserido nas formas *praesideo, praesides, praesedi, praesessum, praesidere*, que pode ser classificado como intransitivo ou transitivo, e possui por significação “presidir, ser presidente, governador, protetor, superintendente” (CRETELA JUNIOR; CINTRA, 1956, p. 954). Deste modo, desde sua origem, a palavra já possuía o sentido para os dois gêneros, feminino e masculino e, por sua vez, traziam o sentido de ser o primeiro, de estar à frente, encabeçar a tomada de decisões, sentido que se mantém nas definições analisadas anteriormente.

Entretanto, no caso do verbete *presidente*, da edição de 1926 explicitada acima, a palavra não é designada como um nome que serve para os dois gêneros, como veremos nas próximas definições.

A partir dessas análises, chegamos ao seguinte DSD:



Onde podemos ler: a função política e administrativa determina o ato de presidir, que determina o título ao qual se atribui ao chefe de Estado, e, conseqüentemente, determina a existência de *presidente*.

Portanto, a designação da palavra *presidente* está voltada principalmente para o seu sentido etimológico, de estar à frente na tomada de decisões.

Com relação à edição de 1937, as definições continuam as mesmas:

Presidenta, *f.* Mulher que preside. Mulher de presidente.

Presidente, *m.* e *adj.* O que preside. Aquele que dirige os trabalhos de uma assembléia ou de uma corporação deliberativa. Título moderno do chefe de república. (Lat. *praesidens*).

Nesta edição, repete-se a definição da primeira, analisada anteriormente. Servindo, portando, o mesmo DSD da publicação anterior para as palavras *presidente* e *presidenta*. Vale ressaltar que se mantém, ainda, a tendência de uma definição sucinta de sentidos tal como nos mostra a análise.

Para a constituição das condições de produção do dicionário, o *presidente* ao qual a palavra faz referência não é mais Artur Bernardes, como anteriormente, mas sim o período que compreende o governo de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945), com os propósitos da Aliança Liberal. De acordo com Koifman (2002, p. 330):

Getúlio Vargas tinha rosto redondo e harmonioso, e o pescoço era curto e pouco visível. Afora a proeminente barriga, o que mais desagradava o presidente quando se olhava no espelho, dizem, era o seu 1m60 de altura. Os fotógrafos oficiais eram orientados a escolher os ângulos que melhor disfarçassem a baixa estatura da mais alta autoridade do país.

Em 1911, Getúlio casou-se com a menina de apenas 15 anos, Darcy Sarmanho, com quem teve cinco filhos. Darcy foi descrita por Alzira, a terceira filha do casal, em uma biografia de Getúlio, na qual cita a quase meninice com que a mãe se casou, e era atormentada pelos cinco filhos que a consideravam a “velha matrona rabugenta, porque exigia que sempre estivéssemos limpos, que fôssemos educados e comportados” (KOIFMAN, 2002, p. 336). Caracterização da figura de mulher do presidente, esposa, que toma esse posto mesmo diante dos casos extraconjugais do presidente.

Para a edição de 1963, temos apenas algumas modificações:

Presidenta, s. f. (neol.) Mulher que *preside*; mulher de um *presidente*.

Presidente, adj. 2 gêneros. Que *preside*; s. 2 gêneros. pessoa que *preside*; pessoa que dirige os trabalhos de uma assembléia ou corporação deliberativa; s. m. título moderno do chefe de estado republicano.

As definições são construídas pela enumeração de expressões separadas por ponto-e-vírgula apenas, justapostas sem conectivos, com a utilização de poucos verbos. Como vemos, são definições curtas, que não incluem exemplos. Aparecem as indicações morfológicas das palavras como substantivos ou adjetivos: masculino e feminino, porém não há indicação para a etimologia dos termos, diferentemente da primeira edição analisada acima.

A definição para a palavra *presidenta* se mantém, portanto segue a mesma análise explicitada anteriormente, bem como os domínios semânticos de determinação.

Com relação à palavra *presidente*, houve a introdução de uma nova marcação gramatical, que caracteriza o termo como um adjetivo de dois gêneros, ou seja, o qual pode ser utilizado tanto para o feminino como para o masculino.

Na primeira acepção, não fica explícito o sujeito da oração, o que pode corresponder à mulher *presidente* que *preside*, como também, ao homem *presidente* que *preside*, diferentemente da definição para a *presidenta*, em que ocorre a marcação de um sujeito bem estabelecido, determinado pelo nome “mulher”.

Na segunda definição, existe a referência a uma “pessoa”, de modo mais genérico. Por esta razão, de acordo com a definição, as possibilidades são: o *presidente* e a *presidenta*, modificando somente o artigo a ser utilizado. Acrescenta-se que a definição vem seguida pela designação de “pessoa que *preside*”, falamos da característica de ser humano, seja ele homem ou mulher, que possui lugar privilegiado para tomar decisões e presidir um

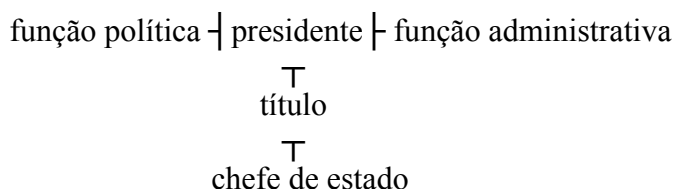
determinado espaço, o qual não vem estabelecido pela definição que, entretanto, é introduzida na segunda parte da definição separada por ponto e vírgula, com as seguintes palavras: “pessoa que dirige os trabalhos de uma assembléia ou corporação deliberativa.”

Por último, foi introduzida a designação do cargo que nos interessa como parâmetro de nosso estudo, o que se refere ao posto de Presidente da República, sendo encabeçado pela classificação gramatical como um substantivo masculino “*s. m.*”, excluindo a possibilidade de uma mulher se apresentar como a “presidente” da República. Completado, ainda, pela definição de um “título moderno do chefe de estado republicano”, ou seja, uma denominação mais atual (para o contexto da época: ano de 1963) para o homem que ocupa o posto de chefe da República e que deve cumprir com o papel de ter um lugar privilegiado nas decisões a serem tomadas durante as reuniões sobre questões políticas do estado republicano.

Neste momento, explicitamos as condições de produção e refletimos sobre a figura do presidente que atuava na época, João Goulart, mais conhecido como Jango, homem político filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro, no ano de 1956, casou-se com Maria Teresa Goulart, com quem teve dois filhos. Deste modo, temos a caracterização para uma das designações da figura de uma *presidenta*, Maria Teresa Goulart, era a presidenta, no período compreendido, pelo fato de ser casada com o presidente. Tal função destinava a ela várias incumbências: servir o marido e cuidar da educação dos filhos, como vimos nos estudos sobre a história da mulher realizados por Bauer (2001).

Não há a marcação da etimologia da palavra de origem latina (*praesidens*), como acontece nas edições precedentes, implicando outra designação de sentidos para as definições.

Nesse caso, temos o seguinte DSD:



Onde podemos ler: chefe de estado determina título que, por sua vez, juntamente com a função política e a função administrativa determinam presidente.

Pelo fato de excluir a marcação da etimologia latina da palavra, o sentido que se prima é o da nomeação e obtenção do título. Destaque para a titulação daquela pessoa, no caso, homem, que ocupa o cargo de chefe do Estado republicano.

5.2 GRANDE E NOVÍSSIMO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA (1939-1944) DE LAUDELINO FREIRE

PRESIDENTA, s.f Mulher que preside // 2. Mulher de um presidente.

PRESIDENTE, adj. Lat. *praesidens, entis*. Que preside.

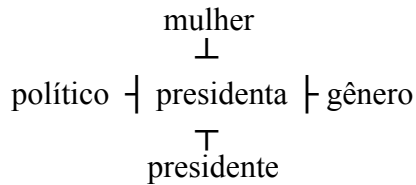
As definições são construídas pela enumeração de expressões separadas pelo recurso visual das duas barras, justapostas sem conectivos, com a utilização de frases mais nominais que verbais. Foi utilizado o recurso de definições curtas que não incluem exemplos. Estão incluídas indicações morfológicas das palavras como substantivos ou adjetivos: masculino e feminino, há a indicação para a etimologia dos termos somente na definição da palavra *presidente*.

A palavra *presidenta* aparece marcada gramaticalmente no dicionário como um substantivo feminino. Sua primeira designação diz respeito à “mulher” que possui a incumbência de presidir, de tomar frente às decisões, “mulher” que é predicada pelo sintagma nominal “que preside”. Portanto não se trata de qualquer mulher, mas sim apenas daquela que cumpre com as exigências para o cargo.

Em seguida, é notável a acepção que corresponde ao gênero oposto à palavra *presidente*, a sua parceira sexual, aquela que cumpre com o dever de ser a mulher de um presidente, a esposa, mulher de família que tem por função a reprodução da espécie humana e se encarrega da educação dos filhos como vimos nos estudos realizados por Bauer (2001). Quem cumpria com esse papel na época era a esposa de Getúlio Vargas, Darcy Sarmanho Vargas, sendo a primeira-dama do país por dois períodos: de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954.

A definição inteira, que seria o corpo do verbete, reescreve a palavra-entrada *presidenta* de dois modos diferentes: o primeiro modo é a reescritura “mulher” que acaba por definir a palavra, a qual vem predicada pela expressão “que preside”. O segundo modo de definir é por substituição da definição de número dois que afirma um correspondente feminino para o *presidente*.

Dessa maneira, temos como DSD para a palavra, o seguinte esquema:



Onde podemos ler: mulher, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam presidenta.

Com relação à palavra *presidente*, sua primeira acepção refere-se ao seu pertencimento à classe gramatical de adjetivo. Na sequência, o lexicógrafo preocupou-se em acrescentar a etimologia da palavra, dada sua origem latina expressa pelo termo *praesidens*, *praesidentis*, que corresponde tanto para a forma masculina quanto para a feminina, por ser um termo neutro. Por esta razão, a designação de *presidente* está voltada principalmente para o sentido etimológico da palavra.

Por último, vem a predicação feita somente por um sintagma nominal “que preside”, em que a forma elíptica de um nome que está nas entrelinhas, no que se refere ao indivíduo, ao homem que exerce a função de presidir, de estar no poder.

O DSD para a palavra se divide da seguinte maneira:

etimologia \dashv presidente

Onde podemos ler: a forma latina *praesidens* determina a existência da palavra *presidente*.

Ressaltamos a extensão do verbete que, de forma exígua, consegue definir em poucas palavras enumeradas, o sentido segundo o qual se deseja obter. As definições não apresentam exemplos, por esta razão mantemos a ideia de que se prima pela designação do sentido etimológico da palavra.

5.3 DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE CALDAS AULETE

Como condições de produção, sabemos que o dicionário de Caldas Aulete teve sua primeira edição, em 1881, na cidade de Lisboa, em Portugal, assim, pelo fato da não viabilidade e acesso a essa primeira edição, utilizamos a publicação de 1958, que diz respeito à primeira edição, genuinamente brasileira, e a de 1974, a qual tivemos acesso. A obra teve grande repercussão editorial e aceitação no Brasil, sendo seguida pelas edições de 1964, 1974,

1980 e 1987. Como vimos, Caldas Aulete foi quem pensou no conjunto da obra, porém realizou somente a produção dos verbetes referentes à letra A, pelo motivo de seu falecimento em 1878. Por esta razão, a maior parte da produção do dicionário foi coordenada por Antônio Lopes dos Santos Valente. O *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, na edição de 1958, apresenta a inclusão do domínio da conversação, bem como de neologismos e termos técnicos.

No que se refere às palavras *presidente* e *presidenta*, foi incluída as definições para ambas, o que comprova a preocupação do lexicógrafo em inserir a designação para o feminino. Explicitado pelo excerto da edição do ano de 1958:

PRESIDENTA, *s. f.* (fam.) mulher que preside; espôsa de um presidente. // F. *Presidente*.
PRESIDENTE, *s. m. e f.* o que preside a uma assembléia, a uma junta, a um conselho, reunião ou tribunal, e que dirige as discussões e as deliberações: o *presidente* da câmara dos deputados; o *presidente* do tribunal de contas; o *presidente* do júri; *presidente* do conselho. // Título oficial do chefe do Estado em algumas repúblicas: o *Presidente* da República. // (Bras.) (ant.) Governador (de uma província, de um Estado). // O que preside a um exame. // -, *adj.* que preside: o juiz *presidente*. // (Taur.) Autoridade civil, que preside as corridas. // F. lat. *Praesidens*.

A extensão acontece de maneira particular, para a palavra *presidenta* são definições curtas e justapostas, sendo separadas somente por ponto-e-vírgula, com a utilização de um verbo somente, sem a inclusão de exemplos. O que acontece de maneira diferente para a segunda palavra, que apresenta definições mais longas e bem elaboradas, separadas pelo recurso gráfico de duas barras, com a utilização de exemplos para ilustrar cada definição e a preocupação em inserir a etimologia da palavra.

Para a palavra *presidenta*, temos a sua indicação morfológica como substantivo feminino, seguido da expressão “fam.” indicando que a palavra corresponde a um domínio familiar. Apesar das duas definições apresentadas para a palavra, não há indicação da etimologia, essa descrição mostra-nos a caracterização de um verbete de pequena dimensão.

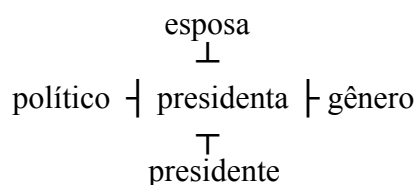
A primeira definição vem designada pelo nome-entrada “mulher” determinada pelo sintagma nominal “que preside”, ou seja, não estamos tratando de uma mulher qualquer, mas sim de uma mulher determinada pelas características de tomada de poder, aquela mulher que possui o posto de presidir um cargo que não vem especificado na definição, mas conseguimos reconhecer pelo contexto histórico de produção do dicionário.

Afirmação que comprovamos por meio dos estudos de Bauer (2001), quando disserta sobre a ocupação da mulher, pois, com o surgimento das grandes indústrias, houve a necessidade da criação de uma nova política educacional, cabendo à mulher o papel de trabalhar para a qualidade do ensino. As mulheres passaram a tomar frente na educação e, a partir da segunda metade do século XIX, ocuparam novos setores da esfera de produção, começando a competir com os cargos antigamente ocupados somente por homens. Com a difusão da máquina de escrever, as mulheres chegaram aos postos especializados nos correios, telefônicas, bancos, lugares em que elas trabalhavam como datilógrafas e telefonistas. Estamos interpretando a “mulher que preside” como a mulher que ocupa um cargo e, no caso da presidenta, a função destinada a ela é o gerenciamento da educação dos filhos e dos deveres do lar, pois é ela quem deve mandar e desmandar nos empregados responsáveis por tais serviços.

A segunda acepção para a palavra refere-se à posição de “espôsa”, determinada pelo sintagma “de um presidente”, portanto diz respeito à função de ser casada com um presidente. Diferentemente da definição de Figueiredo (1926) que a atribui como “mulher de um presidente”; no caso de Caldas Aulete, foi destacada a posição ocupada pela mulher, como por exemplo, o de ser a esposa, o papel de cônjuge de um presidente. Mulher que, segundo as pesquisas de Bauer (2001), deveria cumprir com o dever de cuidar dos serviços domésticos, de ser subserviente ao homem e zelar pela educação dos filhos, ao saber dar ordens aos serviçais para o cumprimento dos tratos filiais.

Por último, está incluída na definição a acepção de um nome que corresponde ao feminino da palavra *presidente*, explicitado pela abreviação “F. *presidente*”, o que remonta a origem da palavra como advinda do vocábulo *presidente*, e ressalta sua característica de correspondência feminina.

Por meio das acepções explicitadas acima, podemos configurar como DSD para a palavra *presidenta*, o seguinte esquema:



Onde podemos ler: esposa, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam presidenta.

Com relação à palavra *presidente*, foi introduzida a marcação gramatical de substantivo, acrescentado pelas noções dos dois gêneros, como no excerto “*s. m. e f.*”, ou seja, o verbete é classificado como uma forma que serve para os dois gêneros. Deste modo, recorreremos à sua utilização tanto no masculino como no feminino para nos referirmos à definição expressa pela palavra, uma vez que ela traz o sentido de ambos os gêneros.

A primeira definição atribuída para a palavra tem como referente o artigo “o”, que particulariza a determinação do encargo para dizer sobre “aquele homem”, “homem”, expressão que está predicada pelo sintagma nominal “que preside”, ou seja, o artigo “o” é predicado pelo sintagma e cabe a ele a tarefa de designar a função e ação determinada a uma pessoa que ocupa o cargo de presidente.

Essa função de presidente, segundo os exemplos utilizados na definição do verbete, pode corresponder à presidência de “uma assembléia”, de “uma junta”, de “um conselho”. Os lugares, segundo os quais um presidente pode atuar, vêm separados, na extensão do verbete, pelo segundo sintagma nominal iniciado pela conjunção “e”, que diz respeito à segunda designação do que realmente seja a função de um presidente. Desta maneira, aparece de forma elíptica a determinação “daquele” que tem a incumbência de dirigir e tomar frente em discussões e em trabalhos referentes às tarefas políticas, como as “deliberações”.

Muitas podem ser as opções de se dirigir um cargo como, por exemplo, nas definições ocorrem as exemplificações do “*presidente da câmara dos deputados*”, de “*presidente do tribunal de contas*”, de “*presidente do júri*”, como também de “*presidente do conselho*”, todos fazem referência a cargos políticos que são ocupados por homens durante o período e o contexto do qual estão inseridos.

Na sequência, surge a designação da qual reconhecemos como a função específica do *Presidente da República*. Neste caso, ela é determinada pelo maior cargo já ocupado por alguém, o de ser chamado como o “chefe do Estado”, ou seja, de acordo com a definição é o nome que se dá para quem ocupa o cargo mais elevado em uma divisão política republicana. O exemplo utilizado comprova a designação do posto ocupado especificamente por homens, caracterizado pelo artigo “o” que designa o nome “*Presidente*” que, na época, é representado pela figura de Juscelino Kubistschek, do Partido Social Democrático. O nome *Presidente* é determinado pelo artigo “o”, no momento da definição não é referido como um nome correspondente aos dois gêneros, excluído a possibilidade de um cargo ocupado por uma mulher.

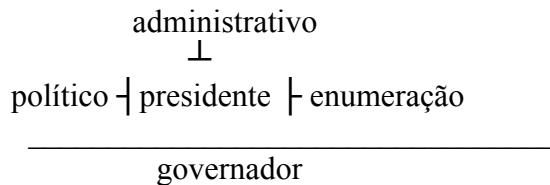
Foi acrescentada, ainda, a designação de “governador”, uma utilização antiga da palavra *presidente* no Brasil, aquele que tinha a função de governar uma província, um Estado, na antiga divisão política territorial brasileira.

Soma-se a designação de presidente como aquele que possui o encargo de presidir e tomar frente de um “exame”, ou seja, o que tem por incumbência coordenar uma prova. Após esta designação, aparece a nomeação da palavra quanto à classe gramatical de adjetivo que também designa o posto de dirigente como no exemplo: “o juiz *presidente*”.

No que se refere a outros domínios inseridos no dicionário, a definição traz em último aspecto, a esfera de ação da Tauromaquia, designado pela abreviação “Taur.” que quer dizer sobre a arte de tourear. No contexto, o sentido da definição designava a função daquela pessoa que servia como imparcial nas corridas e que tomava decisões a respeito, segundo as palavras: “Autoridade civil, que preside as corridas.”

A designação etimológica da palavra aparece na forma latina “*praesidens*”, demonstrando a preocupação do lexicógrafo em introduzir a origem do vocábulo e dar maior veracidade à sua definição.

Como DSD para a palavra temos:



Onde podemos ler: o político, o administrativo e a enumeração (“o que preside a uma assembléia, a uma junta, a um conselho, reunião ou tribunal, e que dirige as discussões e as deliberações: o *presidente* da câmara dos deputados; o *presidente* do tribunal de contas; o *presidente* do júri; *presidente* do conselho”) determinam a existência de presidente que está em uma relação de antonímia com a categoria de governador.

Para a edição de 1974, segue-se as mesmas definições:

PRESIDENTA, *s. f.* (fam.) mulher que preside; esposa de um presidente. // F. *Presidente*.

PRESIDENTE, *s. m. e s. f.* o que preside a uma assembléia, a uma junta, a um conselho, reunião ou tribunal, e que dirige as discussões e as deliberações: O *presidente* da câmara dos deputados; o *presidente* do tribunal de contas; o *presidente* do júri; *presidente* do conselho. // título oficial do chefe do Estado em algumas repúblicas: o *Presidente* da República.// (Brás.) (ant.) Governador (de uma província, de um Estado). // O que preside a um ato, a um concurso, a uma tese, a um exame. //-, *adj.* que preside: O juiz *presidente*. // (Taur.) Autoridade civil, que preside as corridas. // F. lat. *Praesidens*.

Por esta razão, ressaltamos que as análises se repetem, e o DSD continua o mesmo.

Para a constituição das condições de produção das palavras, as definições estão se referindo ao período em que Emílio Médici, acaba seu mandato de presidente que foi ocupado por Ernesto Geisel até 1974. Segundo as palavras de Koifman (2002, p. 218): “A escolha de Ernesto Geisel para o cargo de presidente desagradava a uma parte dos militares da chamada ‘linha dura’”, pelo fato de este general ser considerado por eles como favorável à liberalização do regime. Mas sua reconhecida competência administrativa e sua capacidade de comando foram julgados qualidades ideais para um coordenador daquele momento político brasileiro.

Na biografia traçada por Koifman (2002), Ernesto foi casado com sua prima Lucy Markus, formada pela Escola Normal da cidade de Cachoeiras. Após o casamento, Lucy parou de dar aulas para dedicar-se à vida familiar, acompanhando a vida do marido e a criação dos filhos, cumprindo o papel da mulher como “esposa”, correspondente feminina.

5.4 NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, publicado pela primeira vez em 1975, no Rio de Janeiro, pela Editora Nova Fronteira, teve mais edições, em 1986 e em 1999, sendo que a última passou a se chamar *Dicionário Aurélio Século XXI*.

Utilizamos as edições de 1975, 1986, 1999 e 2009. Em todas elas encontramos as palavras selecionadas para nosso *corpus*, apresentam definições curtas e justapostas por enumerações, com escassa utilização de verbos. As definições de 1975 e 1986

se repetem, apresentando mínimas modificações para a edição de 1999, e apenas uma correção de acentuação, segundo as regras do Novo Acordo Ortográfico, em vigor a partir de 2009, data de publicação do dicionário, como da palavra “assembleia” que, na edição de 1999, ainda aparecia “assembléia”.

As análises que se seguem serão as mesmas para as edições de 1975:

Presidenta. [Fem. de *presidente*] *S. f.* **1.** Mulher que preside. **2.** Mulher de um presidente.

Presidente. [Do lat. *praesidente*] *S. 2 g.* **1.** Pessoa que preside. **2.** Pessoa que dirige os trabalhos duma assembléia ou corporação deliberativa. *S. m.* **3.** O presidente da república. * *Adj. 2 g.* **4.** Que preside. * **Presidente da república.** Chefe de estado republicano.

E de 1986:

presidenta. [Fem. de *presidente*] *S. f.* **1.** Mulher que preside. **2.** Mulher de um presidente.

presidente. [Do lat. *praesidente*] *S. 2 g.* **1.** Pessoa que preside. **2.** Pessoa que dirige os trabalhos duma assembléia ou corporação deliberativa. *S. m.* **3.** O presidente da República. * *Adj. 2 g.* **4.** Que preside. * **Presidente da República.** Chefe de Estado republicano.

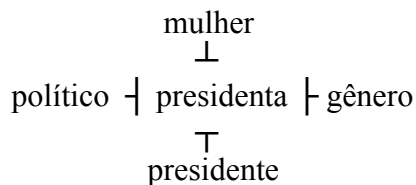
Em ambas as definições, a primeira acepção para a palavra *presidenta* é a correspondência feminina da palavra *presidente*. Em segundo plano, fica a sua marcação gramatical como um substantivo feminino, designado pelas abreviações “*S. f.*”

Na definição de número um, a palavra é introduzida pelo nome “mulher” que, por sua vez, vem determinada pelo sintagma nominal “que preside”. Estamos tratando primeiro de uma definição para o que seja a função de ocupar o lugar de “presidenta”, ao explicitar que caberia a uma mulher a função de ocupar o primeiro lugar, tomar frente nas decisões. Entretanto, esse lugar não vem especificado pela definição; por esta razão, não sabemos se a ocupação é de um cargo político ou administrativo.

A definição de número dois traz a particularidade de uma função feminina, a de ser casada com um presidente, ou seja, é um nome atribuído para a mulher que se casa com um presidente e tem um papel a zelar. Segundo os estudos de Bauer (2001), a partir do século XX, os lugares que cabiam às mulheres da classe média ocupar, era coordenar o trabalho

doméstico realizado pelas serventes, bem como o de supervisionar o cuidado dos seus filhos, executado pelas amas-de-leite e babás. Neste caso, as mulheres presidiam a cena como esposas e ainda coordenavam o serviço braçal das serviçais, assim, o trabalho doméstico não era o mesmo para as diferentes classes. No último exemplo, fica evidente a absoluta subordinação das mulheres aos seus maridos.

Como DSD para a palavra *presidenta* compreendemos:



Onde podemos ler: mulher, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam *presidenta*.

Deste modo, a questão do gênero se ressalta em relação ao cargo especificamente ocupado pela mulher como *presidenta*. Interessa-nos notar que a palavra é considerada um correspondente feminino da palavra *presidente*.

A análise que realizamos para as definições de *presidente* são as mesmas para as edições de 1975 e 1986.

Para a palavra *presidente*, as definições são introduzidas pela sua origem, a qual é advinda do termo latino “*praesidente*”, evidenciando o diferente modo de marcação com relação aos outros dicionários, quando trazem o termo que corresponde à “*praesidens*”. Nas análises do dicionário de Candido Figueiredo (1926), com relação à etimologia da palavra a partir do dicionário latim-português de José Cretella Junior e Geraldo de Ulhôa Cintra (1956), a palavra faz referência àquele que ocupa o primeiro lugar nas decisões. Isto significa dizer que, desde sua origem, já havia o sentido para os dois gêneros, feminino e masculino, e que mantém o mesmo sentido.

Como classificação gramatical, aparece como substantivo de dois gêneros, expresso pela abreviação “S. 2 g.”, ou seja, a palavra pode fazer correspondência tanto para o feminino, como para o masculino, conforme está explicitado em sua origem latina, colocando em dúvida a existência da palavra feminina, mesmo sendo ela introduzida um item acima, além de questionar a respeito do sentido expresso para a *presidenta*.

Quando nos deparamos com a definição de número um, a qual possui como nome-entrada a palavra “pessoa” e pode designar tanto o sexo masculino como o feminino e

vem determinada pelo sintagma “que preside”, referimo-nos a uma pessoa, seja ela, homem ou mulher, que possui lugar privilegiado em um determinado espaço. O lugar de destaque a ser ocupado pela pessoa vem designado somente na definição de número dois, ao fazer referência à mulher ou ao homem, novamente um caso em que o nome genérico “pessoa” pode servir para os dois gêneros e, ainda, ocupar um lugar privilegiado nas decisões em uma assembleia e em uma corporação deliberativa.

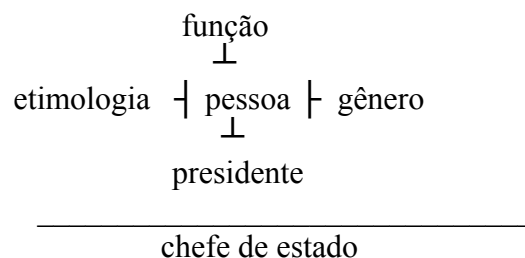
Na sequência, foi introduzida uma especificidade de classificação gramatical que diz respeito somente ao substantivo masculino, ou seja, referem-se somente às definições sobre a sua classificação como um substantivo masculino.

Como definição de número três, ocorre a particularidade do que possa ser “O presidente da República”, pois trata-se de um fato corriqueiro, o saber construído até o momento de somente homens ocuparem o cargo de presidente. Destaque para Ernesto Geisel que presidia o país no ano de 1975, e para José Sarney, presidente em exercício, durante o ano de 1986, casado com Marly de Pádua Macieira cumprindo o papel de presidenta.

Em seguida, foi introduzida uma especificidade gramatical do nome *presidente*, como um adjetivo que também corresponde aos dois gêneros, da sua qualidade enquanto adjetivo, e suas propriedades de masculino e de feminino. Acrescido pela definição de número quatro determinado pelo sintagma nominal “que preside”, aquele que toma frente nas decisões.

Mais uma vez, houve a utilização destacada em negrito do exemplo “Presidente da República”, com a designação de “Chefe de Estado republicano”, do cargo privilegiado, ao ocupar o primeiro lugar nos trabalhos a serem realizados em um Estado que tem por divisão política o regime da República.

A partir dessas análises consideramos como DSD:



Onde podemos ler: a sinonímia entre a etimologia, a função, o gênero determinam pessoa a qual determina presidente que apresenta relação de antonímia com a função de chefe de Estado.

Para as duas edições seguintes, realizamos uma só análise, pois levamos em consideração que houve mudança somente na acentuação da palavra “assembleia”, conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico de 2009.

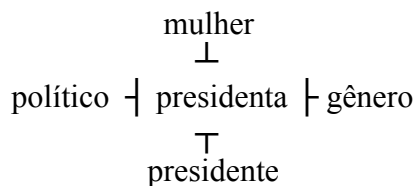
Edição de 1999:

presidenta. [Fem. de *presidente*] **S. f. 1.** Mulher que preside. **2.** Mulher de um presidente.
presidente. [Do lat. *praesidente*.] **S. 2 g. 1.** Pessoa que preside. **2.** Pessoa que dirige os trabalhos duma assembleia ou corporação deliberativa. • **S. m. 3.** O presidente da República.
Adj. 2 g. 4. Bras. Ant. Governador de Estado. ♦ **Presidente da República.** Chefe de Estado republicano.

Edição de 2009:

presidenta. [Fem. de *presidente*] **S. f. 1.** Mulher que preside. **2.** Mulher de um presidente.
presidente. [Do lat. *praesidente*.] **S. 2 g. 1.** Pessoa que preside. **2.** Pessoa que dirige os trabalhos duma assembleia ou corporação deliberativa. • **S. m. 3.** O presidente da República.
Adj. 2 g. 4. Bras. Ant. Governador de Estado. ♦ **Presidente da República.** Chefe de Estado republicano.

Na definição para *presidenta*, não houve modificações em comparação com as primeiras edições analisadas, portanto contamos com as descrições apresentadas acima, bem como da compreensão do DSD:



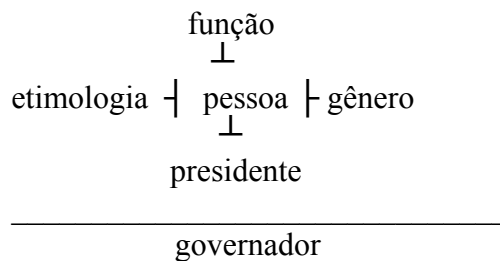
Onde podemos ler: mulher, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam presidenta.

Com relação à palavra *presidente*, mantivemos as ideias explicitadas na análise das edições anteriores do dicionário Aurélio, com ressalva para a substituição da definição de número quatro. Nas duas primeiras, aparecia o sintagma nominal “que preside”,

sendo substituído pelo nome “governador de Estado”, ou seja, uma determinação que deixa seu lugar para uma outra forma de determinação para a palavra *presidente*.

Para compor as condições de produção, conforme os estudos de Koifman (2002), os presidentes, segundo os quais as definições das palavras faziam referência, eram, respectivamente, para o ano de 1999, Fernando Henrique Cardoso casado com Ruth Vilaça Correa Leite; e para 2009, Luiz Inácio Lula da Silva com sua esposa Marisa Leticia da Silva.

Dessa maneira, podemos considerar como DSD:



Onde podemos ler: as categorias etimologia, função e gênero determinam pessoa a qual determina presidente que, por sua vez, apresenta uma relação de antonímia com governador.

5.5 DICIONÁRIO BÁSICO DO PORTUGUÊS DO BRASIL DE ANTENOR NASCENTES

O dicionário organizado por Antenor Nascentes segue o projeto da Academia Brasileira de Letras de um dicionário da Língua Portuguesa. A obra foi publicada somente em 1967 pela Imprensa Nacional. Publicada em 1988, pela Editora Bloch, a 2ª edição é apresentada em um único volume sem transcrição fonética para as palavras-entrada.

Temos as seguintes definições da edição de 1967:

PRESIDENTA, s. f. Mulher que preside. Mulher de presidente.

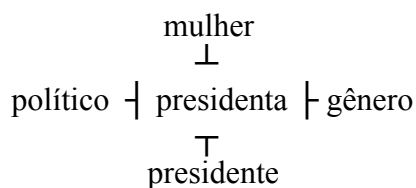
PRESIDENTE, adj. Que preside. **S. m.** Indivíduo que dirige os trabalhos de uma assembléia. Chefe de governo nos países republicanos.

A edição apresenta definições para as duas palavras selecionadas para o trabalho, são definições curtas e numeradas sem conectivos, com enunciados sem a utilização de muitos verbos. Notamos ainda, a ausência da etimologia das palavras e a pequena dimensão do verbete.

As definições para a palavra *presidenta* são iniciadas pela marcação gramatical de substantivo feminino. A primeira acepção diz respeito à função que a mulher pode ocupar ao tomar frente das decisões políticas ou administrativas sem determinar um lugar específico dessa ocupação.

Na segunda, a mulher é determinada como correspondente para o sexo oposto, cargo que, como vimos nas análises dos dicionários anteriores e por meio dos estudos de Bauer (2001), fica estabelecido frequentemente.

Portanto, como DSD para a palavra *presidenta* temos:

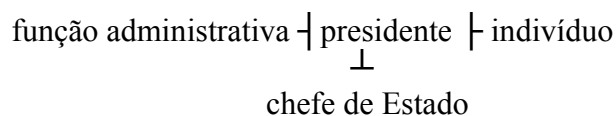


Onde podemos ler: mulher, político (“mulher que preside”), gênero (“mulher de um presidente”) e presidente determinam *presidenta*.

Para a palavra *presidente*, observamos o contrário do que acontece com as definições dos dicionários anteriores, os quais primavam para o sentido etimológico do termo. O lexicógrafo optou pela não utilização da etimologia da palavra, e inicia sua definição a partir da marcação gramatical do termo correspondendo a um adjetivo, com o sintagma “que preside”. Deste modo, ainda não temos uma forma de determinação de um nome para estabelecermos como parte do DSD, que é introduzido a partir da segunda acepção para a palavra.

A segunda definição é determinada pela marcação gramatical de um substantivo masculino e diz sobre o “indivíduo” que deve cumprir com o papel de tomar frente nas decisões em uma deliberação. Seguida pela acepção do “chefe” de um governo que tem por divisão política a República.

Portanto, o DSD para *presidente* está configurado como:



Onde podemos ler: função administrativa, indivíduo e chefe de estado determinam presidente.

5.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando nos deparamos com o cruzamento das análises das definições dicionarísticas selecionadas para nosso trabalho, chegamos a algumas considerações sobre as recorrências explicitadas para a palavra *presidenta* e para a palavra *presidente*.

Para as definições referentes à palavra *presidenta* o que mais nos chamou a atenção foi o fato de se tratar o termo como um neologismo passível de se observar nas edições de 1926 e 1963 de Candido Figueiredo. Essa forma de tratamento traz o sentido de uma palavra que é criada segundo a situação de uso, uma vez que a forma *presidente* já embutia os dois sentidos, fazendo ligação com o segundo aspecto que destacamos, como por exemplo, o fato de ser considerada uma palavra correspondente em gênero feminino da palavra *presidente*. Estas considerações podem ser claramente observadas nas edições de Candido Figueiredo, de Laudelino Freire, de Caldas Aulete, de Aurélio, de Antenor Nascentes, na articulação entre as análises das definições de cada uma delas.

Na edição de 1926, de Candido Figueiredo, as considerações a partir do DSD da palavra indicam a relevância para a ideia do gênero que se sobressai em relação à categoria, sendo referenciada por meio da palavra “mulher”. Além do fato de ser tratada como um neologismo, interessa-nos a questão da correspondência feminina para a palavra *presidente*, pois, nesse caso, ainda se leva em consideração a determinação do gênero sobre a função, o que chamamos de político no DSD.

Para a edição de 1937, há equilíbrio das formas nominais, entretanto fica evidente a correspondência em gênero explicitada pela propriedade de “f.” (feminino). Mesmo sem introduzir a designação de *presidente* nas definições, preza-se pela designação de “mulher” a qual determina a definição de *presidenta*.

Na edição de 1963, a palavra é utilizada, mais uma vez, como um neologismo, ou seja, como uma palavra que é criada a partir da situação de uso. Desperta-nos a atenção para o fato de que mesmo o masculino trazendo o sentido para os dois termos, os lexicógrafos inserem a palavra feminina que vem determinada pelo *presidente*. Aspecto que consideramos fundamental na marcação de termos correspondentes, pois na análise do sintagma *presidente* é destacado o sentido etimológico do termo. O seu sentido primeiro, de origem, é o que atesta suas diferentes categorias.

Nas edições de 1926 e 1937, de Candido Figueiredo, vimos que o ato de presidir, de estar à frente nas decisões, segundo o sentido etimológico da palavra, determina o seu título, o qual o nomeia como “chefe de Estado” e, em consequência, como *presidente*. O que já não ocorre na edição de 1963, na qual observamos a concomitância de suas determinações. A primeira cujas funções políticas e administrativas do cargo determinam o sintagma “pessoa”, que por sua vez, determina o primeiro sentido para *presidente*. Seguido pelo segundo sentido que está em sinonímia com o anterior, entretanto prima pelo sentido etimológico da palavra, como nas edições de 1926 e 1937, de um título que determina “chefe de Estado”, o qual determina *presidente*.

Na edição de 1963, destacamos a relevância para a categoria neutra do sintagma “pessoa” que corresponde aos dois gêneros, diferentemente do que acontece com as definições de Laudelino Freire (1939-44), segundo o qual releva o sentido primeiro da origem etimológica do termo, assim como nas primeiras edições de Candido Figueiredo, nas definições de Laudelino Freire, a etimologia de *presidente*, de estar à frente na tomada de decisões. Contudo, encontramos uma diferença entre as definições dos dois lexicógrafos, no que diz respeito à desconsideração da categoria de “chefe de Estado” por Laudelino Freire.

No caso das definições de Caldas Aulete, para as edições de 1958 e 1974, destacamos a maior extensão dos verbetes, e a inclusão dos diferentes domínios para a categoria da Tauromaquia. Nas definições, as referências para a designação de “governador” colocam-se como uma categoria à parte, como se o sentido expresso por ela não correspondesse às outras explicitadas. Portanto, nas determinações para a palavra, inserimos a categoria de “governador” como antonímia das funções administrativas, políticas e dos diferentes domínios utilizados que determinam o sintagma *presidente*.

Fato diferente ocorre com as definições das edições de 1975 e 1986 do dicionário Aurélio, o qual insere a categoria de “presidente da República”, ao invés de “governador” como Caldas Aulete. Recurso que pode ser justificado pela preferência e utilização do termo segundo o contexto histórico, do uso que coloca em circulação um discurso que está presente no meio social.

Nas duas primeiras edições de Aurélio, destacamos a importância para o sentido que dá origem à palavra, sua etimologia latina. As definições são particularizadas pelo sintagma nominal neutro “pessoa”, seja ela homem ou mulher a ocupar o cargo. Atentamos para a introdução da categoria de “presidente da República”, designação que pode ser comparada com o que, nas definições dos diferentes dicionários analisados anteriormente, era determinada pela categoria de “chefe de Estado”.

Para as edições de 1999 e 2009, o domínio semântico de determinação continua o mesmo, salvo pela designação da categoria de “governador” que, diferentemente, de como ocorre em Caldas Aulete, coloca-a como determinada pela palavra *presidente*, ou seja, a função da definição de *presidente* dá origem e determina a existência da categoria de “governador”.

Em comparação com a definição de Antenor Nascentes, a inserção da categoria neutra do nome “indivíduo” determina a existência de *presidente*, sem recorrer à etimologia da palavra, como fazem os outros lexicógrafos, o sentido que se prima é da masculinidade do termo, de um cargo ocupado especificamente por homens, mesmo com a marcação da palavra *presidenta*.

De um modo geral, o sentido masculino prevalece enquanto determinante para o cargo e definições, leva-se em conta seu caráter etimológico de um ser humano que toma as rédeas para governar. O gênero deste ser humano não está marcado, aparece com as palavras mais gerais, como “pessoa” e “indivíduo”, entretanto o próprio contexto histórico indica a predominância do homem, ao ocupar primeiro o posto de presidente em todos seus diferentes domínios, seja ele Presidente do Conselho, Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara ou Presidente da República. Todos eles, no início, eram representados por homens políticos, enquanto cabia à mulher a subserviência.

O nome *presidente* denominado, na maioria das vezes, pelas palavras “pessoas” e “indivíduo” dá margem para o segundo sentido do termo *presidenta*, ou seja, o de ser representado também por uma figura feminina, dependendo do contexto histórico que selecionarmos como exemplo. A palavra *presidente* não é determinada pela palavra “homem”, ou “indivíduo ou pessoa do sexo masculino”, o que determinam as regras são somente as leis da Constituição Federal, designando quem deve e pode ocupar o cargo, como por exemplo, ser homem, eleitor, maior de 35 anos, filiado a um partido, entre tantas outras exigências.

Diferente do que ocorre com o masculino, *presidente*, que não é particularizado por “homem”, a palavra *presidenta* é determinada pela palavra “mulher”, especificando sua significação, uma vez que depende do sentido expresso pelo *presidente* e, conseqüentemente, da sua etimologia latina.

A *presidenta* é determinada pela palavra “mulher” que, primeiramente, ganha o sentido de correspondente feminino, sendo designada pela expressão “mulher de um presidente” e, em seguida, conforme as condições de produção passa a designar a “mulher que preside”, exatamente no lugar em que queremos chegar, ao pensar nas próximas edições dos

dicionários, a partir de 2011, quando aparece como presidenciável a figura de uma mulher, e não simplesmente, o caso de uma correspondência de gêneros.

5.7 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS DE UMA PALAVRA

Muitas são as dúvidas com relação à “utilização” mais adequada da palavra *presidenta*, pois estamos diante da primeira mulher eleita como presidente do país. Tal preocupação não entra em voga somente por uma questão de preferência ou padronização de termos, mas sim pela importância de se compreender os modos históricos de construção de sentidos da palavra *presidenta*. Tratamos de uma questão de política de línguas, como forma de se identificar a ocorrência e a significação do uso da palavra, ao ser inserida em um dicionário.

Dessa forma, a compreensão do dicionário como um instrumento tecnológico da gramatização das línguas naturais e, portanto, o estudo do dicionário como fonte de pesquisa sobre as condições de produção de uma palavra, mostra-nos como esses objetos são excelentes instrumentos para a análise da representação histórica e social de um povo.

Em um artigo publicado na *Revista Língua Portuguesa*, edição de número 62 de dezembro de 2010, assinado por Luiz Costa Pereira Junior, vemos a preocupação do jornalista quanto à definição da palavra *presidenta* e os conflitos gerados com relação à lei, à tradição do idioma e à visão de mundo.

Com base na publicação de Pereira Junior (2010), existe uma lei federal de número 2.749, que determina a utilização da forma feminina para se referir a cargos públicos, criada pelo senador Mozart Lago em 1956. Uma lei que fica esquecida até a atual eleição de Dilma Rousseff, e que condiciona a utilização flexionada do feminino. A questão colocada pelo jornalista estaria na razão pela qual a palavra *presidenta* é considerada correta segundo o rigor da lei e, ao mesmo tempo, existem substantivos e adjetivos de dois gêneros terminados em *-ente* que não fazem a flexão do feminino, como no caso de “gerente”, “paciente”, “cliente”. Desse modo, ao oficializar a lei para designar os cargos públicos ocupados por mulheres, como por exemplo, a *presidenta*, estaríamos criando outras palavras “docenta”, “gerenta”.

No interior dos verbetes, o lexicógrafo consegue inserir um discurso que está em uso na sociedade, com outras palavras, podemos afirmar que as definições empregadas nos dicionários revelam um modo de dizer. A questão não se delimita

simplesmente por um viés linguístico e gramatical, temos imbricado ao termo questões políticas ligadas à instrumentação de línguas, pois, embora pareça uma discussão recente, a palavra *presidenta* já estava em circulação nos dicionários nacionais ao menos desde o dicionário de Cândido de Figueiredo (1926). A confusão posta em jogo diz respeito à utilização, pois muitas vezes a coletividade segue interesses específicos, principalmente no que se refere aos campos semânticos e ideológicos.

Ao flexionar a palavra para o feminino, há deslocamento de sentidos, em que ao enunciar *presidenta*, ressaltamos a preferência por uma simbologia do poder ocupado pela mulher ao tomar posse do cargo, uma questão de orgulho, como no caso da política brasileira ao eleger a primeira mulher para a presidência do país. O fato de existirem pessoas que resistam à utilização do termo no feminino, diz respeito, primeiro, por ser um acontecimento frequente, de se ter somente homens ocupando o cargo até o momento e, segundo, quanto à resistência ao primeiro eleitorado de uma mulher a governar o país.

Dependendo da ênfase em que se quer dar aos sentidos empregados pelo termo, podemos encontrar diferentes efeitos de sentido para a palavra, bem como a conotação de exaltação, a presidente feminina, como uma figura forte, como também a do sentido caricato de se ter uma mulher “dura” e implacável, pois, se tomarmos como comparação o verbete *presidente*, encontramos um cargo tipicamente ocupado por homens.

Por fim, a questão não se dá simplesmente em um espaço puramente linguístico, semântico ou ideológico, mas em um espaço político, em que a mulher começa a ocupar cargos antes preenchidos por homens, ou seja, a mulher ganha determinados lugares em ocupações públicas, ela passa a presidir, e como Dilma, a presidir o país.

5.8 A PRIMEIRA MULHER QUE DETERMINA OS SENTIDOS DE *PRESIDENTA*

O percurso que construímos com este estudo permite-nos dizer que estamos diante de um trabalho inaugural que volta o seu olhar para a palavra *presidenta*, em uma perspectiva semântico-enunciativa para buscar em suas ocorrências, nos verbetes de dicionários, analisar os casos da emergência e da resignificação de um nome. Nesse sentido, o trabalho propôs articular três campos do saber: a História das Ideias Linguísticas, a Análise de Discurso e a Semântica do Acontecimento, e atestou a pertinência da articulação de conceitos ao longo das análises.

Uma palavra que, inicialmente, apresenta-se com o sentido de correspondência de gênero, ou seja, “a mulher de um presidente” e que passa a significar, em

uma progressão histórica, “a mulher que preside”, isto é, a mulher que não necessita mais ser casada com um presidente, mas que pode, ela mesma, presidir.

Articulamos nossas análises pelo viés semântico das definições, a fim de encontrar regularidade para seus sentidos. Por não ter acesso ao primeiro registro da palavra, ainda não esgotamos o assunto, restando pontes para posteriores pesquisas. Optamos pelo estudo semântico das definições, por meio da relação dos diferentes sentidos que podem ser atribuídos a uma palavra, dependendo do momento histórico; por esta razão, não foi nosso objetivo responder se a existência do termo está correta ou incorreta.

Interessou-nos o mecanismo da diferenciação dos gêneros e, ainda, a equiparação dos tratos femininos aos masculinos, a partir do contexto da eleição de uma mulher, Dilma Vana Rousseff, como Presidente da República e de todo seu percurso para ocupar o lugar mencionado. Enquadrada, anteriormente, em um perfil de “durona” e tendo sido guerrilheira, aparece na última campanha presidencial como uma figura mais humanizada, em uma mescla entre a posição de mulher e de mãe, também como trabalhadora, como profissional competente e, ao mesmo tempo, como uma profissional exigente. A figura de petista da presidenciável Dilma foi transformada, da mulher firme e arrogante para uma bela senhora muito poderosa.

De acordo com o estudo de Caldeira (2011), Dilma Vana Rousseff, nascida no dia 14 de dezembro de 1947, em Belo Horizonte, é filha de Pedro Rousseff e de Dilma Jane Coimbra da Silva. Ele, advogado de origem búlgara e naturalizado brasileiro; a mãe, professora primária e dona de casa. O perfil da presidenciável: apaixonada por Porto Alegre, ex-guerrilheira na época da ditadura, desde o início de sua carreira política, tendo se formado em Economia, foi a primeira mulher a ocupar a secretaria estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, a primeira mulher a ocupar o Ministério de Estado de Minas e Energia, a primeira mulher a presidir o Conselho de Administração da Petrobrás, a primeira mulher a ser ministra-chefe da Casa-Civil e a “primeira Presidenta da História do Brasil” (p.105).

Acrescentamos a este estudo, a biografia de Dilma escrita por Amaral (2011), retratando a figura de Dilma enquanto mulher e mãe, desde seu primeiro casamento com o jornalista Cláudio Galeno, em seguida, seu recomeçar na cidade de Porto Alegre, em 1973, casando-se pela segunda vez com Carlos Araújo, advogado, atualmente seu ex-marido e melhor amigo, com quem teve uma filha chamada Paula, que herdou os traços da mãe e a profissão do pai, tornando-se Procuradora do Trabalho. Somada a isso, houve a cura de um linfoma descoberto no início do ano de 2009. Dilma fez a biópsia de um caroço encontrado na

axila esquerda e o resultado foi um câncer nos gânglios, curado por meio das sessões de quimioterapia.

Outra faceta de Dilma é a de militante, enquanto associada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e de participação ativa, juntamente com seu ex-marido Carlos, na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola. Quanto à sua experiência política

[...] Dilma foi secretária de Fazenda da prefeitura de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul e duas vezes secretária de Energia, Minas e Comunicação, antes de se tornar ministra de Minas e Energia e chefe da Casa Civil do governo Lula – sempre a primeira mulher a assumir aquelas funções. Um currículo e tanto para quem se considerava sobrevivente da luta contra a ditadura – uma luta que ceifou companheiros em combates desiguais ou nas masmorras do regime (AMARAL, 2011, p. 15).

Além de seu perfil e de todas as funções indicadas acima, Dilma chega ao maior posto, o cargo de *Presidente da República*, marcando mais uma vez a História brasileira, como a primeira mulher a tomar posse deste cargo.

Enquanto tínhamos, nas análises anteriores, o cenário dos presidentes e suas respectivas *presidentas*, representadas, na maioria das vezes, pelo papel da mulher, esposa, mãe, que confere com a designação de “mulher de um presidente”, Dilma vem para mudar este cenário e a história da constituição de um nome. Como observamos no seguinte quadro, pelo resultado de nossas análises:

Quadro 2 - Dos presidentes e suas respectivas *presidentas*, de acordo com os estudos realizados por Koifman (2002)

Dicionário	Presidente	<i>Presidenta</i>
Figueiredo (1926)	Artur Bernardes (1922-1926)	Clélia Vaz de Melo
Figueiredo (1937)	Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945, 1951-1954)	Darcy Sarmanho Vargas
Figueiredo (1963)	João Goulart (1961-1964)	Maria Teresa Goulart
Freire (1939-44)	Getúlio Dornelles Vargas (1930- 1945, 1951-1954)	Darcy Sarmanho Vargas

Nascentes (1967)	Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969)	Argentina Viana Castelo Branco e Iolanda Barbosa Costa e Silva
Caldas Aulete (1958)	Juscelino Kubitschek (1956-1961)	Sarah Kubitschek
Caldas Aulete (1974)	Ernesto Geisel (1974-1979)	Lucy Marcus
Aurélio (1975)	Ernesto Geisel (1974-1979)	Lucy Marcus
Aurélio (1986)	José Sarney (1985-1990)	Marly de Pádua Macieira
Aurélio (1999)	Fernando Henrique Cardoso (1995-2003)	Ruth Vilaça Correa Leite
Aurélio (2009)	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)	Marisa Letícia da Silva

Em nosso estudo, devido ao recorte temporal realizado para elaboração da pesquisa, o último instrumento analisado foi o do *Dicionário Aurélio*, em sua edição de 2009. Por esta razão, apostamos que futuros trabalhos poderão utilizar os verbetes com a palavra *presidenta* já incorporada; também consideramos que nestas edições futuras haverá, além da ressignificação do termo, exemplos para a palavra, como o acréscimo da designação *Presidenta da República*. Pois, se levarmos em conta a ilustração acima, concluímos que não se trata apenas de uma questão de gênero, masculino e feminino, mas sim da ressignificação de um nome, por que a designação de *presidenta*, a partir de Dilma, cria uma terceira coluna no quadro. Para ampliar a discussão, podemos propor a seguinte questão, deste momento para o futuro, será que maridos e companheiros das “presidentas” também serão designados como “presidentes”, pelo fato de corresponderem em gênero?

Dúvida que talvez não seja sanada nem pelo presente trabalho, que propõe apenas uma possibilidade de interpretação e de análise de uma designação, e talvez nem pelo governo de Dilma, uma vez que ela possui dois ex-maridos e quebra com os padrões estabelecidos, representando uma mulher forte, autossuficiente, mesmo dando sequência ao plano de governo do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o percurso que construímos, por meio deste estudo, foi possível identificar que o discurso produzido pelo dicionário contém enunciados que circulam na sociedade e são determinados pelo acontecimento histórico, ou seja, o modo de funcionamento das definições lexicográficas imbricam enunciados que produzem sentidos a partir do contexto histórico. Como por exemplo, o fato histórico da eleição de Dilma como Presidente da República traz à tona o uso de uma palavra que estava em desuso até o momento e que passa a ser utilizada e ganha novos sentidos.

A partir do olhar linguístico e suas articulações, sem reconhecimento do sentido estático, mas de um efeito de sentido, considerando, assim, a opacidade do simbólico e de seu real inatingível, afirmamos que não foi objetivo deste trabalho extinguir os sentidos para *presidenta*, tampouco pretendíamos cristalizá-la em um único evento, ou ainda concebê-la por meio de uma análise de conteúdo. Debruçamo-nos sobre o funcionamento da palavra *presidenta*, enfatizando mais o “como” ela funciona do que o “por quê” de sua existência, além de tentarmos compreender suas mudanças e efeitos, mobilizados a partir de articulações linguístico-históricas.

Nessa perspectiva enunciativa da semântica, concluímos que a significação da língua nunca é estática e, apesar da tentativa de ser domesticado, o seu sentido sempre se movimenta, de maneira ininterrupta, por meio do acontecimento enunciativo, maior objeto de análise da Semântica do Acontecimento, graças à Guimarães (2005), que formulou a teoria e propôs o método, a fim de refletir sobre a língua em seu funcionamento.

Nesta articulação entre a HIL, a AD e a Semântica do Acontecimento, buscamos respaldo para colocar em funcionamento e identificar os modos de produção históricos para os sentidos do conjunto de determinações das palavras *presidente* e *presidenta*. Por meio do dicionário e das definições lexicográficas, mostramos como os sentidos das palavras em questão se constituem historicamente e como as suas enunciações ganham novas significações na história.

Na articulação citada, nossa postura foi limítrofe, pois investigamos os liames de uma relação entre elementos (o estrutural), enunciação (o funcionamento) e suas condições de produção (o sócio-histórico). Levamos em consideração as diferenças que delimitam o espaço da Análise de Discurso e da Semântica do Acontecimento, a primeira que identifica os sentidos antevendo o funcionamento enunciativo na ideologia e, a segunda que produz sentidos, equilibrando as perspectivas sócio-históricas na enunciação. Por um lado, é a

ideologia que orienta os efeitos de sentidos, e por outro, são os fatores sócio-históricos que sustentam o funcionamento para a produção dos efeitos de sentido.

Para nossa pesquisa e *corpus* selecionado, consideramos a composição da cena enunciativa como o lugar social de lexicógrafo da língua nacional, que, por sua vez, enuncia como Locutor, e representa-se no lugar de dizer de enunciador universal, por ser o porta-voz de um discurso que está circulando na sociedade. Fizemos o estudo das designações para os nomes *presidente* e *presidenta*, ao levar em consideração a questão da designação estudada por Guimarães (2005), mais especificamente a proposta do estudioso sobre DSD. No processo de designação, o nome traz consigo um conjunto de palavras outras que se relacionam, um conjunto de relações que as palavras estabelecem entre si, de modo enunciativo, configurando o sentido e possibilitando as significações para as palavras.

Por esta razão, priorizamos o estudo da designação das palavras e, assim, deixamos o estudo da *nomeação* e suas modalidades (ato de batismo, agenciamento enunciativo), bem como da *referência* (a particularização de algo por meio da enunciação) para futuros trabalhos. Por considerarmos a história, segundo a descrição de Rancière (1994), tal como um iceberg imerso em águas profundas, cabe ao analista trazê-lo à tona, por meio de vias subjetivas, próprias dos gestos do analista, o que torna a conclusão dependente das análises, impossibilitando o esgotamento do trabalho.

A designação, ou mesmo o gesto de designar, recorta a constituição de um sentido, agenciado pelo político e pela história. Nosso estudo permitiu a visualização da designação por meio dos gráficos de DSD (Domínio Semântico de Determinação) apresentados. Concluímos, juntamente com Guimarães (2005), que o sentido de uma palavra se faz em sua relação com outras palavras em uma construção enunciativa, ou seja, as palavras determinam e, ao mesmo tempo, são determinadas, tendo como limites o conjunto de textos nos quais aparecem, como no caso das definições para as palavras *presidente* e *presidenta*, nos verbetes de dicionários.

Deixamos claro, desde o início da pesquisa, que nosso objetivo não era o de resolver um problema gramatical da utilização correta de uma palavra, ou da preferência ou padronização de termos. Entretanto, com as análises, conseguimos identificar que se trata de um caso de emergência de diferentes sentidos e da resignificação de um nome. Em outras palavras, verificamos como os sentidos se constituem historicamente e como as enunciações sobre *presidente* e *presidenta* ganham novas significações com o passar do tempo.

Nosso procedimento analítico e metodologia sustentaram que o funcionamento da palavra *presidenta* orienta para efeitos de sentidos de emergência e da

ressignificação do nome. Tais efeitos estão alicerçados em enunciações que os reescrevem e os articulam, dentro de um espaço político regulado por lei, mas da qual felizmente os sentidos sempre escapam.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. B. *A vida quer é coragem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. Língua e hiperlíngua. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes Editores, 1998. v. 1, p. 17-30.
- BAUER, C. *Breve história da mulher no mundo ocidental*. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Delta S. A. 1958.
- _____. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1974.
- CALDEIRA, H. *A 1ª presidenta*. Niterói, RJ: Editora Faces, 2011.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. France, Paris: Presses Universitaires, 1997.
- CRETELA JUNIOR, J.; CINTRA, G. U. *Dicionário latino-português*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 954.
- DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E. ZOPPI-FONTANA (Orgs.) *Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas, Pontes Editores, 2006. p. 11-37.
- DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: _____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1988.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- _____. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- _____. *Dicionário Aurélio eletrônico: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática, 1999. CD-rom, versão 3.0.
- _____. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- FIGUEIREDO, C. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Imprensa Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1926. vol. II.

_____. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Imprensa Portugal-Brasil: Livraria Bertrand, 1937.

_____. *Pequeno dicionário da língua portuguesa*. 10. ed. Imprensa Portugal-Brasil: Livraria Bertrand, 1963.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1939-44. vol. IV.

GUIMARÃES, E. (Org.) “Enunciação e História”. In: _____. *Histórica e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989.

_____. “Independência e morte”. In: ORLANDI, E. P. *O discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1992.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Sinótese dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E; ORLANDI, E. (Orgs). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2005.

KOIFMAN, F. (Org.) *Presidentes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2002. v. 1 e 2.

NASCENTES, A. *Dicionário básico do português do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1967.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de língua portuguesa: uma interpretação discursiva. *Revista Estudos Lingüísticos*, v.33, p. 805-810, 2004.

_____. HCDIC conhecendo dicionários divulgação de dicionários de língua portuguesa no Brasil. Novo dicionário da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/verbete%20novo%20dicionario%20da%20lingua%20portuguesa%20ferreira.htm>>. Acesso em: 16 out. 2010.

OLIVEIRA, S. E. de. *Cidadania: história e política de uma palavra*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

ORLANDI, E. A Dança das gramáticas. In: _____. *Terra à vista: do confronto velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. In: _____. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 2000. nº 4/5.

_____. (Org) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. A análise de discurso e seus entremeios: notas sobre a sua história no Brasil. *Caderno de Estudos lingüísticos*. Campinas, n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PEREIRA JUNIOR, L. C. “Presidente ou presidenta?”. *Revista Língua Portuguesa*, n. 62, dez./2010. Disponível em: :
<<http://revistalinguaportuguesa.uol.com.br/textos.asp?codigo=12196>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história*. Campinas: Pontes, 1994.

VERDELHO, T. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.